

PESQUISA NACIONAL SOBRE O AMBIENTE EDUCACIONAL NO BRASIL 2016

AS EXPERIÊNCIAS DE ADOLESCENTES E
JOVENS LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS,
TRAVESTIS E TRANSEXUAIS EM NOSSOS
AMBIENTES EDUCACIONAIS

Um Relatório da Secretaria de Educação da Associação Brasileira
de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABGLT



FICHA TÉCNICA

Realização

ABGLT - Secretaria de Educação

Execução

Grupo Dignidade, Centro Paranaense da Cidadania, Instituto Brasileiro de Diversidade Sexual,
Espaço Paranaense da Diversidade LGBT

Parceria

Fundación Todo Mejora, Chile
Gay, Lesbian & Straight Education Network (GLSEN), EUA
Universidade Federal do Paraná
Universidade Federal do Paraná - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros

Organização do Relatório: Toni Reis (Secretário de Educação da ABGLT) e David Harrad, com apoio técnico de Joseph Kosciw (GLSEN)

Revisão e leitura crítica: Gabriela da Silva, Isabel Arruda Quadros, Lucas Siqueira Dionísio

Arte final: Estudio Contexto Diseño (www.estudiocontexto.cl)

Impressão: Imprensa da Universidade Federal do Paraná

Tiragem: 500 exemplares

É permitida a reprodução parcial ou total desde que citada a fonte.

Citação sugerida: Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015:** as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016.

ABGLT

Secretaria de Educação
Avenida Marechal Floriano Peixoto, 366, cj. 43
Centro
Curitiba-PR
80410-170

41 3222 3999
tonireistba@gmail.com

Distribuição gratuita

Com o apoio de:



AGRADECIMIENTOS

Evidências empíricas e dados são essenciais para países da América Latina avançarem na promoção da igualdade das pessoas LGBT. Como Fundación Todo Mejora - Chile, tivemos o privilégio de trabalhar com outros seis países da região para revelar a profundidade e a amplitude das experiências de vida de adolescentes e jovens LGBT nos ambientes educacionais. Sem dúvida, os resultados da pesquisa feita no Brasil pela ABGLT, Grupo Dignidade e parcerias influenciarão as políticas públicas e os programas destinados a proteger e promover os direitos dos/das adolescentes e jovens LGBT que sofrem por serem quem são.

A Fundación Todo Mejora existe para promover o bem-estar de adolescentes e jovens LGBT através de programas voltados para impedir o suicídio de todos/as os/as jovens que sofrem por causa do bullying LGBT-fóbico e discriminação no Chile. A Fundação se orgulha de ter GLSEN como um parceiro global e co-líder neste projeto regional para aumentar a capacidade das organizações não governamentais que trabalham com questões LGBT para defender os direitos dos/das adolescentes e jovens na Argentina, Brasil, Colômbia, México, Peru e Uruguai.

À luz da falta da igualdade plena de adolescentes e jovens LGBT na região, este projeto poderá ser fundamental para tornar mais visível uma questão pouco abordada pelas ações de formuladores e gestores de políticas públicas e insuficientemente pesquisada no Brasil. O trabalho e empenho da ABGLT, Grupo Dignidade e parcerias foram fundamentais para obter evidências para avançar rumo a uma América Latina inclusiva, sem discriminação, que celebra a diversidade que caracteriza nossa região.



Júlio Dantas
Júlio Cezar Dantas
Fundador do Todo Mejora Chile

Nós, da GLSEN, parabenizamos o trabalho da ABGLT, Grupo Dignidade e parcerias que resultou na elaboração deste relatório pioneiro sobre as experiências de estudantes LGBT nos ambientes educacionais no Brasil. Os achados representam um passo inestimável para avançar na melhoria de suas vidas e também dos ambientes educacionais do Brasil, por meio da identificação do impacto nos estudantes da agressão e violência homofóbica e transfóbica, bem como a urgência do desenvolvimento de soluções que possam funcionar tanto para a juventude LGBT quanto para os ambientes educacionais.

A GLSEN é uma organização não governamental sediada nos Estados Unidos que, por mais de 25 anos, vem atuando para que os ambientes educacionais sejam mais seguros e mais afirmativos para estudantes lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). Em 1999, a GLSEN começou a documentar as experiências de estudantes LGBT do ensino fundamental I e do ensino médio devido à falta de pesquisas nacionais sobre estes jovens e por causa da necessidade de evidências fortes que documentassem os ambientes hostis que estes estudantes enfrentam todos os dias nas escolas e nos colégios. Outro aspecto importante foi a coleta de evidências sobre a melhor forma de aprimorar suas experiências nos ambientes educacionais por meio da verificação do efeito da disponibilização de diferentes formas de apoio para estudantes LGBT nos mesmos. Todos os achados dessas pesquisas foram componentes críticos para as ações de advocacy da GLSEN dentro dos sistemas educacionais e para o desenvolvimento de nossas intervenções programáticas. Os dados das nossas pesquisas e nosso forte foco em soluções eficazes e apropriadas para as escolas e os colégios da educação básica ajudaram a superar barreiras significativas ao progresso e a proporcionar melhorias profundas nas vidas da juventude LGBT em nosso país.

Este relatório faz uma contribuição crítica para os esforços desta natureza realizados no Brasil. Também promove um diálogo internacional crescente acerca das vidas dos jovens LGBT ao redor do mundo. Em maio de 2016, a UNESCO convocou os ministérios de educação dos Estados Membros e emitiu um Chamado à Ação ministerial sobre preconceito e violência contra pessoas LGBT nos ambientes educacionais, assumindo o compromisso de tomar medidas em resposta a esses problemas e monitorar o progresso no decorrer do tempo. Este relatório fornece um marco essencial da situação no Brasil à medida em que a ABGLT, o Grupo Dignidade e parcerias continuarem trabalhando com questões LGBT na educação.

Para nós é gratificante formar parcerias com outras ONGs ao redor do mundo que realizam este tipo de ações de advocacy e práticas baseadas em evidências, que são transparentes perante nossas comunidades e que se desempenham para promover o bem-estar da juventude LGBT na educação. Juntos e juntas, podemos vislumbrar e trabalhar para um mundo em que seja garantido a todos os estudantes o direito à educação, o direito de se sentirem seguros nos ambientes educacionais e de realizarem todo o seu potencial nesses ambientes e no resto da vida.



Joseph G. Kosciw, Ph.D.
Diretor de Pesquisas e Estratégias
GLSEN



A todos/as os/as adolescentes e jovens que se dispuseram a responder o questionário.
A todas as instituições e pessoas que ajudaram a divulgar a pesquisa:

Diretoria e Afiliadas da ABGLT
Ação Educativa
ANIS – Instituto de Bioética
APP Sindicato
Campanha Nacional pelo Direito à Educação
Coordenação Geral de Direitos Humanos da Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania, Ministério da Educação
Coordenação Geral de Promoção dos Direitos LGBT, Secretaria de Direitos Humanos/ Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
Federação Amapaense LGBT
Fórum Nacional de Educação
Fórum Nacional de Educação de Jovens e Adultos
Fórum LGBT de Pernambuco
Fundación Todo Mejora Chile
GayLatino
Gay, Lesbian and Straight Education Network
Grupo de Resistência Asa Branca
Mães pela Diversidade
Promundo
Reprolatina
Sindiupes – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo
SindUTE-MG
Sismmac - Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba
União Brasileira de Estudantes Secundaristas
União da Juventude Socialista
UNALGBT – Nacional
UNALGBT – Paraná
Undime – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
União Paranaense dos Estudantes
União Nacional dos Estudantes
Universidade Federal do Paraná – Setor de Educação

Admilson Assunção
André Lopes
Bruno Raiz e Oliveira
Camila Moreno
Carlos Abicalil
Cláudia Guerra
Clóvis Arantes
Cristovam Mendonça
Débora Sabará
Denise Carreira
Edith Modesto
Edla Eggert
Elandias Bezerra Sousa
Francisco Pedrosa
Jake Martinez
Josafá Cunha
Joseph Kosciw
Leandro Dias
Leonardo Bastos
Lucas Hideaki Hattori
Lucas Siqueira Dionísio
Luciano Freitas Filho
Luís Fernando Pistori
Luiz Alves
Luiz Modesto
Laysa Machado
Marcelo Lima de Menezes
Marcio Ornat
Maria Alcina Ramos de Freitas
Marise Felix
Marta Vanelli
Menderson Rezende
Noreen Giga
Renan Antonio da Silva
Silvânio Coelho Mota
Wesley Francisco

DEDICATÓRIA

In memoriam ao Alexandre Ivo, adolescente de 14 anos, sequestrado, torturado e assassinado no município de São Gonçalo, Rio de Janeiro, em 21 de junho de 2010, por motivo de intolerância homofóbica.

In memoriam ao Jamey Rodemeyer, adolescente de 14 anos dos Estados Unidos, que em 18 de setembro de 2011 se suicidou após ter assumido a homossexualidade em vídeo postado no YouTube: “Eu sempre digo o quanto sofro por bullying, mas ninguém me escuta. O que eu tenho que fazer para que me escutem?”

In memoriam ao Cleides Antônio Amorim, professor da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Tocantinópolis, assassinado em um bar da cidade com uma facada em 05 de janeiro de 2012 por um desconhecido cujo único motivo era “odiar viado”.

In memoriam ao jovem colombiano, Sergio Urrego, que em 5 de agosto de 2014, aos 16 anos, se jogou do último andar de um prédio comercial em Bogotá após ter sido perseguido e humilhado no colégio onde estudava, em razão de sua homossexualidade.

In memoriam ao Roliver de Jesus dos Santos, um menino de 12 anos de Vitória-ES, que na véspera do Carnaval de 2012 se enforcou com o cinto da mãe. Na escola era alvo de piadas. “Eles o chamaram de gay, bicha, gordinho... Às vezes ele ia embora chorando”. Roliver deixou uma carta pedindo desculpas pelo suicídio e dizendo que não entendia por que era alvo de tantas humilhações.

In memoriam à transexual Luana Biersack, 14 anos, desaparecida em 13 de abril de 2016 e morta afogada em um lago em Novo Itacolomi, no norte do Paraná. Segundo o delegado responsável pelo caso afirmou que quatro adolescentes são suspeitos do crime e “as investigações mostraram que não houve motivo nenhum para matarem a vítima, a não ser por preconceito. Teve agressão e violência antes da morte. A causa principal, pelo que observamos, é mesmo por intolerância.”

In memoriam à Elisabeth Lowe, 14 anos, que se enforcou em setembro de 2014 em um parque, em Manchester, Inglaterra, por estar em conflito entre a sexualidade e a religiosidade, e por temer que os pais religiosos não aceitassem o fato dela ser lésbica.

ΕΠΪΓΡΑΦΕ

Os estudantes¹ LGBT precisam ser tratados como são os estudantes heterossexuais. Não queremos ser tratados de maneira privilegiada, nem queremos ser melhor que os outros. Queremos direitos como qualquer outro cidadão. É preciso fazer isso logo, o mundo não percebe, mas somos tão humanos quanto os outros, porém estamos morrendo. O preconceito está nos matando. A cada vez que você ofende uma pessoa LGBT, o seu senso de valor é destruído. Lembre-se mais uma vez, somos tão humanos quanto os outros, mas estamos morrendo. E ninguém tem notado essa injustiça.

(Respondente do questionário, estudante gay, 17 anos, estado de São Paulo).

1. Será utilizado o termo "estudante" em preferência a "aluno/a" neste relatório, por entender que a raiz em latim da palavra "aluno/a" significa uma pessoa sem luz, desqualificando-a.

PREFÁCIO

Este relatório apresenta análises e resultados da primeira pesquisa nacional virtual realizada no Brasil com adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) sobre as experiências que tiveram nas instituições educacionais relacionadas a sua orientação sexual e/ou identidade/expressão de gênero.

Para fins de comparação, a pesquisa também foi realizada concomitantemente em outros cinco países latinoamericanos além do Brasil: Uruguai, Argentina, Chile, Peru, Colômbia, sendo que em 2016 também deverá ser realizado no México. Objetiva reunir subsídios a fim de fundamentar políticas públicas que possibilitem transformar as instituições educacionais em ambientes mais seguros e acolhedores para estudantes LGBT. Para que possamos garantir sua finalidade, a pesquisa se repetirá a cada dois anos, possibilitando monitorarmos eventuais mudanças na situação dos/das estudantes LGBT nas instituições educacionais.

Por meio das 1016 respostas efetuadas no questionário disponibilizado on-line, o relatório retrata níveis elevados e alarmantes de agressões verbais e físicas, além de violência física; ao mesmo tempo expõe níveis baixos de respostas nas famílias e nas instituições educacionais que fazem com que tais ambientes deixem de ser seguros para muitos estudantes LGBT, resultando em baixo desempenho, faltas e desistências, além de depressão e o sentimento de não pertencer a estas instituições por vezes hostis.

O relatório vem em um momento oportuno, trazendo os dados das vivências concretas dos/das estudantes LGBT nas instituições educacionais, mediadas por contra-argumentos às concepções dos movimentos conservadores e fundamentalistas que se opõe à prática de ensino e aprendizagem nos ambientes escolares sobre o respeito e reconhecimento das diversidades sexuais e da igualdade de gênero, perpetuando assim as graves situações retratadas por esta e outras pesquisas relativas à violação dos direitos humanos e do direito à educação de qualidade para todos/as em ambientes que sejam seguros. 322 (31,7%) dos/das estudantes deixaram seus comentários adicionais ao final do questionário, ilustrando e aprimorando a pesquisa com relatos de suas experiências pessoais. Estes relatos nos indignaram mais que os próprios dados numéricos. Demonstram que precisamos continuar com ações para combater o preconceito, a discriminação, a violência e o estigma contra a comunidade LGBT no ambiente educacional.

Enquanto no Brasil estamos diante de um retrocesso na agenda progressista por uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, no âmbito internacional as Nações Unidas vem evidando esforços desde 2008 para coletar informações e apontar respostas para a violência e a discriminação às quais as pessoas LGBT estão sujeitas em muitos países. Num processo que levou mais de cinco anos envolvendo consultas regionais, a UNESCO lançou em 17 de maio de 2016, Dia Internacional contra Homofobia e Transfobia, o Relatório Global sobre as respostas do setor educação à violência motivada por orientação sexual e identidade/expressão de gênero. Como isto, soma-se a recomendações das Nações Unidas referentes às pessoas LGBT para outras áreas, como a saúde, além dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, como a educação de qualidade, a igualdade de gênero e a redução das desigualdades.

Estamos num momento crucial na história brasileira em que precisamos ter resistência e persistência. Resistência para enfrentar a onda obscurantista que gostaria de tomar conta e retroceder as instituições sociais, incluindo a educação. Persistência para continuar atuando com determinação para alcançar uma sociedade de paz e justiça em que todos e todas sejam respeitados/as em suas diferenças, sem distinção de qualquer natureza.

Carlos Magno
Presidente da ABGLT

Prof. Dr. Toni Reis
Diretor Executivo do Grupo Dignidade
Secretário de Educação da ABGLT
Responsável pela Pesquisa no Brasil

SUMÁRIO

16	LISTA DE TABELAS E FIGURAS
18	RESUMO EXECUTIVO
22	INTRODUÇÃO
24	MÉTODOS E AMOSTRA
26	PARTE 1: EXPERIÊNCIAS DE AMBIENTES EDUCACIONAIS HOSTIS PARA ESTUDANTES LGBT
27	• Segurança na instituição educacional
27	• Segurança na instituição educacional de modo geral
31	• Exposição a comentários preconceituosos
31	• Comentários LGBTfóbicos.
34	• Outros tipos de comentários preconceituosos na instituição educacional
38	• Experiências de Agressão na Instituição Educacional
39	• Agressão verbal
40	• Agressão física
40	• Violência física
41	• Experiências de outros tipos de agressão e eventos negativos
43	• Denúncias de agressão e violência na instituição educacional
46	• Clima escolar hostil e desdobramentos para a educação
46	• Aspirações para a educação e planos para o futuro
52	PARTE 2: RECURSOS E APOIO NA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL
53	• Disponibilidade de recursos e apoio na instituição educacional
55	• Profissionais acolhedores/as na instituição educacional
57	• Componentes curriculares inclusivos
59	• Disposições no regulamento escolar em resposta a bullying, agressão e violência
60	• Utilidade de recursos e apoio na instituição educacional
60	• Equipe escolar acolhedora
62	• Currículo inclusivo
66	DISCUSSÃO
68	CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES
72	GLOSSÁRIO
76	REFERÊNCIAS
78	ANEXOS
79	• Lei N° 13.185/2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).
81	• Resolução N° 12/2015 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação contra LGBT (Nome Social)
83	• Manifesto por uma Educação em Respeito à Diversidade Sexual

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

25	Tabela 1.1. Características dos/das participantes da pesquisa
25	Tabela 1.2. Características das Instituições Educacionais dos/das Participantes
58	Tabela 2.1. Matérias em que os/as estudantes aprenderam sobre temas LGBT
60	Tabela 2.2. Disposição no regulamento da instituição educacional sobre agressão ou violência
28	Figura 1.1. Percentagem de estudantes que se sentem inseguros/as na instituição educacional por causa de uma característica pessoal
29	Figura 1.2. Percentagem de espaços evitados por estudantes LGBT na instituição educacional porque se sentem inseguros/as ou constrangidos/as
30	Figura 1.3. Número de dias que estudantes LGBT não foram à instituição educacional no último mês, porque se sentiam inseguros/as ou constrangidos/as
33	Figura 1.4. Frequência com que os/as estudantes ouvem comentários contra LGBT na instituição educacional
33	Figura 1.5. Percentagem de estudantes que fazem comentários LGBTfóbicos na instituição educacional
35	Figura 1.6. Frequência com que foram ouvidos comentários LGBTfóbicos feitos por professores/as ou funcionários/as da instituição educacional
35	Figura 1.7. Frequência com que professores/as ou funcionários/as da instituição educacional estavam presentes quando comentários LGBTfóbicos foram feitos na instituição educacional
36	Figura 1.8. Frequência da intervenção por profissionais da instituição educacional ou estudantes quando comentários LGBTfóbicos foram feitos
37	Figura 1.9. Percentagem de estudantes que fazem comentários sobre expressão de gênero
37	Figura 1.10. Frequência com que foram ouvidos comentários sobre expressão de gênero feitos por professores/as ou funcionários/as da instituição educacional
38	Figura 1.11. Frequência com que os/as estudantes ouviram outros tipos de comentários pejorativos na instituição educacional
39	Figura 1.12. Frequência da agressão verbal durante o ano passado na instituição educacional
40	Figura 1.13. Frequência da agressão física durante o ano passado na instituição educacional
41	Figura 1.14. Frequência da violência física durante o ano passado na instituição educacional
42	Figura 1.15. Frequência com que estudantes LGBT vivenciaram outros tipos de agressão na instituição educacional no último ano
44	Figura 1.16. Frequência com que estudantes LGBT denunciaram incidentes de agressão e violência
45	Figura 1.17. Percepções da eficácia das medidas tomadas pela equipe da instituição educacional em relação a agressão e violência
45	Figura 1.18. Frequência com que um membro da família falou com a equipe da instituição educacional sobre agressão ou violência
46	Figura 1.19. Aspirações educacionais dos/das estudantes LGBT
48	Figura 1.20. Aspirações educacionais e agressão verbal
50	Figura 1.21. Desempenho escolar e gravidade da discriminação
50	Figura 1.22. Faltar à escola e gravidade da discriminação
51	Figura 1.23. Pertencimento à escola e gravidade da discriminação
54	Figura 2.1. Grau de aceitação das pessoas LGBT por estudantes na instituição educacional
54	Figura 2.2. Frequência de participação em programa ou grupo / organização para jovens LGBT
55	Figura 2.3. Há muitos estudantes LGBT em sua escola?
56	Figura 2.4. Número de professores/as ou outros/as funcionários/as que acolhem estudantes LGBT
56	Figura 2.5. Grau de conforto em conversar com os/as profissionais da instituição educacional sobre questões LGBT
57	Figura 2.6. Percentagem de estudantes que aprenderam sobre questões LGBT na sala de aula
58	Figura 2.7. Percentagem de estudantes que tiveram aula sobre bullying
59	Figura 2.8. Estudantes LGBT relatando a disponibilidade de recursos curriculares inclusivos de questões LGBT
61	Figura 2.9. Número de professores/as e funcionários/as da instituição educacional que acolhem estudantes LGBT e as experiências de estudantes LGBT
62	Figura 2.10. Intervenção por profissionais da instituição educacional sobre comentários LGBTfóbicos e a experiência dos/das estudantes LGBT
63	Figura 2.11. Currículo que inclui questões LGBT e as experiências de dos/das estudantes LGBT
65	Figura 2.12. Disposições dos Regulamentos das instituições educacionais sobre violência e agressão e as experiências dos/das estudantes LGBT
65	Figura 2.13. Disposições dos Regulamentos das instituições educacionais sobre violência e agressão e a resposta à discriminação

RESUMO EXECUTIVO

A Pesquisa Nacional sobre Estudantes LGBT e o Ambiente Escolar em 2015 foi realizada no Brasil em parceria entre a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais ABGLT, uma associação nacional LGBT com 324 organizações afiliadas de todos os estados do país, o Grupo Dignidade, uma organização LGBT da sociedade civil sem fins lucrativos atuante no sul do Brasil desde 1992, o Centro Paranaense da Cidadania, o Instituto Brasileiro de Diversidade Sexual e o Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná. Apoio imprescindível também foi recebido da organização Todo Mejora Chile e da Gay, Lesbian and Straight Education Network (GLSEN).

CONTEXTO NACIONAL ENFRENTADO POR ADOLESCENTES LGBT

Preconceito, discriminação e violência LGBTfóbicos

Um estudo nacional em escolas brasileiras, realizado pela UNESCO e publicado em 2004, envolvendo mais de 24 mil respondentes, mostrou que 39,6% dos estudantes masculinos não gostariam de ter um colega de sala de aula que fosse homossexual, 35,2% dos pais e mães não gostariam que seus filhos tivessem um colega de classe homossexual e 60% dos/das professores/as afirmaram não estar suficientemente bem informados/as para abordar a questão da homossexualidade na sala de aula. (ABRAMOVAY et al., 2004).

Um estudo sobre preconceito e discriminação no ambiente escolar, publicado em 2009 e copatrocinado pelo Ministério da Saúde, baseado em uma amostra de 18.500 estudantes, pais e mães, diretores/as, professores/as e outros/as profissionais da educação, mostrou que 87,3% dos/das respondentes tinham atitudes preconceituosas e 26,1% tinham atitudes discriminatórias em relação a orientações sexuais diferentes da heterossexual. (MAZZON, 2009).

Além de corroborar com estes achados, a Pesquisa sobre Estudantes LGBT o Ambiente Escolar no Brasil em 2015 é inédita porque se trata de uma pesquisa realizada via internet (as mencionadas acima eram presenciais) e porque traz à tona toda uma gama de fatores que não foram explorados até o momento em relação às experiências de estudantes LGBT na escola no que diz respeito à sua orientação sexual e identidade de gênero.

Pesquisa Nacional sobre Estudantes LGBT e o Ambiente Escolar, 2015

Os/as participantes responderam um questionário online sobre suas experiências na escola no ano letivo de 2015, incluindo ter ouvido comentários preconceituosos, sentir-se (in)seguro/a, ser agredido/a e se sentir bem na escola. Também foram perguntados/as sobre suas experiências acadêmicas, atitudes em relação à escola e a disponibilidade de acolhimento para estudantes LGBT na escola. O questionário foi adaptado da Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Escolar (National School Climate Survey) da GLSEN, que vem sendo aplicada nos Estados Unidos desde 1999 e tem sido modificada e utilizada em outros países. Os critérios para participação na pesquisa foram: ter pelo menos 13 anos de idade, ter frequentado o ensino fundamental ou médio no Brasil durante o ano letivo de 2015, e se identificar como lésbica, gay, bissexual, ou ter uma orientação sexual diferente da heterossexual (ex. queer) ou se descrever como transgênero ou com outra identidade de gênero que não seja cisgênero (“cisgênero” descreve uma pessoa cuja identidade de gênero está em consonância com o sexo/gênero atribuído ao nascer). A coleta dos dados ocorreu entre dezembro de 2015 e março de 2016 e terminou no início do ano letivo de 2016.

A amostra final foi composta por um total de 1.016 estudantes com idade entre 13 e 21 anos. Os/as estudantes eram oriundos/as de todos os estados brasileiros e o Distrito Federal, com a exceção do estado do Tocantins. Quase a metade se identificou como sendo do gênero feminino (46,9%), a maioria se identificou como sendo gay ou lésbica (70,7%) e os/as demais respondentes se identificaram como bissexuais ou como tendo outra orientação sexual que não a heterossexual. A maioria desses/as estudantes LGBT frequentou o ensino médio em 2015.

PRINCIPAIS RESULTADOS

In(segurança):

- 60%² se sentiam inseguros/as na escola no último ano por causa de sua orientação sexual.
- 43% se sentiam inseguros/as por causa de sua identidade/expressão de gênero.

Comentários Pejorativos: Muito/as estudantes ouviram comentários pejorativos sobre pessoas LGBT

48% ouviram com frequência comentários LGBTfóbicos feitos por seus pares.

55% afirmaram ter ouvido comentários negativos especificamente a respeito de pessoas trans.

Agressão / violência:

- 73% foram agredidos/as verbalmente por causa de sua orientação sexual.
- 68% foram agredidos/as verbalmente na escola por causa de sua identidade/expressão de gênero.
- 27% dos/das estudantes LGBT foram agredidos/as fisicamente por causa de sua orientação sexual.
- 25% foram agredidos/as fisicamente na escola por causa de sua identidade/expressão de gênero.
- 56% dos/das estudantes LGBT foram assediados/as sexualmente na escola.

Resposta da escola / da família:

- 36% dos/das respondentes acreditaram que foi “ineficaz” a resposta dos/das profissionais para impedir as agressões.
- 39% afirmaram que nenhum membro da família falou com alguém da equipe de profissionais da escola quando o/a estudante sofreu agressão ou violência.

Faltas:

Os/as estudantes tinham duas vezes mais probabilidade de ter faltado à escola no último mês se sofreram níveis mais elevados de agressão relacionada à sua orientação sexual (58,9% comparados com 23,7% entre os/as que sofreram menos agressão) ou expressão de gênero (51,9% comparados com 25,5%).

Bem-estar:

Os/as estudantes LGBT que vivenciaram níveis mais elevados de agressão verbal por causa da orientação sexual ou expressão de gênero (frequentemente ou quase sempre) tinham 1,5 vezes mais probabilidade de relatar níveis mais elevados de depressão (73,7% comparados com 43,6% [que sofreram menos agressão] no caso da orientação sexual; 67,0% comparados com 45,3% no caso da identidade/expressão de gênero),

Acolhimento de estudantes LGBT:

- Para 64% dos/das estudantes não existia nenhuma disposição no regulamento da escola (ou desconheciam a existência) a este respeito
- Apenas 8,3% dos/das estudantes afirmaram que o regulamento da escola tinha alguma disposição sobre orientação sexual, identidade/expressão de gênero, ou ambas.

2. Percentagens arredondadas para cima ($\geq 0,5$) ou para baixo ($< 0,5$).

PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES:

- Os currículos dos cursos de formação inicial de professores/as (graduação) precisam ter conteúdos específicos sobre o respeito à diversidade sexual, com formação continuada para profissionais de educação, para que estejam preparados/as para acolher efetivamente os/as estudantes LGBT e agir diante dos problemas que surgem nas escolas.
- Materiais pedagógicos baseados em evidências (para professores/as e estudantes) precisam ser elaborados, disponibilizados e utilizados nas escolas para promover o respeito a todos e a todas, sem distinção de qualquer característica pessoal. Isto deve ocorrer de forma transversal, com base na educação em direitos humanos.
- Deve haver supervisão regular das práticas de ensino para garantir que os conteúdos curriculares sobre a promoção do respeito à diversidade sexual sejam implementados efetivamente
- São necessários canais por meio dos quais estudantes LGBT possam denunciar discriminação e violência LGBTfóbica, com mecanismos assegurados de seguimento para garantir que esses problemas sejam enfrentados efetivamente.
- Precisam ser aprovadas leis contra crimes de ódio e discriminação motivados por orientação sexual e identidade/expressão de gênero.
- O governo precisa destinar recursos financeiros especificamente para pesquisas sobre a comunidade LGBT, para que haja dados empíricos para sustentar intervenções e políticas públicas.
- Uma campanha precisa ser veiculada nos meios de comunicação para sensibilizar sobre os efeitos da discriminação e do bullying contra estudantes LGBT.

INTRODUÇÃO

Ainda existe tanto preconceito; é tão angustiante se sentir sozinho, sem compreensão, com os xingamentos; somos considerados uma escória, se não fosse por alguns poucos amigos que compreendem nossa batalha diária; vejo o futuro com tanto pessimismo, que tristeza. (depoimento de um estudante gay, 21 anos, estado do Piauí).³

Estudos publicados nos últimos dez a quinze anos vêm demonstrando e confirmando cada vez mais o quão a LGBTfobia (medo ou ódio irracionalmente às pessoas LGBT) media os conhecimentos e as práticas no contexto da sociedade brasileira, estas produzindo as mesmas lógicas nas instituições educacionais⁴. Dentre as pesquisas no campo da educação, destaca-se a intitulada “Juventudes e Sexualidade”, realizada pela UNESCO no ano 2000 e publicada em 2004, foi aplicada em 241 escolas públicas e privadas em 14 capitais brasileiras. Segundo resultados da pesquisa, 39,6% dos estudantes masculinos não gostariam de ter um colega de classe homossexual, 35,2% dos pais não gostariam que seus filhos tivessem um colega de classe homossexual, e 60% dos professores afirmaram não ter conhecimento o suficiente para lidar com a questão da homossexualidade na sala de aula. (ABRAMOVAY et al., 2004).

Publicado em 2009 pela Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, o estudo “Revelando Tramas, Descobrimos Segredos: Violência e Convivência nas Escolas”, baseou-se em uma amostra de 10 mil estudantes e 1.500 professores/as⁵ do Distrito Federal, e apontou que 63,1% dos entrevistados alegaram já ter visto pessoas que são (ou são tidas como) homossexuais sofrerem preconceito; mais da metade dos/das professores/as afirmam já ter presenciado cenas discriminatórias contra homossexuais nas escolas; e 44,4% dos meninos e 15% das meninas afirmaram que não gostariam de ter colega homossexual na sala de aula. (ABRAMOVAY et al., 2009).

Baseada em uma amostra nacional de 18,5 mil estudantes, pais e mães, diretores, professores e funcionários, a pesquisa “Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar”, realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, revelou que 87,3% dos entrevistados têm preconceito com relação à orientação sexual. (MAZZON, 2009).

Constituindo-se como materialidade dos estudos e pesquisas, a Fundação Perseu Abramo publicou em 2009 a pesquisa “Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil: intolerância e respeito às diferenças sexuais”, que indicou que 92% da população reconheceram que existe preconceito contra LGBT e que 28% reconheceram e declarou o próprio preconceito contra pessoas LGBT, percentual este cinco vezes maior que o preconceito contra negros e idosos, também identificado pela Fundação. (VENTURI, 2009).

A partir de 2011, o serviço nacional de denúncia de violações de direitos humanos, o Disque 100, passou a ter um módulo LGBT específico. Complementando e concretizando as pes-

quisas acima, os dados quantitativos do Disque 100 em relação à violação dos direitos humanos das pessoas LGBT demonstram que são reportadas 30 violações de direitos humanos de caráter LGBTfóbico por dia no Brasil e que a cada dia 15 pessoas são vítimas de violências LGBTfóbicas reportadas no país, além de uma estimativa provavelmente subnotificada de mais de 300 assassinatos por ano de pessoas LGBT no país em função da violência motivada por orientação sexual e identidade/expressão de gênero.

Diante desta situação, especificamente em relação à educação, a Conferência Nacional de Educação Básica de 2008 e as Conferências Nacionais de Educação de 2010 e 2014 aprovaram deliberações voltadas para a promoção do respeito à diversidade sexual na educação, tanto é que a versão preliminar do Plano Nacional de Educação 2014-2024 continha uma disposição específica a este respeito.

Por sua vez, tais deliberações das Conferências Nacionais de Educação tiveram seus alicerces na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e em outras normas subsequentes como as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Essenciais neste entendimento são os princípios fundamentais da Constituição Federal, em especial a construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, bem como os preceitos da igualdade, da dignidade humana, da liberdade de expressão e do direito à educação.

Ainda, no âmbito internacional o Brasil é signatário de diversas convenções e tratados, a começar pela Declaração Universal dos

³. Além dos dados estatísticos derivados das perguntas fechadas, também são citados para fins de ilustração alguns dos comentários deixados pelos/pelas estudantes em resposta à última pergunta aberta do questionário: “Tem mais alguma coisa que você gostaria de compartilhar sobre suas experiências na instituição educacional?”

⁴. Neste relatório sobre a situação de adolescentes e jovens, o termo “Instituição Educacional” significa escola, colégio, instituto, Educação de Jovens e Adultos, curso pré-vestibular, ou seja, os ambientes da educação básica.

⁵. Em conformidade com a Lei nº 13005/2014 (Plano Nacional de Educação 2014-2024), será utilizada linguagem inclusiva de gênero (o/a) para contemplar ambos os sexos, e não apenas o sexo masculino.

Direitos Humanos, que versam sobre o direito à não discriminação e o direito à educação para todos/as.

Desta forma, a busca por uma educação que respeite as diferenças e promova a paz e a convivência harmônica, encontra-se respaldada em décadas de decisões consensuadas, compactuadas e regulamentadas no âmbito nacional e internacional.

Por este motivo, deve-se continuar a resistir à imposição por forças obscurantistas de retrocessos na educação brasileira, e enfrentá-la com a garantia da laicidade do Estado na prática da educação pública.

Meu professor de história foi demitido por ter me ajudado quando sofria muito bullying. Os outros pais e estudantes fizeram abaixo assinado contra ele porque ele começou a propor trabalhos com temas lgbt. (depoimento de um estudante gay, 17 anos, estado de São Paulo).

A pesquisa nacional virtual em que o presente relatório se fundamenta, objetiva mapear as experiências de estudantes LGBT nas instituições educacionais e abordou questões como a ocorrência de comentários LGBTfóbicos e sexistas; segurança, agressão e violência; políticas / disposições do regulamento escolar contra agressão e violência; sentimentos dos/das estudantes LGBT em relação à instituição educacional e em relação a si mesmos/as no ano letivo de 2015.

Para avançarmos na elaboração de instrumentos que propiciem construirmos instituições educacionais constituídas de ambientes seguros e acolhedores para com estudantes LGBT, destacam-se duas novas leis brasileiras que vêm a somar-se às décadas de marcos normativos voltadas para a educação inclusiva, igualitária e de qualidade de fato.

A Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015, institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (bullying). Para tanto, no que diz respeito à educação, a lei prevê a capacitação de docentes e equipes pedagógicas para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema; a implementação e disseminação de campanhas de educação, conscientização e informação; a instituição de práticas de conduta e orientação de pais, familiares e responsáveis diante da identificação de vítimas e agressores; assistência psicológica, social e jurídica às vítimas e aos agressores; a promoção da cidadania, da capacidade empática e do respeito a terceiros, nos marcos de uma cultura de paz e tolerância mútua (entre outros).

Por sua vez, o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13005/2014), tem entre suas diretrizes a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação, bem como a promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos e à diversidade.

Assim exposto, resta nos apropriarmos de ações mediadas por práticas inclusivas, respaldados/as pela lei, no que tange à formação inicial e continuada dos/das profissionais de educação com foco na temática do respeito à diversidade sexual e de gênero, efetivando-se nas instituições educacionais em ações combativas para superar gradativamente o desrespeito, a agressão e violência contra estudantes LGBT retratados neste relatório.

Me fizeram sentir uma aberração. Diziam que ser lésbica não é normal, e sim resultado de criação, influências e/ou bloqueios mentais. Me chamavam no masculino, não deixavam eu usar o banheiro feminino e diziam que eu devia ser transexual. Desejaram em redes sociais que eu e minha namorada tivéssemos aids e que eu morresse. Me senti isolada e excluída de todas as possibilidades afetivas, uma pária no ambiente educacional. (depoimento de uma estudante lésbica, 16 anos, Distrito Federal).

MÉTODOS E AMOSTRA

Os/as participantes preencheram um questionário online sobre suas experiências na instituição educacional que frequentavam no ano letivo de 2015, incluindo comentários preconceituosos que ouviram, o quanto se sentiram seguros/as, foram agredidos/as ou se sentiram à vontade ou constrangidos/as na instituição educacional. Também responderam perguntas sobre suas experiências acadêmicas, suas atitudes em relação à instituição educacional, seu envolvimento na instituição educacional, bem como a disponibilidade de apoio na instituição educacional. Os critérios para inclusão na pesquisa foram: ter pelo menos 13 anos de idade, ter frequentado o ensino básico no Brasil durante o ano letivo de 2015, identificar-se como lésbica, gay, bissexual ou ter uma orientação sexual que não a heterossexual (ex. queer) ou se descrever como transgênero ou ter uma identidade de gênero que não seja cisgênero (“cisgênero” descreve uma pessoa cuja identidade de gênero está em consonância com o sexo/gênero atribuído ao nascer).

Antes de iniciar o questionário, havia um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, explicando os objetivos da pesquisa, a natureza voluntária e sigilosa da mesma, o direito de desistir a qualquer momento sem qualquer ônus, que a participação não era remunerada, que existia no final do questionário uma lista de contatos em caso do/da respondente sentir que precisava de apoio com os direitos humanos ou apoio emocional e que os dados da pesquisa seriam transformados em uma publicação. Por último, o/a participante teve que confirmar que estava de acordo com a participação na pesquisa antes de passar para a tela das perguntas do questionário.

O questionário foi composta por perguntas fechadas do tipo opção única, múltipla escolha e a escolha de opções de acordo com a metodologia da Escala de Likert. Houve apenas duas perguntas abertas: uma para o/a respondente explicar por que não denunciou na instituição educacional eventual agressão ou violência sofrida; e uma pergunta final para o/a respondente compartilhar alguma experiência, se assim quisesse. A coleta de dados foi realizada entre dezembro de 2015 e março de 2016 e terminou no início do ano letivo de 2016. O sigilo e anonimato dos/das respondentes foram garantidos.

O questionário foi disponibilizado por meio de grupos comunitários LGBT, listas de e-mail, mídias sociais voltadas para adolescentes e jovens LGBT, sites de organizações parceiras, organizações estudantis, sindicatos, instituições nacionais e locais ligadas à educação e aos direitos humanos. Também fizemos anúncios dirigidos no Facebook conforme o perfil informado a fim de ampliar nosso alcance e obter uma amostra mais representativa.

A amostra final foi composta por um total de 1.016 estudantes com entre 13 e 21 anos de idade. Houve respostas de estudantes de todos os estados e do Distrito Federal, com a exceção do Tocantins. A Tabela 1.1 apresenta as características demográficas dos/das participantes e a Tabela 1.2 mostra as características das instituições educacionais frequentadas pelos/as participantes. Em relação ao quesito raça/cor, a maioria dos/das estudantes se identificou como branca (59,3%), seguido de afro-brasileira ou negra (17,7%) e multirracial (14,6%). Cerca da metade se identificou como sendo do sexo feminino (46,9%), e a maioria se identificou como gay ou lésbica (70,7%). A maioria dos/das estudantes lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) estava no Ensino Médio no ano letivo de 2015.

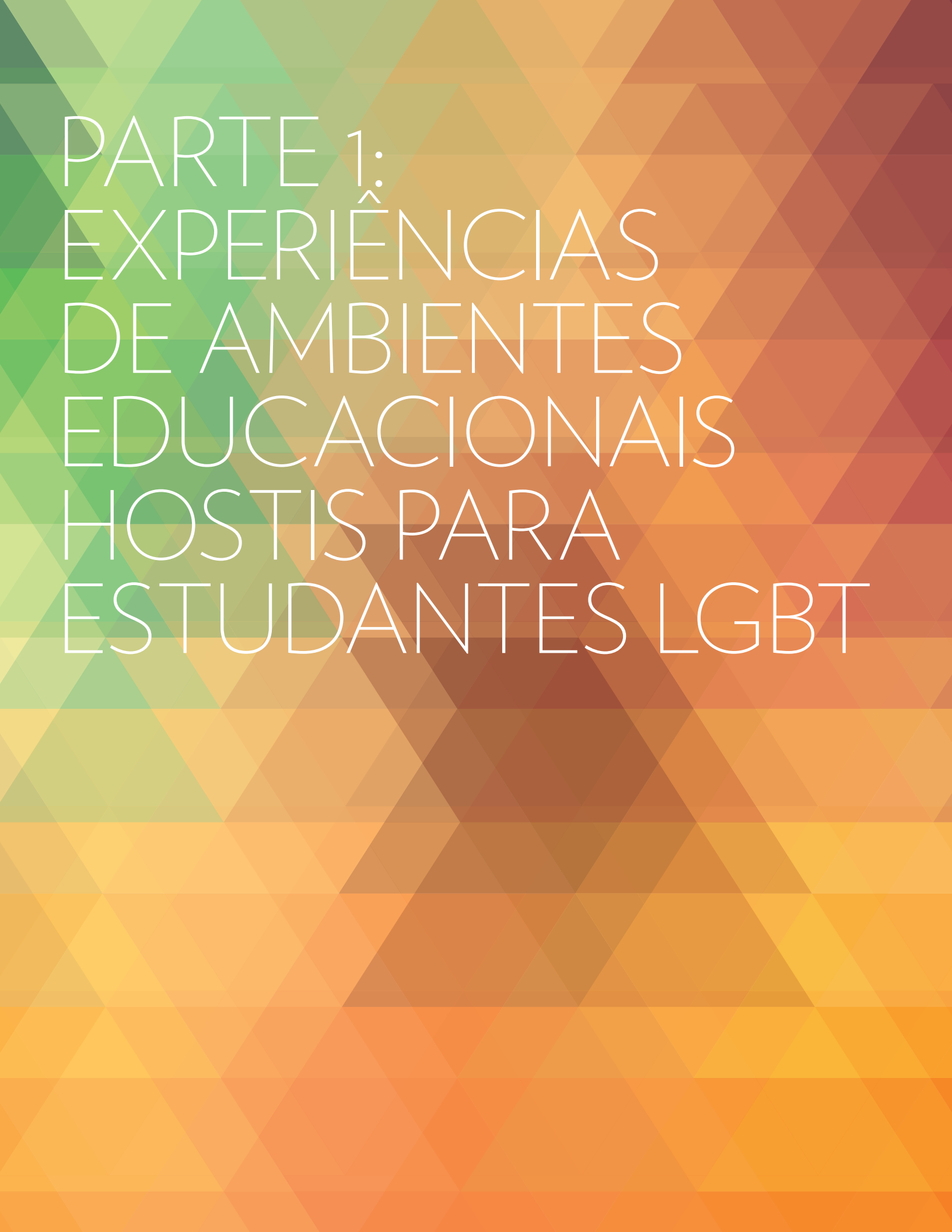
TABELA 1.1. CARACTERÍSTICAS DOS/DAS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Raça/cor ou etnia (n = 1007)		Gênero (n = 980)	
Branca	59,3%	Feminino	46,9%
Afro-brasileira ou Negra	17,7%	Masculino	32,0%
Multirracial	14,6%	Transexual ou Travesti	7,7%
• Parda, Mestiço ou Moreno	5,3%	Outro	13,1%
• Afro-brasileira ou Negra e Indígena do Brasil	2,1%	Grau de Instrução (n = 1016)	
• Branca e Afro-brasileira/Negra	1,1%	Ensino Fundamental II	0,4%
• Afro-brasileira e Negra e Indígena do Brasil	1,8%	6 ^a	1,9%
• Outro Multirracial	4,4%	7 ^o	6,9%
Indígena do Brasil	4,5%	8 ^a	11,8%
Hispanica	1,9%	9 ^o	
Outra Raça ou Etnia	2,1%	Ensino Médio	
Orientação Sexual (n = 1016)		1 ^o	23,4%
Gay ou Lésbica	70,7%	2 ^o	29,2%
Bissexual ou Pansexual	22,2%	3 ^o	26,2%
Outra (ex.: queer)	7,1%	4 ^o (técnico)	0,2%
		Idade média (n = 1016) = 16,3 anos	

TABELA 1.2. CARACTERÍSTICAS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DOS/DAS PARTICIPANTES

Tipo de Instituição educacional (n = 1004)		Tamanho da Instituição educacional (n = 1008)	
Instituição educacional pública	73,1%	Menos de 500 estudantes	20,0%
Instituição educacional confessional (religiosa)	6,5%	501 a 1000 estudantes	40,0%
Outro tipo de instituição educacional privada	20,4%	1001 a 1500 estudantes	18,8%
Localização da Instituição educacional (n = 1002)		Mais de 1500 estudantes	21,2%
Área urbana	74,5%	Macrorregião⁶	
Região metropolitana	22,8%	Sudeste	52,4%
Área rural	2,8%	Sul	21,6%
		Nordeste	14,8%
		Centro-Oeste	7,0%
		Norte	4,2%

6. Sudeste: Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo; Sul: Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina; Nordeste: Alagoas, Bahia; Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe; Centro-Oeste: Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul; Norte: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima.



PARTE 1:
EXPERIÊNCIAS
DE AMBIENTES
EDUCACIONAIS
HOSTIS PARA
ESTUDANTES LGBT

SEGURANÇA NA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL

SEGURANÇA NA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL DE MODO GERAL

Eu me senti muito insegur@ por não ter muita gente que me apoiasse e por ouvir alguns dos meus colegas desconsiderando o sofrimento de pessoas da comunidade LGBT. (depoimento de estudante bissexual, 17 anos, estado de Santa Catarina).

Para os/as adolescentes e jovens, a instituição educacional pode ser um lugar inseguro por diversos motivos. Foi perguntado para os/as estudantes que participaram da nossa pesquisa se em algum momento no último ano letivo se sentiram inseguros/as na instituição educacional por causa de alguma característica pessoal, incluindo: orientação sexual, gênero, identidade / expressão de gênero (ou seja, em termos tradicionais, até que ponto a aparência ou os comportamentos correspondiam a noções tradicionais do “masculino” ou do “feminino”), bem como o tamanho ou o peso corporal. Conforme indicado na Figura 1.1, muitos/as dos/as estudantes LGBT se sentiam inseguros/as na instituição educacional por causa de sua orientação sexual e identidade / expressão de gênero:

- 60,2% afirmaram se sentir inseguros/as na instituição educacional no último ano por causa de sua orientação sexual.
- 42,8% se sentiam inseguros/as por causa da maneira como expressavam o gênero

Certa vez ao sair da escola com a minha amiga (lésbica), dois garotos da nossa sala nos perseguiram até quase chegarmos à minha casa (moro a 5 km da escola). Enquanto corríamos com medo, os dois gritavam coisas como: aberrações, filhos do capeta, abominação e coisas do tipo. Depois do ocorrido fui para a escola por mais uma semana, e depois desisti de estudar aquele ano (2015), pois não me sentia seguro. (depoimento de estudante de 16 anos, estado do Mato Grosso).

Foi comum também os/as estudantes LGBT relatarem sentimentos de insegurança no último ano por causa do tamanho ou do peso corporal (29,4%).

Eu estudo nessa instituição desde o maternal, e desde os meus 7 anos aos 14 eu sofri bullying... lesbofobia, gordofobia e machismo. (depoimento de uma estudante lésbica, 18 anos, estado do Rio de Janeiro).

Quando os/as estudantes se sentem inseguros/as ou constrangidos/as na instituição educacional, pode acontecer de evitarem os locais ou as atividades específicas onde se sentem mais rejeitados/as, ou podem até sentir a necessidade de se ausentar da instituição educacional para sempre. Assim, o ambiente escolar hostil pode impactar na capacidade do/da estudante LGBT se envolver e participar plenamente na comunidade escolar. Perguntamos para os/as estudantes LGBT se havia determinados espaços na instituição educacional que evitavam especificamente porque se sentiam inseguros/os ou constrangidos/as nos mesmos.

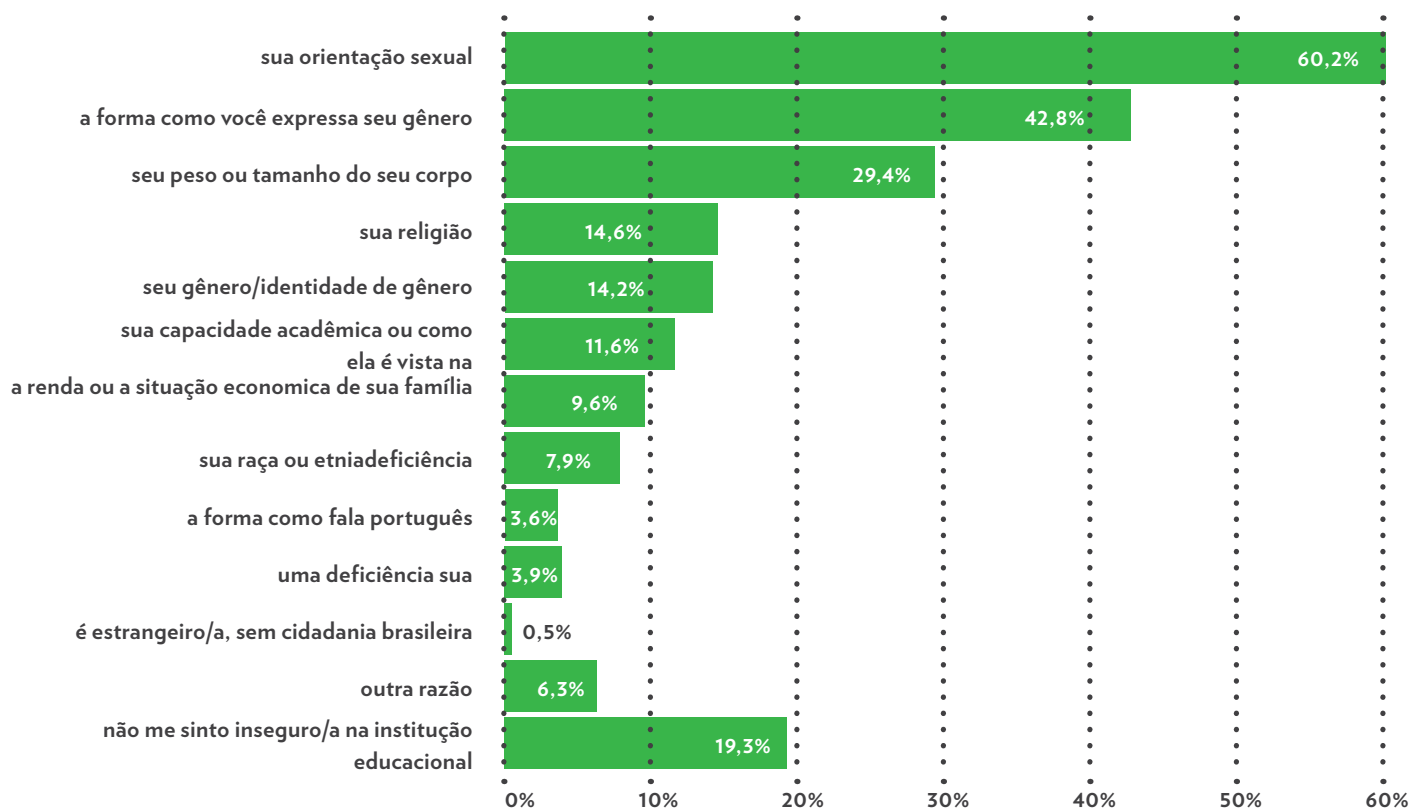
A atividade que mais incomodava na instituição educacional era usar o banheiro, pois eu era frequentemente confundida com alguém do gênero masculino. As pessoas não tinham tato, saíam correndo do banheiro quando eu estava lá dentro, davam risadas e gritavam. Já aconteceu dezenas de vezes, passei a evitar esse lugar, e quando precisava usar, esperava até que estivesse vazio... (depoimento de uma estudante lésbica, 17 anos, estado de Minas Gerais).

Observa-se na Figura 1.2, que os locais que os/as estudantes LGBT evitavam com mais frequência eram as instalações esportivas ou as aulas de educação física e os banheiros da instituição educacional, com mais de um terço evitando cada um desses espaços porque se sentiam inseguros/as ou constrangidos/as (38,4% e 36,1%, respectivamente). Mais de 25% dos/das estudantes LGBT também afirmaram que evitavam os vestiários (30,6%) e um quinto evitava quadras ou instalações esportivas da instituição educacional (22,1%).

Me senti insegura, mal, como se não fosse útil, e como se a minha vida não fizesse sentido. Me sinto como se ninguém ligasse pra mim, me sinto sozinha, afundando em uma piscina de areia movediça. Não consigo subir, quando eu tento subir a areia me puxa de volta... Às vezes só queria o fim da minha vida. (depoimento de estudante bissexual, 15 anos, estado do Rio Grande do Sul).

FIGURA 1.1. PERCENTAGEM DE ESTUDANTES QUE SE SENTEM INSEGUROS/AS NA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL POR CAUSA DE UMA CARACTERÍSTICA PESSOAL

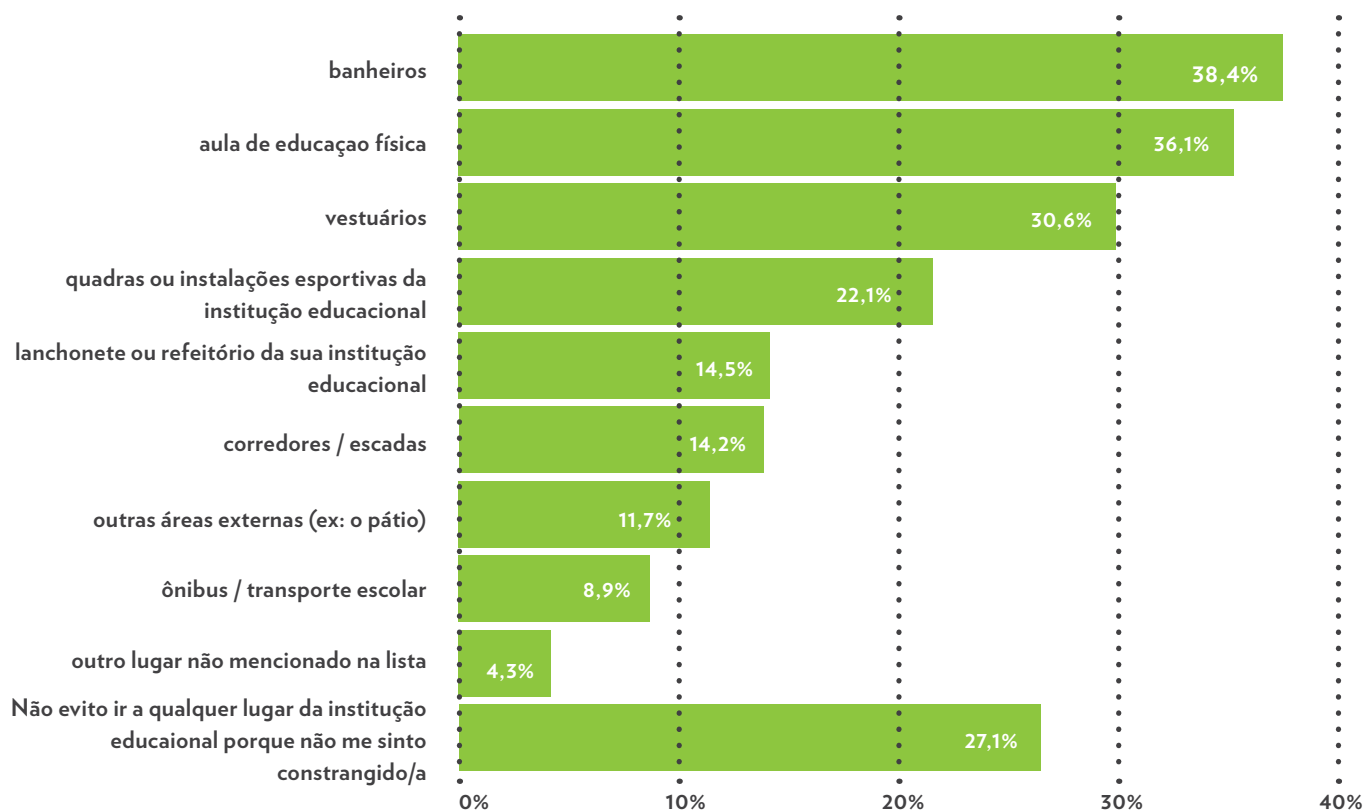
“Você se sente inseguro/a na sua instituição educacional por causa de...”



Me descobri no primeiro semestre como lésbica, e poucos meses depois como homem trans, e tive minha perspectiva de vida completamente alterada. Desde que eu cortei o cabelo e passei a me vestir com roupas que eu julgo mais “a minha cara”, passei também a temer andar na rua. Passei a receber olhares de ódio na rua. Eu, um jovem de classe média alta, branco, morando em um bairro rico, levei um choque de realidade ao perceber que eu tinha muitos privilégios e que minha expressão de gênero tirou quase todos eles de mim. Esse ano, tudo mudou para mim, eu tenho medo de andar na rua sozinho, eu tenho medo de me assumir para meus pais, eu tenho medo de nunca ser capaz de concluir minha transição, de não ser aceito no mercado de trabalho. Eu tenho medo de tudo e de todos. (depoimento de estudante trans, 16 anos, estado de São Paulo.

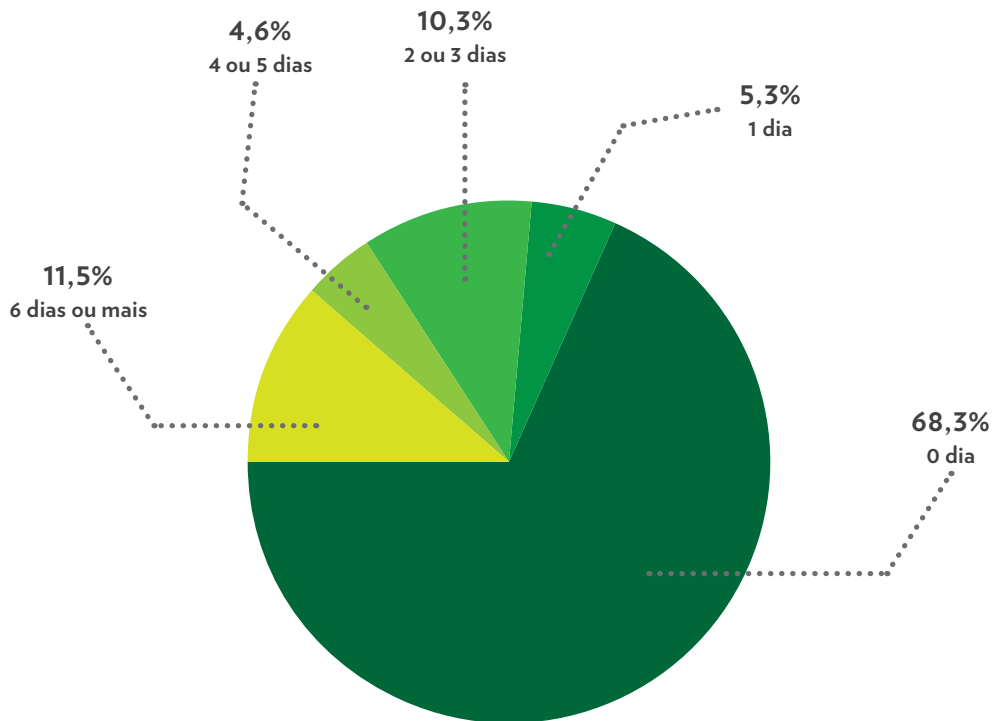
FIGURA 1.2. PERCENTAGEM DE ESPAÇOS EVITADOS POR ESTUDANTES LGBT PORQUE SE SENTEM INSEGUROS/AS OU CONSTRANGIDOS/AS

“Quais dos seguintes espaços na instituição educacional você evita porque se sente constrangido/a ou inseguro/a neles?”



Muitas vezes ameaçado, humilhado, separado e desamparado. Mesmo assim continuei firme e forte determinado a completar os anos em que perdi por medo, insegurança, e mais medo, com a esperança de que um dia as escolas sejam uma segunda casa, onde além de se aprender sobre apenas fazer expressões matemáticas ou poemas arcaicos, mas também sobre igualdade, sobre respeito, sobre amar o próximo, porque é isso o que deveria ser ensinado nas escolas, respeito. (depoimento de um estudante gay, 16 anos, estado do Paraná).

FIGURA 1.3
NÚMERO DE DIAS QUE ESTUDANTES LGBT NÃO FORAM À INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL NO ÚLTIMO MÊS, PORQUE SE SENTIAM INSEGUROS/AS OU CONSTRANGIDOS/AS



Sentir-se inseguro/a ou constrangido/a na instituição educacional pode afetar o desempenho acadêmico dos/estudantes, sobretudo se resultar em faltas às aulas. Quando perguntados/as sobre as faltas, quase um terço (31,7%) dos/das estudantes LGBT afirmaram ter faltado na instituição educacional pelo menos um dia no último mês (Figura 1.3).

Eu passei a tirar só notas baixas, e parei de frequentar a escola, o que acabou fazendo com que eu reprovasse de ano. (depoimento de uma estudante lésbica, 16 anos, estado de São Paulo).

Não gosto mais de ir pra escola porque é lá que tenho minhas piores lembranças. Ano passado me zuaram só porque eu gostava de uma professora. Eles me chamavam de sapatão, me xingavam, eu me sentia infeliz (...), as amigas que pouco tinha perdi quando souberam que eu me apaixonei por uma professora. A diretora tentava resolver meu problema, mas nada resolvia. Minhas aulas este ano já começaram e só fui 3 dias. Bom, durante esses únicos 3 dias que fui sofri bullying, assédio, xingamento e brincadeira de mau gosto. Tentei me ajuntar a um menino popular pra ver se conseguia sofrer menos. Bom, eu consegui, mas não adianta de nada porque ainda sim olham pra mim como se fosse um E.T., como se fosse um estranho. Tento desmentir minha sexualidade porque se já sofro bullying sem assumir, imagina se assumisse. Minha mãe tenta me fazer ir pra escola, mas não adianta. Penso em até suicídio, mas ela tenta me dar forças. (...) Bom eu já sou

tão infeliz comigo que não quero mais ver ninguém, já pedi pra minha mãe morar bem longe de família e qualquer pessoa que possa me julgar, mas não tem como. Não sou mais feliz e há 4 anos que vivo numa angústia sem fim. E como minha cidade é pequena, tem poucas pessoas LGBT aqui, e na minha idade não tem nenhuma menina lésbica, é triste porque nunca vou poder sair pra rua com minha namorada ou falar que tenho uma porque o preconceito é grande e porque não tem. Bom, eu já falei muito e se fosse pra conta tudo eu passaria uma semana, mas meu conceito sobre a vida é que ela não tem valor quando você é alvo de bullying, a infelicidade é sua vida e raramente você é feliz. (depoimento de estudante lésbica, 14 anos, estado do Ceará).

EXPOSIÇÃO A COMENTÁRIOS PRECONCEITUOSOS

Muitas piadas sobre estupro, e meninos fetichizando o fato de eu ser bi. Eu sou lésbica, mas por medo e insegurança me digo bi. (depoimento de estudante lésbica, 13 anos, estado do Rio de Janeiro).

Comentários LGBTfóbicos, sexistas, racistas, entre outros, podem fazer com que o ambiente educacional seja hostil para qualquer estudante. Perguntamos sobre as experiências dos/das estudantes LGBT no sentido de ter ouvido comentários contra pessoas LGBT e outros tipos de comentários pejorativos na instituição educacional. Visto que comentários LGBTfóbicos e comentários negativos sobre a identidade / expressão de gênero são especificamente relevantes para estudantes LGBT, fizemos perguntas adicionais na pesquisa para os/as estudantes sobre a utilização deste tipo de comentários contra LGBT por parte de profissionais e funcionários/as da instituição educacional e como os/as mesmos/as reagiam a comentários desta natureza.

O meu ensino médio foi horrível, graças aos meus colegas estudantes e aos funcionários da minha escola. Era difícil para mim acordar todos os dias e ir para aquele inferno. (depoimento de uma estudante lésbica, 17 anos, estado do Rio Grande do Sul).

Comentários LGBTfóbicos. Perguntamos para os/as estudantes sobre a frequência com que ouviam comentários LGBTfóbicos. Conforme consta na Figura 1.4, quase a metade (47,5%) dos/das estudantes LGBT relataram ter ouvido outros/as estudantes fazendo comentários pejorativos, tais como “bicha,” “sapatão,” ou “viado,” frequentemente ou quase sempre na instituição educacional. Além disso, perguntamos para os/as estudantes que costumavam ouvir comentários LGBTfóbicos na instituição educacional até que ponto isto estava comum entre a população estudantil. Observa-se na Figura 1.5 que um quinto dos estudantes LGBT que costumavam ouvir comentários LGBTfóbicos na instituição educacional (21,7%) relataram que esses tipos de comentários eram feitos pela maioria dos seus pares. Ademais, mais de dois terços (69,1%) dos/das estudantes relataram que já ouviram comentários LGBTfóbicos feitos por professores/as ou outros/as funcionários/as da instituição educacional (Figura 1.6).

No colégio reinava o machismo, a misoginia, a lgbtobia e a gordofobia. Qualquer fuga do estereótipo padrão de gênero, sexualidade ou/e beleza era motivo de “piadas”. Não ocorreram agressões físicas, porém as verbais eram diárias. O pior de tudo é que as agressões mais graves vinham dos professores. O de história desrespeitava identidades de gênero ou sexualidade (que não se adequassem à heteronormatividade), as quais o mesmo não sabia diferenciar. Chamava mulheres “masculinizadas” “de machorra”, fazia comentários hipersexualizando mulheres e fazia discurso de ódio disfarçado contra lgbs. Mas o grande pesadelo era o professor de matemática, fui perseguido pelo mesmo após reclamar à direção sobre seus discursos de ódio contra lgbs (dizendo que “traveção” tinha que apanhar até virar homem, que os gays impunham seu estilo de vida demoníaco, etc.), e suas “piadas” sobre violência doméstica. Além de me perseguir em sala de aula, ameaçou bater se encontrasse na rua. (depoimento de um estudante gay, 16 anos, estado do Paraná).

Foi perguntado para os/as estudantes que afirmaram ter ouvido comentários LGBTfóbicos na instituição educacional com que frequência professores/as ou outros/as funcionários/as estavam presentes e, quando presentes, com que frequência tomavam alguma providência. Conforme indicado na Figura 1.7, os comentários LGBTfóbicos foram feitos com maior frequência quando professores/as ou funcionários/as não estavam presentes – apenas em torno de um quarto dos/das estudantes disseram que profissionais estavam presentes “sempre” ou “a maioria das vezes.” A maioria dos/das professores/as e funcionários/as da instituição educacional não fazia intervenções quando da ocorrência de comentários LGBTfóbicos. Conforme consta na Figura 1.8, menos de um quarto (16,1%) relatou que os/as profissionais tomavam providências a maioria das vezes ou sempre, e 53,9% relataram que os/as profissionais nunca tomavam providências.

Me chamam de coisas como “sapatona”, “bolacheira”, etc, na brincadeira, e eu finjo que não me importo, mas na verdade eu me magoo e me incomodo bastante. A coordenação também já tentou me afastar de algumas garotas, inclusive chamaram as mães dessas estudantes pra “alertar” sobre mim. (depoimento de uma estudante lésbica, 17 anos, estado de Alagoas).

Seria de se esperar que os/as professores/as e funcionários/as da instituição educacional assumissem a responsabilidade por tomar medidas em relação a problemas com comentários preconceituosos na instituição educacional. No entanto, os/as estudantes também podem intervir ao ouvirem este tipo de comentário, sobretudo porque muitas vezes os/as profissionais não estão presentes quando ocorre. Portanto, a disposição de outros/as estudantes em intervir quando ou-

vem comentários desta natureza pode ser outro indicador importante do clima na instituição educacional. Contudo, poucos/as estudantes relataram que seus pares intervinham sempre ou a maioria das vezes quando ouviam comentários LGBTfóbicos (25,6%), e mais de um terço (36,2%) disseram que seus pares nunca tomavam qualquer providência (Figura 1.8).

Eu fui perseguida pela coordenadora, chegou um período em que não podia abraçar, nem ir com minhas amigas ao banheiro que os funcionários implicavam ou me seguiam. (depoimento de uma estudante bissexual, 17 anos, estado da Bahia).

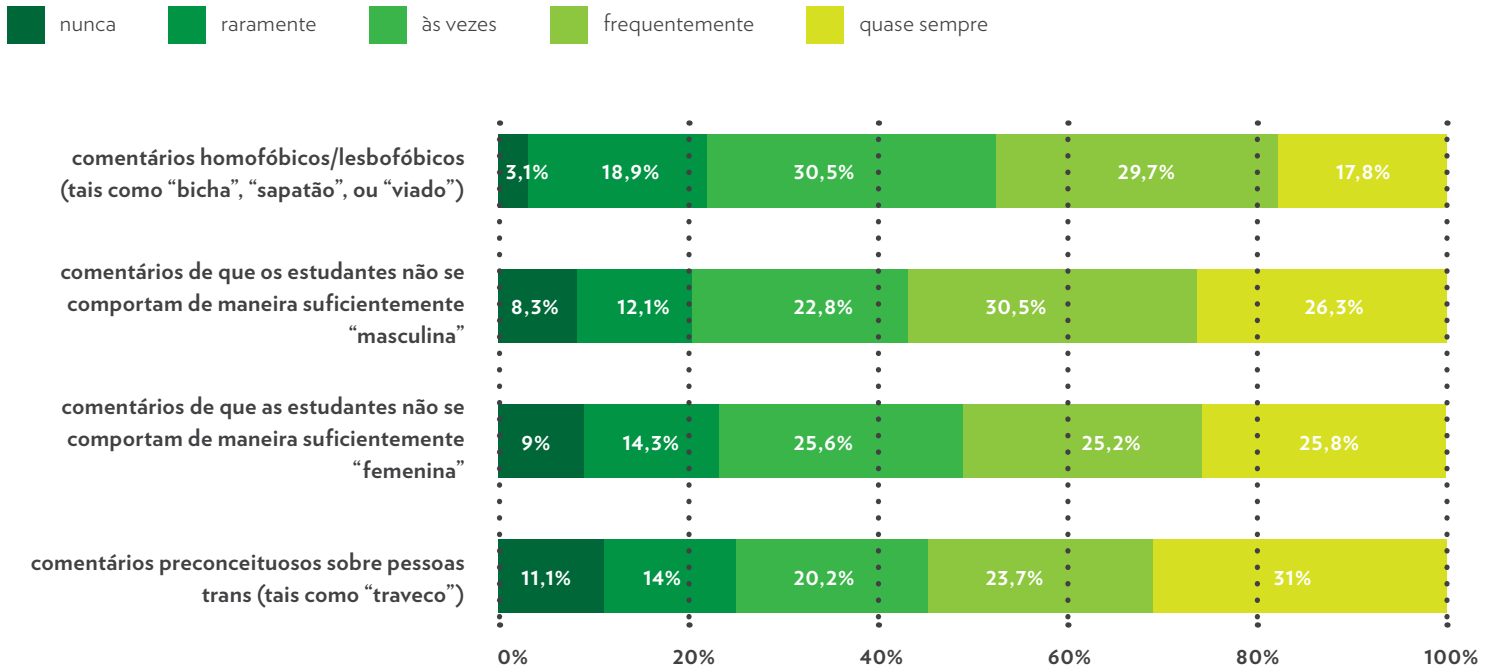
A maioria dos/das estudantes LGBT relata a utilização desenfreada de comentários LGBTfóbicos na instituição educacional, e este comportamento contribui para um ambiente de aprendizagem que é hostil para essa população. Se as autoridades da instituição educacional intervêm pouco quando ouvem comentários preconceituosos na instituição educacional, isto pode transmitir para os/as estudantes a mensagem de que os comentários LGBTfóbicos são tolerados. Além disso, pode ser que os/as próprios/as professores/as e funcionários/as estejam servindo de modelos de comportamentos inadequados e legitimando a utilização de comentários LGBTfóbicos, uma vez que a maioria dos/das estudantes já ouviram professores/as / funcionários/as da instituição educacional fazendo comentários LGBTfóbicos em algum momento.

A minha bissexualidade é constantemente questionada. Ou me taxam de gay, de frescurento ou safado. Sinto que minha orientação está sendo deslegitimada e eu odeio isso! As garotas se recusam a ficar comigo por acharem que eu só quero “me esconder”, e é horrível porque eu me atraio muito por mulheres assim como por homens!!! (depoimento de um estudante bissexual, 16 anos, estado de São Paulo).

Comentários negativos sobre a identidade / expressão de gênero. Muitas vezes a sociedade impõe normas sobre o que é considerado a expressão apropriada do gênero da pessoa. As pessoas que expressam o gênero de maneira considerada atípica podem sofrer críticas, agressão e, às vezes, violência. Assim, fizemos duas perguntas distintas para os/as estudantes sobre comentários que ouviram relacionados à identidade / expressão de gênero de outros/as estudantes — uma das perguntas foi sobre a frequência com que ouviram comentários sobre alguém que não agia de forma suficientemente “masculina”, enquanto a outra pergunta foi sobre a frequência com que ouviram comentários sobre alguém que não agia de forma suficientemente “feminina”.

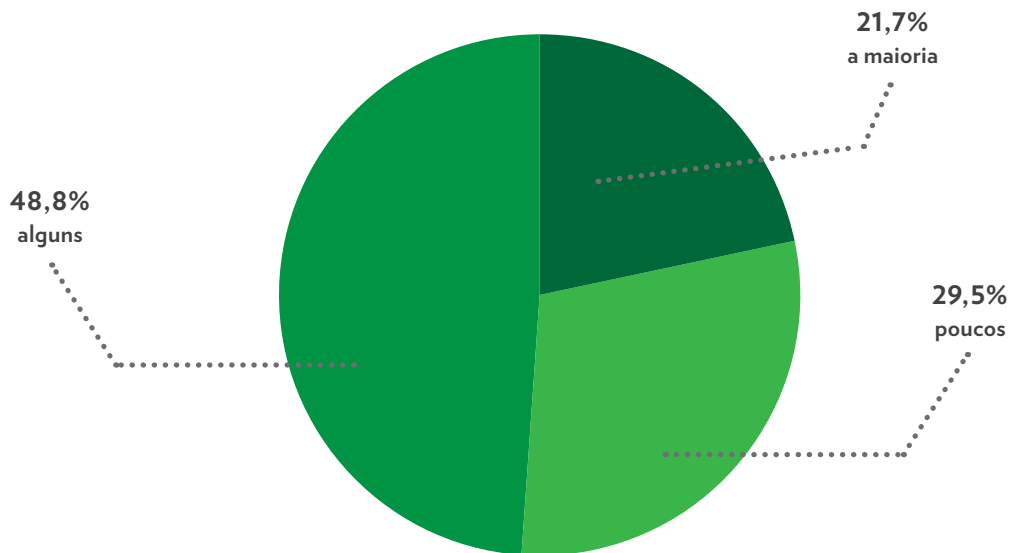
Tive que mudar de colégio quase no final do ano letivo devido aos comentários inapropriados, chegando na outra escola ninguém me conhecia, porém já foram deduzindo por algum jeito meu. Me sinto muito constrangida com isso, por que em pleno século XXI têm-se tantas pessoas homofóbicas? Seria legal esses cuidadores de escolas ou quaisquer sejam as instituições, debaterem sobre o tema e ter uma visão mais vasta diante da nossa sociedade, somos todos iguais, apenas tem pessoas com qualidades mais desenvolvidas do que outras... (depoimento de uma estudante lésbica, 17 anos, estado de Sergipe).

FIGURA 1.4.
FREQUÊNCIA COM QUE OS/AS ESTUDANTES OUVEM COMENTÁRIOS
CONTRA LGBT NA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL



Eu sinto que as pessoas me olham de um jeito estranho, tal como “cuidado, ela é lésbica, vai que ela quer pegar você”, ou quando alguns colegas me chamavam de “sapatão” ou “macho”. (depoimento de uma estudante lésbica, 15 anos, estado do Rio Grande do Sul).

FIGURA 1.5. **PERCENTAGEM DE ESTUDANTES QUE FAZEM COMENTÁRIOS**
LGBTFÓBICOS NA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL



Há pouquíssima visibilidade LGBT. Os termos “viado”, “bicha”, “boiola”, “puta”, “traveco” etc. são constantemente usados por professores e estudantes com a intenção de ofender. Tive a oportunidade de apresentar um seminário sobre lgfts, provei o que eu pensava (muitos eram completamente ignorantes sobre várias questões) e me surpreendi com a mente aberta de alguns. (depoimento de uma estudante queer, 15 anos, estado do Ceará).

Os achados desta pesquisa demonstram que comentários negativos sobre as expressões de gênero das pessoas estavam generalizados nas instituições educacionais. Conforme ilustrado na Figura 1.4, mais da metade dos/das estudantes LGBT relataram ter ouvido muitas vezes ou frequentemente um desses dois tipos de comentário sobre a identidade / expressão de gênero de alguém na instituição educacional (56,8% sobre não ser “masculino” e 51,0% sobre não ser “feminina” o suficiente). Os comentários sobre os estudantes que não agiam de maneira suficientemente “masculina” foram mais comuns que os comentários sobre os estudantes que não agiam de forma suficientemente “feminina”⁷. Quando perguntados/as sobre a proporção da população estudantil que fazia esse tipo de comentário, um quarto (27,2%) dos/as estudantes relataram que a maioria de seus pares fazia comentários negativos sobre a identidade / expressão de gênero de alguém (Figura 1.9). Ademais, 24,3% dos/das estudantes LGBT relataram que já ouviram “frequentemente” ou “quase sempre” esses tipos de comentários feitos por professores/as e outros/as funcionários/as da instituição educacional (Figura 1.10).

Em minha opinião, os estudantes estão muito melhor preparados para lidar com LGBT do que professores/funcionários. Em 2015 sofri preconceito por parte da diretoria da escola, teve situações que eles constrangeram uma de minhas amigas por minha causa, dizia que eu não podia abraçar minha amiga pois eu influenciaria as outras pessoas a serem gay também (falaram como se fosse opcional ser lésbica, além de insinuar que não é uma coisa boa). A escola que contou à minha mãe sobre minha orientação sexual sem eu permitir, além de espalharem para os professores/estudantes sobre minha depressão e ansiedade. Por parte dos estudantes teve comentários sobre minha sexualidade, mas já não ouço muito sobre o assunto. Quando me assumi para minha sala foram super a favor e sempre me apoiaram. (depoimento de uma estudante lésbica, 16 anos, estado de São Paulo).

Comentários negativos sobre pessoas trans. De forma parecida aos comentários negativos sobre a identidade / expressão de gênero, há pessoas que fazem comentários negativos sobre pessoas trans porque podem representar um desafio às ideias “tradicionais” sobre gênero. Portanto, perguntamos para os/as estudantes com que frequência ouviam comentários negativos especificamente sobre pessoas trans, como “traveco” por exemplo. Mais da metade (54,7%) dos/das estudantes LGBT na nossa pesquisa relataram ter ouvido tais comentários frequentemente ou quase sempre (Figura 1.4).

Não sou respeitado como homem trans e muito menos meu nome social. (depoimento de estudante trans, 15 anos, estado de Pernambuco).

A generalização de comentários contra pessoas LGBT é um fator preocupante que contribui para que o ambiente escolar seja hostil para qualquer estudante LGBT. Qualquer comentário negativo sobre orientação sexual, gênero ou identidade / expressão de gênero pode assinalar para os/as estudantes LGBT que não são bem-vindos/as nas comunidades educacionais em que estão inseridos/as, mesmo se o comentário negativo específico não seja diretamente direcionado à orientação sexual, à identidade ou à identidade / expressão de gênero da

7. Foram examinadas as diferenças medianas nas frequências dos tipos de comentários preconceituosos relativos à identidade / expressão de gênero utilizando um teste t para medidas repetidas, e as percentagens são informadas para fins de ilustração. O efeito foi significativo, $t(1005) = 2,50$, $p < ,05$.

pessoa que ouve o comentário. Por exemplo, comentários negativos sobre a identidade / expressão de gênero podem depreciar pessoas trans ou lésbicas, gays e bissexuais, mesmo quando não são utilizadas ofensas específicas LGBTfóbicas.

Outros tipos de comentários preconceituosos na instituição educacional. Além de ouvir comentários contra pessoas LGBT na instituição educacional, a existência de outros tipos de comentários preconceituosos é um indicador importante do clima na instituição educacional para estudantes LGBT. Perguntamos sobre as experiências dos/das estudantes em termos de ter ouvido:

- Comentários racistas (como “preto” ou “macaco”, falados de maneira preconceituosa);
- Comentários sexistas (tais como uma menina ser chamada de “vadia”, “vagabunda” ou “galinha” de maneira preconceituosa, ou comentários sobre os corpos das meninas ou afirmações de que meninas são inferiores a meninos);
- Comentários pejorativos sobre a capacidade intelectual de um/a estudante (como “debilóide” ou “retardado”);
- Comentários pejorativos sobre a religião de um/a estudante; e
- Comentários sobre o peso ou o tamanho do corpo de alguém.

Conforme demonstrado na Figura 1.11, os/as estudantes LGBT que participaram da pesquisa relataram que esses tipos de comentários são muito comuns em suas instituições educacionais. Em especial, 82,8% dos/das estudantes LGBT ouviram com frequência ou quase sempre comentários sexistas na instituição educacional. Quase três quartos (72,0%) dos/das estudantes LGBT ouviram com frequência ou quase sempre comentários sobre o peso ou tamanho corporal

FIGURA 1.6. FREQUÊNCIA COM QUE FORAM OUVIDOS COMENTÁRIOS LGBTFÓBICOS FEITOS POR PROFESSORES/AS OU FUNCIONÁRIOS/AS DA INSTITUÇÃO EDUCACIONAL

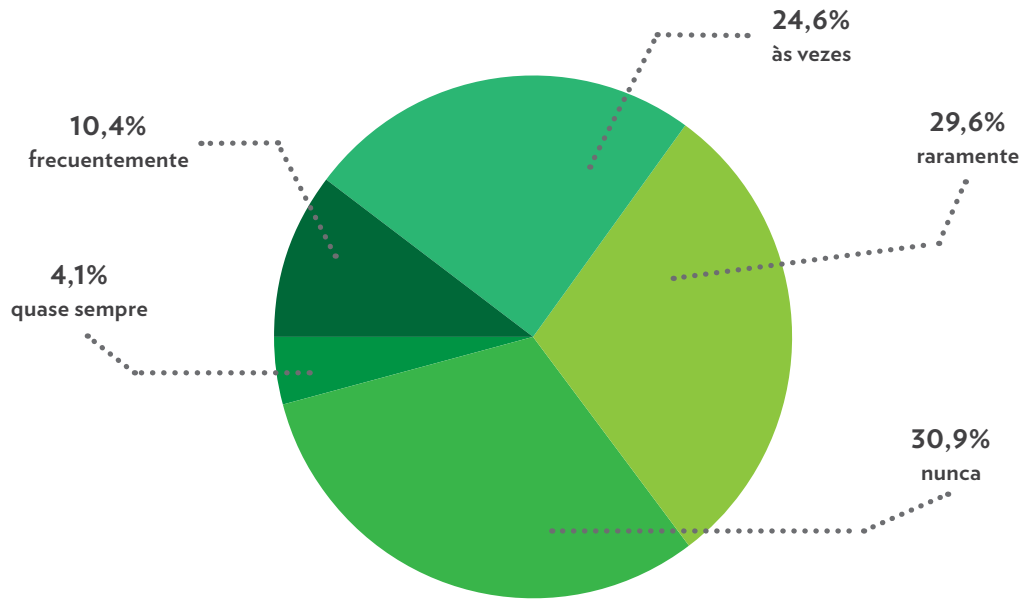
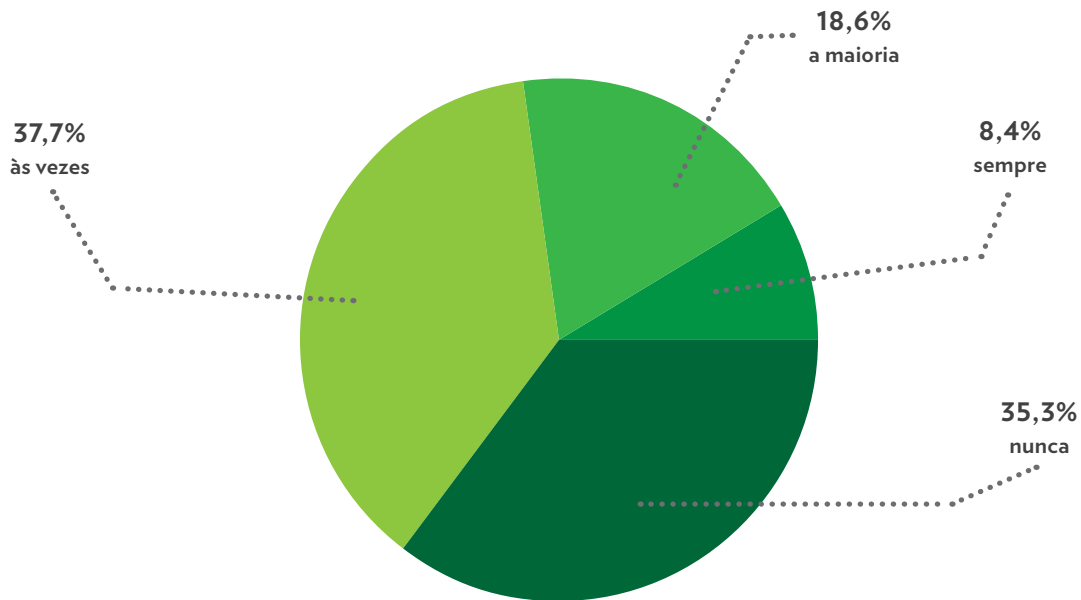


FIGURA 1.7. FREQUÊNCIA COM QUE PROFESSORES/AS OU FUNCIONÁRIOS/AS DA INSTITUÇÃO EDUCACIONAL ESTAVAM PRESENTES QUANDO COMENTÁRIOS LGBTFÓBICOS FORAM FEITAS NA INSTITUÇÃO EDUCACIONAL



de outros/as estudantes. Mais de dois terços (68,2%) dos/das estudantes LGBT ouviram com frequência ou quase sempre comentários sobre a capacidade intelectual de outros/as estudantes.

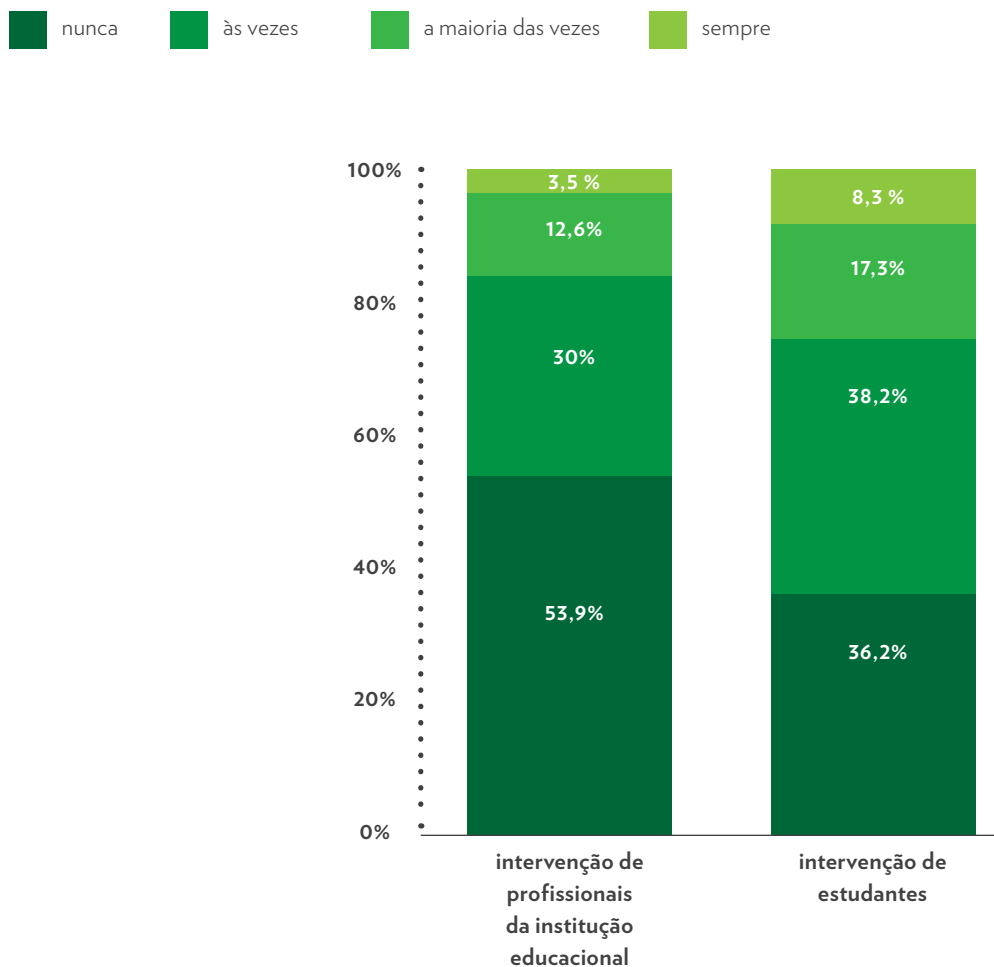
Um professor interrompeu a aula para dizer que eu iria pro inferno, porque sou bissexual e umbandista. (estudante bissexuais negra, 15 anos, estado da Bahia).

Considerando todos os tipos de comentários pejorativos que os/as estudantes ouvem na instituição educacional, os mais comuns em nossa pesquisa foram comentários sexistas e

comentários sobre o peso ou tamanho do corpo de alguém, enquanto comentários racistas e comentários sobre a religião de alguém foram menos comuns.⁸

8. Testamos as diferenças medianas nas frequências dos tipos de comentários preconceituosos utilizando análise multivariada de variância de medidas repetidas. O efeito multivariado foi significativo, Traço de Pillai = .59, $F(8, 992) = 181.75$, $p < .001$. Os efeitos univariados resultantes foram considerados com base em $p < .01$.

FIGURA 1.8. FREQUÊNCIA DA INTERVENÇÃO POR PROFISSIONAIS DA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL OU ESTUDANTES QUANDO COMENTÁRIOS LGBTQFÓBICOS FORAM FEITOS



... eles dizem “nós respeitamos, mas não é o correto” assim usam de comparações como: “cabo USB com cabo USB não tem encaixe, ou tomada com tomada”. Reforçam sempre que é pecado, errado, nojento, anormal. Nem se fala em pessoas trans nesse meio. A mulher é culpada pelo abuso sexual que sofre por usar roupas curtas/atraentes ou frequentar lugares à noite. Esses são os pensamentos da maioria, existem umas ou outras exceções. (depoimento de uma estudante lésbica em um colégio adventista, 16 anos, estado de Santa Catarina).

Gostaria de destacar um acontecimento que ocorre todo final de ano no meu Colégio, intitulado de Desfile Gay. Entretanto, não há nada gay nesse desfile. Alguns estudantes do terceiro ano fazem uma apresentação no pátio central, onde os homens se vestem de mulheres e as mulheres de homens e realizam atos vulgares e sexualizados, onde muitos estão sob o efeito de álcool, um desfile marcado pela promiscuidade, como se isso fosse o significado de ser gay. A comunidade LGBT não participa de tal ato onde há discursos explicitamente homo/lesbo/transfóbicos e, apesar de levar essa problemática à Instituição de Ensino, pedindo que alguma medida fosse tomada para fim de tal opressão, nenhuma atitude efetiva foi tomada e o Desfile Gay irá se repetir novamente, machucando as pessoas. Enfim, só queria relatar algo que considero recorrente em todas instituições educacionais, que medidas realmente efetivas em prol dos LGBTQs nunca são tomadas. A política de apaziguamento predomina no meio Acadêmico, enquanto o sofrimento e opressão de alguns persiste. (depoimento de um estudante gay, 18 anos, estado de Minas Gerais).

FIGURA 1.9. PERCENTAGEM DE ESTUDANTES QUE FAZEM COMENTÁRIOS SOBRE EXPRESSÃO DE GÊNERO

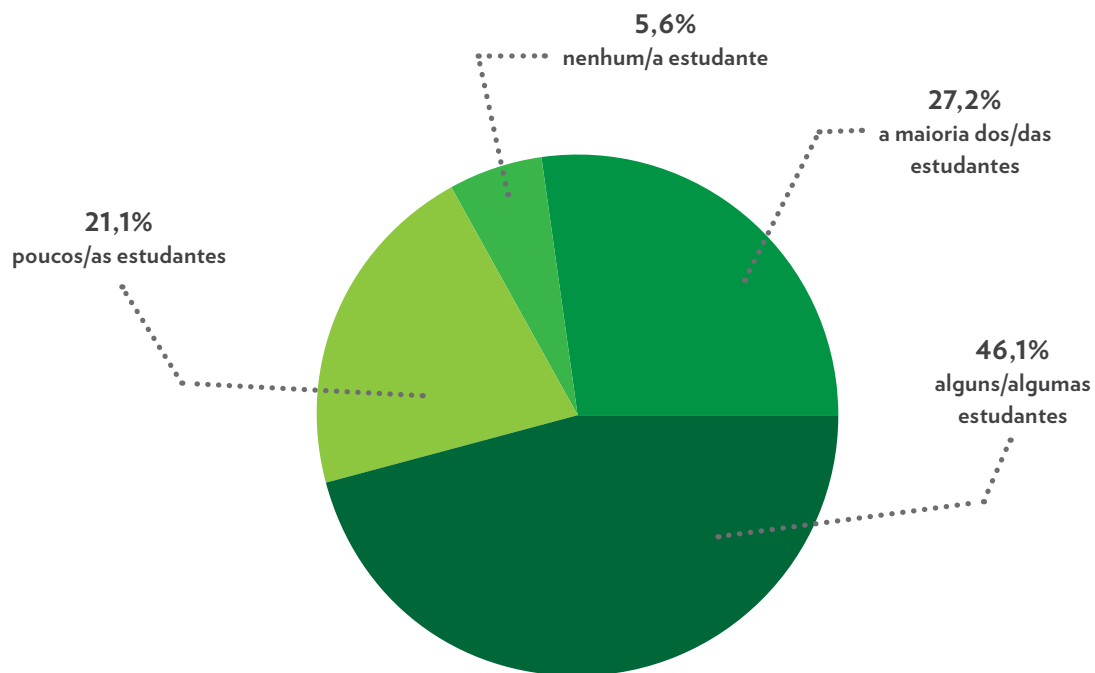


FIGURA 1.10. FREQUÊNCIA COM QUE FORAM OUVIDOS COMENTÁRIOS SOBRE EXPRESSÃO DE GÊNERO FEITOS POR PROFESSORES/AS OU FUNCIONÁRIOS/AS DA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL

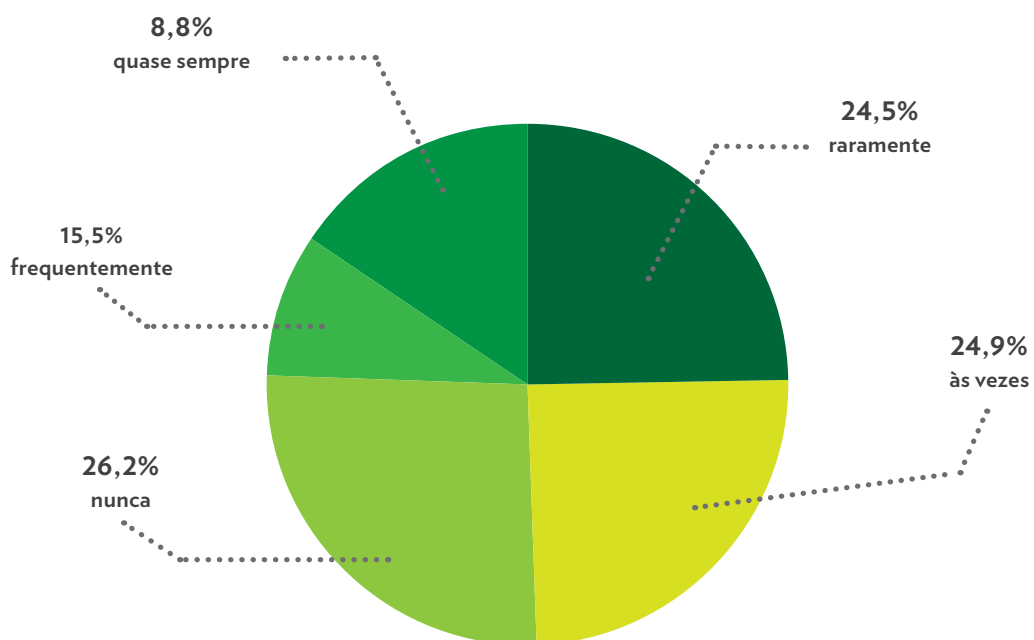
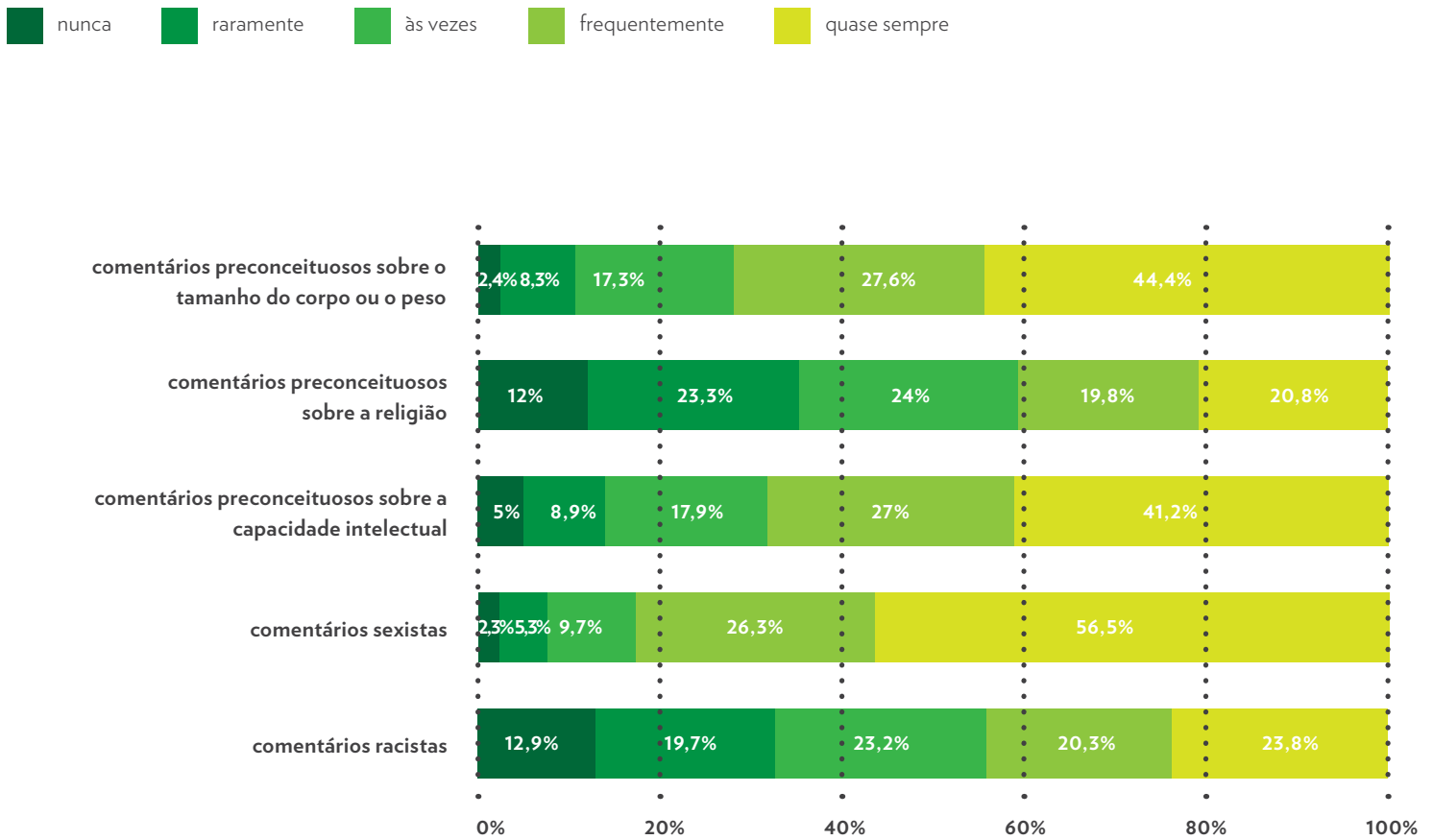


FIGURA 1.11. FREQUÊNCIA QUE ESTUDANTES OUVIDO OUTROS TIPOS DE COMENTÁRIOS PEJORATIVOS NA ESCOLA



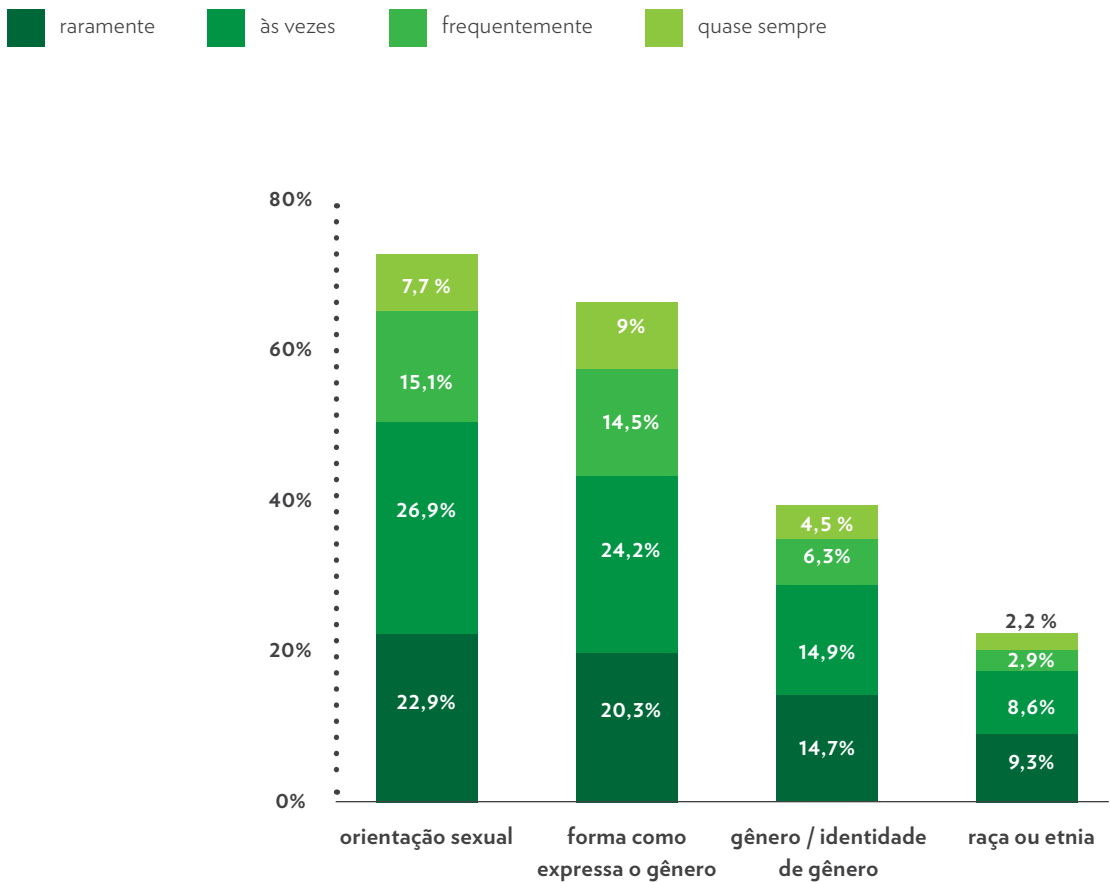
EXPERIÊNCIAS DE AGRESSÃO NA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL

Ouvir comentários contra LGBT na instituição educacional pode contribuir para que estudantes LGBT sintam insegurança na instituição educacional, além de criar um ambiente negativo de aprendizagem. No entanto, experiências diretas de agressão podem ter consequências ainda mais graves para a vida desses estudantes. Perguntamos para os/as participantes da pesquisa com que frequência (“nunca,” “raramente,” “às vezes,” “frequentemente” ou “quase sempre”) foram agredidos/as verbal ou fisicamente na instituição educacional no último ano, especificamente por causa de uma característica pessoal, incluindo orientação sexual, gênero, identidade / expressão de gênero (ex.: não agir de maneira suficientemente “masculina” ou “feminina”), e etnia.

Quando estive no meu ensino fundamental eu sofri muito preconceito na escola por colegas de classe e isto me abatia muito. Sofri muito preconceito do meu pai, ele me espancava e me torturou de todas as formas possíveis. Eu engordei e não me sentia bem comigo mesmo. Na época nem eu conseguia compreender porque eu passava por tudo isto na escola e dentro de casa; apanhei antes de saber de fato sobre minha orientação sexual. Foi por meio de canais no YouTube que eu me descobri sexualmente, foi a parti daí que eu comecei a me aceitar sexualmente e percebi algo que eu não sabia até então, eu era normal. Normal como todos e que a minha orientação sexual não mudava meu caráter, minha forma de ser. Acredito que maior que a sensação de se sentir livre é a sensação de poder se expressar.

P.S: Escrevo estas palavras chorando. Agradeço desde já ao Grupo Dignidade, ABGLT e a todos que criaram ou ajudaram a fazer esta pesquisa. Isto que estão fazendo pode parecer pequeno mas é muito grande para quem é considerado minoria pela sociedade, obrigado. (depoimento de um estudante gay, 18 anos, estado de São Paulo).

FIGURA 1.12. FREQUÊNCIA DA AGRESSÃO VERBAL DURANTE O ANO PASSADO NA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL



AGRESSÃO VERBAL

Foi perguntado para os/as estudantes participantes da nossa pesquisa com que frequência no último ano foram agredidos/as verbalmente (ex. ser xingado/a ou ameaçado/a) na instituição educacional especificamente por causa de características pessoais: orientação sexual, identidade de gênero, identidade / expressão de gênero e raça/etnia. A grande maioria (84,4%) relatou ter sido agredida verbalmente em algum momento no último ano por causa de alguma dessas características pessoais. Os/as estudantes LGBT relataram com maior frequência terem vivenciado agressão verbal na instituição educacional por causa da orientação sexual ou a forma como expressaram o gênero (Figura 1.12):⁹

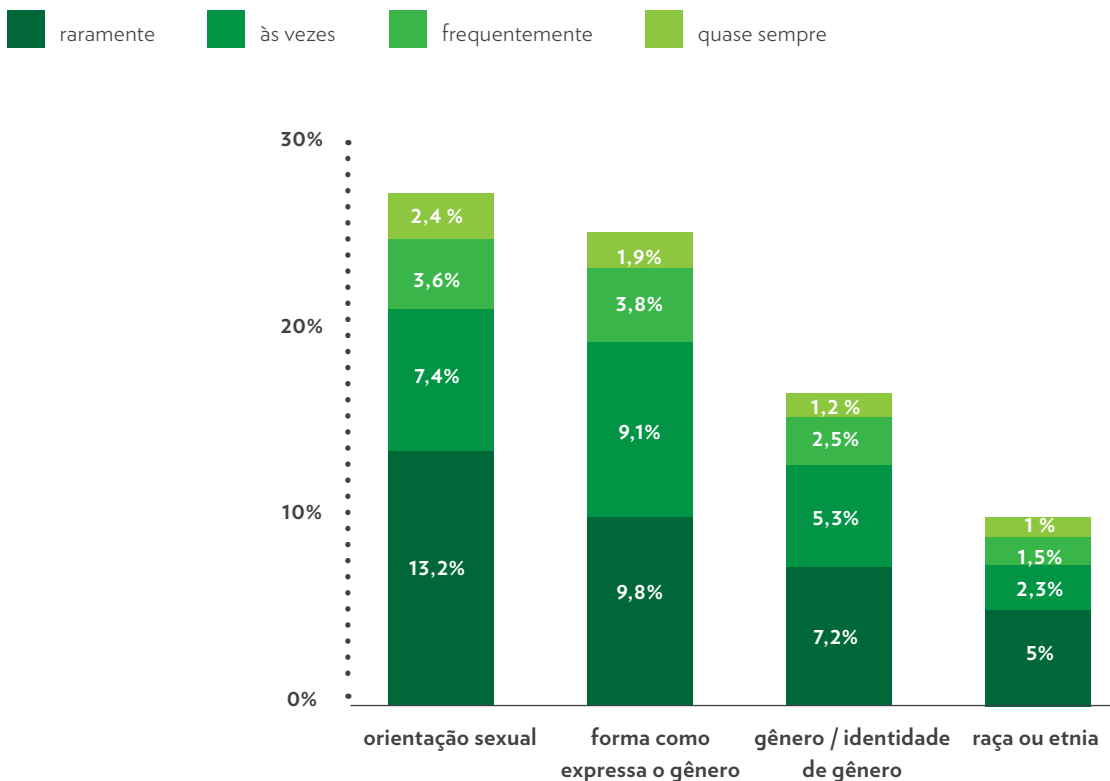
- Quase três quartos dos/das estudantes LGBT (72,6%) já foram verbalmente agredidos/as por causa de sua orientação sexual; quase um quarto (22,8%) vivenciou essa forma de agressão quase sempre ou frequentemente; e
- Mais de dois terços dos/das estudantes LGBT (68,0%) foram agredidos/as verbalmente na instituição educacional por causa de sua identidade / expressão de gênero; um quarto (23,5%) relatou ter sido agredido por este motivo com frequência ou quase sempre.

Embora não tão comum, muitos/as estudantes LGBT foram agredidos/as na instituição educacional por causa do seu gênero — em torno de dois quintos (40,4%) foram agredidos no último ano por este motivo; cerca de um décimo (10,8%) foi agredido verbalmente com frequência ou quase sempre.

Teve uma vez que estávamos na aula de física aí o professor começou a falar mal das mulheres lésbicas e que todas deviam morar em Paris (de acordo com ele é porque lá tem muitas lésbicas), então me senti muito mal pois ele sabia que eu era lésbica, mesmo assim ficou falando mal, pois ele também sabia que meus colegas de classe não sabiam da minha orientação sexual. Fiquei muito constrangida e com raiva. Também tive várias conversas com orientadores da escola, porque pra eles era uma fase e não deveria interferir na minha passagem pela escola. (depoimento de uma estudante lésbica, 18 anos, estado de Santa Catarina).

9. Foram examinadas as diferenças medianas nas frequências dos tipos de agressão verbal utilizando análise multivariada de variância de medidas repetidas: Traço de Pillai = ,47, $F(3, 966) = 289,48$, $p < .001$. Os efeitos univariados foram considerados com $p < .001$. Não houve diferença significativa entre agressão verbal por causa da orientação sexual e agressão verbal por causa da identidade / expressão de gênero; mas ambas eram mais expressivas que a agressão por raça/etnia e a agressão por gênero/identidade de gênero.

FIGURA 1.13. FREQUÊNCIA DA AGRESSÃO FÍSICA DURANTE O ANO PASSADO NA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL



Sofri segregação de professores e estudantes da instituição, bem como fui motivo de chacota durante todo o ensino fundamental e médio por gostar de dançar, ser muito feminina e apanhei muito em casa por isso, além de meu padrasto ter me colocado para trabalhar em duas oficinas mecânicas ainda na adolescência “para ver se eu tomava jeito de homem”. O resultado foi que eu tomei trauma de oficina pelas agressões verbais que eu recebia inúmeras vezes por parte de clientes, funcionários e pelo dono. Inclusive fui abusada na segunda oficina em que fui obrigada a trabalhar pelo meu padrasto e acabei por contrair sífilis primária, que foi detectada em um teste 2 meses depois do abuso sexual. Apanhei por algumas vezes nessas oficinas também e fui ameaçada de morte caso contasse algo sobre o estupro para a minha família. (depoimento de uma estudante trans, 17 anos, estado da Bahia).

AGRESSÃO FÍSICA

Em torno de um terço (35,8%) dos/das estudantes LGBT foram agredidos/as fisicamente (ex.: puxados/as, empurrados/as) em algum momento na instituição educacional no último ano por causa de alguma característica pessoal. Suas experiências com agressão física seguiram um padrão parecido com o da agressão verbal — os/as estudantes relataram com maior frequência terem sido agredidos/as fisicamente por causa de sua orientação sexual ou identidade / expressão de gênero (Figura 1.13):¹⁰

- 26,6% dos/das estudantes LGBT foram agredidos/as fisicamente na instituição educacional por causa de sua orientação sexual, e 6,0% relataram que esta forma de agressão ocorreu frequentemente ou quase sempre; e

10. Foram examinadas as diferenças medianas nas frequências dos tipos de agressão física utilizando análise multivariada de variância de medidas repetidas: Traço de Pillai = ,14, $F(3, 945) = 51,65$, $p < ,001$. Os efeitos univariados foram considerados com $p < ,05$. Não houve diferença significativa entre os níveis de agressão física motivada por orientação sexual e por identidade / expressão de gênero, mas ambas eram mais expressivas que dos demais tipos de agressão física; as porcentagens são informadas para fins de ilustração.

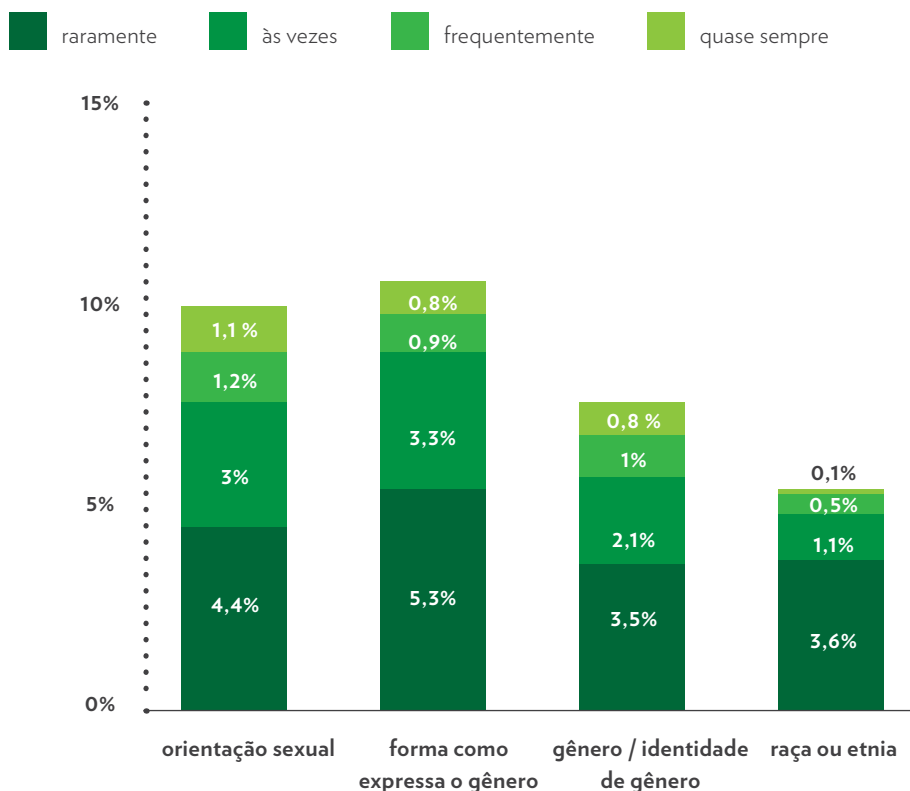
- 24,6% foram agredidos fisicamente na instituição educacional por causa de sua identidade / expressão de gênero, sendo que 5,7% vivenciam essa agressão frequentemente ou quase sempre.

Com relação a outras características pessoais, no último ano letivo, 16,2% dos/das respondentes foram agredidos/as fisicamente por causa de seu gênero, e 9,8% foram agredidos por causa de sua raça/etnia (Figura 1.13).

VIOLÊNCIA FÍSICA

Houve menos relatos de violência física (ex.: espancado/a, chutado/a ou ferido/a com uma arma) sofrida pelos/as estudantes LGBT do que agressão verbal ou física, o que não é de se surpreender dada a natureza mais grave da violência física. Mesmo assim, 14,7% dos estudantes sofreram violência física na instituição educacional no último ano em função de alguma característica pessoal (Figura 1.14):

FIGURA 1.14. FREQUÊNCIA DA VIOLÊNCIA FÍSICA DURANTE O ANO PASSADO NA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL



- 9,8% dos/das estudantes LGBT sofreram violência física na instituição educacional por causa de sua orientação sexual;
- 10,3% sofreram violência física devido à forma como expressaram o gênero.

Não houve diferença significativa entre a incidência da violência física motivada por orientação sexual e a motivada por identidade / expressão de gênero, mas ambos os motivos foram significativamente mais comuns que a violência física motivada por outras características pessoais (Figura 1.14).¹¹

EXPERIÊNCIAS DE OUTROS TIPOS DE AGRESSÃO E EVENTOS NEGATIVOS

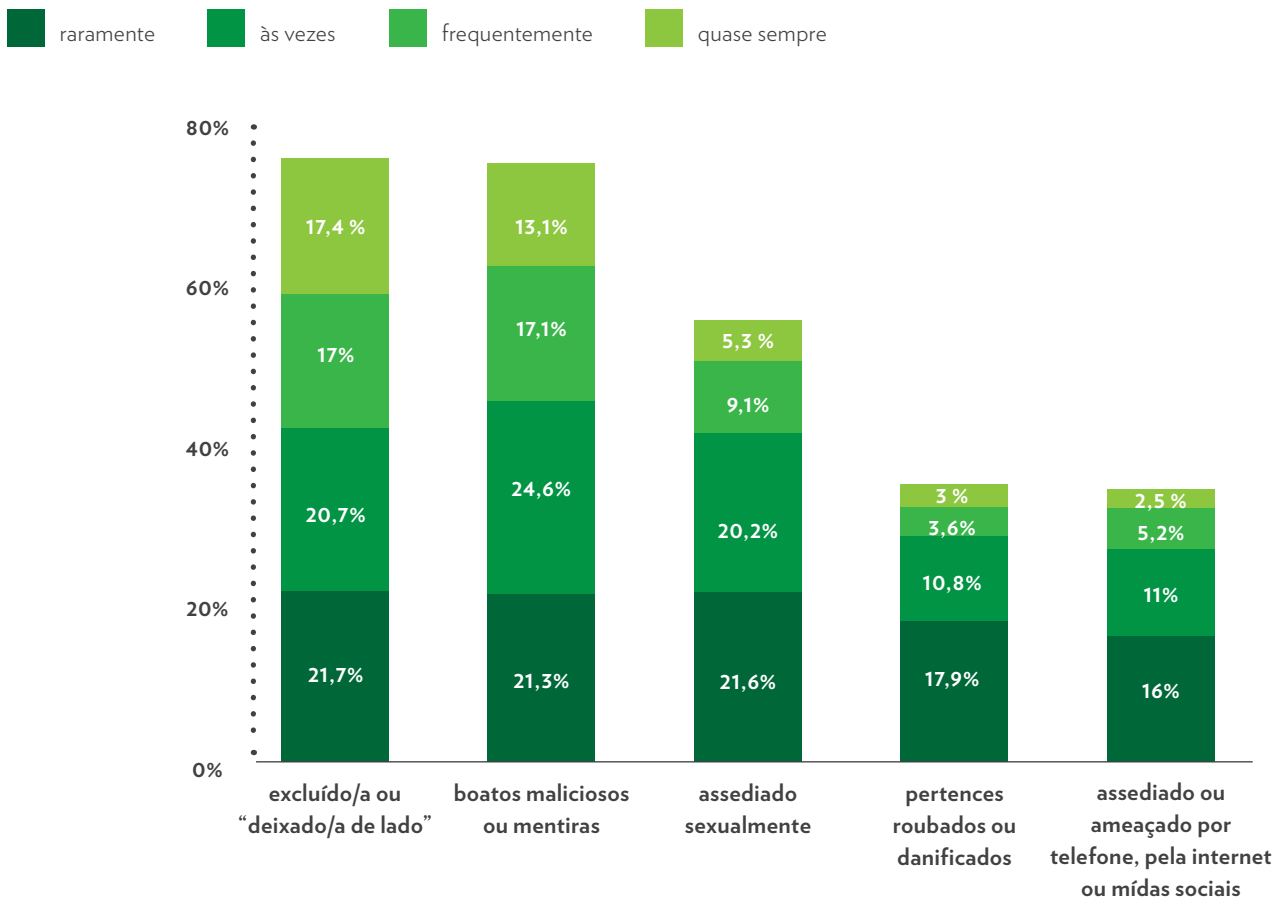
Os/as estudantes LGBT podem ser agredidos/as ou vivenciar outros eventos negativos na instituição educacional por motivos que não têm relação clara com a orientação sexual, identidade / expressão de gênero ou outras características pessoais. Na nossa pesquisa, também perguntamos para os/as estudantes com que frequência vivenciaram esses outros tipos de eventos no último ano, tais como assédio sexual ou serem excluídos/as propositalmente por seus pares.

Algumas pessoas religiosas do meu colégio são inconvenientes e tentam a todo custo me ‘converter’, insistem em me fazer acreditar que estou errada e vou para o inferno. Isso parte tanto dos estudantes quanto de alguns professores, é desagradável. (depoimento de uma estudante lésbica, 17 anos, Distrito Federal).

11. Foram examinadas as diferenças medianas nas frequências dos tipos de violência física utilizando análise multivariada de variância de medidas repetidas: Traço de Pillai = .04, $F(3, 908) = 12,55$, $p < .001$. Os efeitos univariados foram considerados com $p < .01$. Não houve diferença significativa entre os níveis de violência física motivada por orientação sexual e por identidade / expressão de gênero, mas ambas eram mais expressivas que os demais tipos de violência física; as porcentagens são informadas para fins de ilustração.

Agresão nas relações. As pesquisas sobre bullying e agressão na instituição educacional muitas vezes se concentram em comportamentos agressivos físicos ou explícitos. Contudo, também é importante examinar formas de agressão que ocorrem nas relações com os pares, prejudicando-as, como espalhar boatos ou excluir certos/as de estudantes das atividades realizadas entre os pares. Perguntamos para os participantes com que frequência vivenciaram duas formas comuns de agressão nas relações: ser excluído/a propositalmente pelos pares e ser alvo de boatos maliciosos ou mentiras. Conforme ilustrado na Figura 1.15, a maioria dos/das estudantes LGBT (76,8%) na nossa pesquisa relataram que se sentiram propositalmente excluídos/as ou “deixados/as de lado” por outros/as estudantes, e um terço (34,4%) vivenciaram isso frequentemente ou quase sempre. A maioria dos/das estudantes (76,1%) foi alvo de boatos maliciosos ou mentiras na instituição educacional, e cerca de um terço (30,2%) vivenciou isso frequentemente ou quase sempre.

FIGURA 1.15. FREQUÊNCIA COM QUE ESTUDANTES LGBT VIVENCIARAM OUTROS TIPOS DE AGRESSÃO NA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL NO ÚLTIMO ANO



Durante o ano letivo de 2015, eu comecei a gostar de uma menina. Foi recíproco. Mas, na escola, os estudantes começaram a espalhar boatos sobre nós duas que passavam longe da veracidade. Ela inclusive foi xingada anonimamente, através de uma rede social. Doeu em mim, óbvio, mas essa menina foi a mais afetada na situação; ela passou a negar sua orientação sexual e a mãe dela a proibiu de me ver. Foi uma péssima experiência, e a coordenação não se manifestou quanto aos boatos. Ninguém foi punido. (depoimento de uma estudante lésbica, 13 anos, estado do Rio de Janeiro).

Assédio sexual. A agressão vivenciada por estudantes LGBT na instituição educacional muitas vezes pode ser de natureza sexual. Foi perguntado para os/as participantes da pesquisa com que frequência vivenciaram assédio sexual na instituição educacional, como, por exemplo, alguém tocar no corpo de maneira inapropriada ou dirigir comentários de natureza sexual para eles/elas. Conforme demonstrado na Figura 1.15, mais da metade (56,2%) dos/das estudantes LGBT foram assediados/as sexualmente na instituição educacional, e 14,4% relatou que tais eventos ocorreram frequentemente ou quase sempre.

... me senti mal não somente pela minha orientação sexual, mas pelo meu gênero que por vezes tive que aturar piadinhas sexistas, que vinham também de professores. Assédio por parte dos garotos... Também me senti desconfortável em relação aos termos que eram usados para retratar os LGBTs, piadinhas que sempre que rebatidas eu não recebia um retorno saudável, por vezes já fui desrespeitada e ameaçada. (depoimento de uma estudante lésbica, 15 anos, estado do Espírito Santo).

Agressão eletrônica ou "cyberbullying."

Agressão eletrônica (chamada com frequência de "cyberbullying") é a utilização de um meio eletrônico, como um telefone celular ou a internet, para ameaçar ou prejudicar alguém. Nos últimos anos, esta forma de agressão tem chamado muito a atenção, à medida que para muitos/as adolescentes e jovens aumentou o acesso à internet, telefones celulares e outras formas de comunicação eletrônica. Perguntamos para os/as respondentes da nossa pesquisa com que frequência foram agredidos/as ou ameaçados/as através de meios eletrônicos (ex.: mensagens de texto, e-mail, whatsapp, ou posts no Instagram, Twitter, Tumblr ou Facebook). Cerca de um terço (34,7%) dos/das estudantes LGBT relataram ter vivenciado este tipo de agressão no último ano. 7,7% o vivenciaram frequentemente ou quase sempre (Figura 1.15).

Pertences roubados ou danificados na instituição educacional. Ter os pertences pessoais danificados ou roubados é mais uma dimensão de um ambiente educacional hostil para os/as estudantes. Em torno de um terço (35,3%) dos/das estudantes LGBT relatou que seus pertences foram roubados ou danificados propositalmente por outros/as estudantes na instituição educacional no último ano. 6,6% disseram que ocorreu frequentemente ou quase sempre (Figura 1.15).

DENÚNCIAS DE AGRESSÃO E VIOLÊNCIA NA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL

Quando ocorre agressão e violência na instituição educacional, espera-se que os/as professores/as e funcionários/as da instituição educacional resolvam esses problemas com eficácia. Contudo, nem sempre os/as estudantes se sentem à vontade para denunciar tais eventos para os/as profissionais da instituição educacional. Na nossa pesquisa, perguntamos para os/as estudantes que vivenciaram agressão ou violência no último ano letivo com que frequência informaram a equipe da instituição educacional sobre esses incidentes. Conforme demonstrado na Figura 1.16, menos da metade (42,4%) desses estudantes informou a equipe da instituição educacional alguma vez, e apenas cerca de um quinto (18,7%) indicou que informou “sempre” ou “quase sempre” a equipe da instituição educacional sobre incidentes de agressão ou violência.

O questionário contava com uma pergunta aberta neste item, oferecendo a oportunidade de explicar por que não informou a instituição educacional sobre a ocorrência de discriminação LGBTfóbica na escola. As respostas variam desde falta de confiança e da existência de preconceito, vergonha, medo de represálias e exposição pública do fato de ser LGBT, até descrença na possibilidade de a instituição tomar alguma providência efetiva e a denúncia não ser levada a sério:

[Não informei] por falta de conhecimento de quem pode me ajudar e falta de confiança no professor, além também de não saber se ele(a) vai tomar alguma providência de verdade. (depoimento de um estudante gay, 17 anos, estado de São Paulo).

Porque em anos anteriores eu já denunciei casos até mais graves do que os que ocorreram esse ano e nenhuma medida foi tomada, e eu ainda fui culpabilizado. (depoimento de um estudante gay, 15 anos, estado da Bahia).

Pela ineficácia de se fazer uma denúncia, e por medo de retaliações por parte dos agressores. (depoimento de um estudante gay, 18 anos, estado do Rio de Janeiro).

Porque não adianta, essas pessoas: professores e funcionários são preconceituosos e praticam a violência psicológica e emocional contra a minha identidade de gênero. Não existe apoio, nem acolhimento, a escola é um ambiente hostil, um microcosmo da sociedade. (depoimento de estudante trans, 18 anos, estado de São Paulo).

Porque sou bissexual não assumido para minha família. Devido ao fato da gestão escolar facilmente conseguir entrar em contato com meus pais, não conto para ninguém. (depoimento de estudante bissexual, 16 anos, estado de São Paulo).

Porque eu sentia vergonha de denunciar, é constrangedor você chegar e falar “fulano me xingou de tal coisa por eu ser lésbica..” pelo menos pra mim, sinto vergonha. (depoimento de uma estudante lésbica, 14 anos, estado do Paraná).

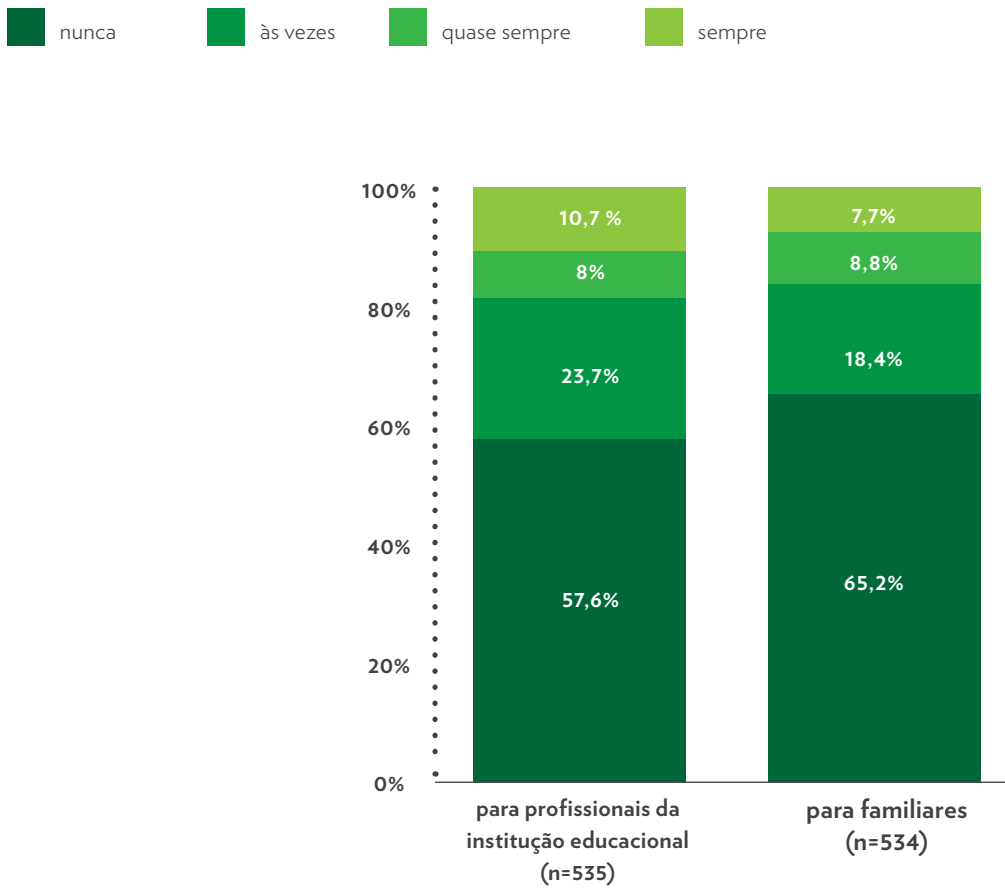
Foi perguntado para os/as estudantes da nossa pesquisa que afirmaram ter informado a equipe da instituição educacional sobre incidentes de discriminação até que ponto a equipe tinha sido eficaz em resolver o problema. A Figura 1.17 mostra que apenas 28,4% dos/das estudantes acharam que a equipe agiu de maneira eficaz (“mais ou menos eficaz” ou “muito eficaz”) em relação a suas denúncias de discriminação.

Sofro bifobia na frente dos meus professores e eles não falam nada, fingem que não veem, parece que eles gostam. (depoimento de um estudante bissexual, 18 anos, estado do Amapá).

É meio estressante ir a escola quando se tem 15 ou 16 anos e se é gay. Invés de se sentir acolhido e feliz, como muitos se sentem, você tem que matar um leão por dia e se você reage às opressões e assédios, muitas vezes sexuais, a direção é conivente com o conservadorismo e fazem o possível e o impossível para te silenciar, muitas vezes ignorando as margens da lei ao ultrapassá-la. (depoimento de um estudante gay, 16 anos, estado de São Paulo).

Queria dizer que as instituições educacionais e seus funcionários não estão prontos para qualquer ocasião relacionada ao/à estudante

FIGURA 1.16. FREQUÊNCIA COM QUE ESTUDANTES LGBT DENUNCIARAM INCIDENTES DE AGRESSÃO E VIOLÊNCIA



LGBT e até mesmo sobre outros assuntos. Muitos deles impõem seu preconceito principalmente homofóbico e religioso sobre os estudantes.

Sou mulher, negra, lésbica, pobre e ateu. Sofro preconceito diariamente. (depoimento de uma estudante lésbica, 15 anos, estado de Roraima).

Visto que é possível que familiares intervenham em nome do/da estudante junto à equipe da instituição educacional, também perguntamos para os/as estudantes se falaram para um membro da família quando sofreram agressão ou violência (ou seja, para o pai, a mãe, o/a responsável legal ou outro membro da família). Apenas um terço dos/das estudantes (34.9%) disseram que contaram para um membro da família (Figura 1.16). Foi perguntado para os/as estudantes que informaram um membro da família sobre incidentes desta natureza com que frequência o membro da família falou com a equipe da instituição educacional sobre os mesmos, e quase dois terços (61.4%) afirmaram que o membro da família levantou a questão com a equipe da instituição educacional (Figura 1.18).

Uma vez sofri bastante preconceito em minha sala de aula, fui até o diretor pedindo para mudar de sala, e ele insinuou que a culpa era minha pelo jeito de me comportar, vestir etc. (depoimento de um estudante gay, 15 anos, estado de São Paulo).

Eu mudei de escola. Eu estudava no XXXXXX, estudei lá da 5ª até terminar a 8ª. Nesse tempo eu sofria muito, por ser homossexual (lésbica / eu digo homossexual por também me definir

homo.ssexual) eu era chamada de estranha, nojenta, esquisita e sapatão. Além de ser lésbica sempre me vesti de preto, na maioria das vezes, em um estilo Clássico do Rock. O que piorava muito, muito os insultos e “brincadeiras”. Os funkeiros principalmente, gritavam apelidos como “Bate Bife” ou “Bate Panela”, insultando minha sexualidade, tanto quanto meu estilo. Tanto, que, me apelidaram de “Tizora” na sala, XXXXXX foi onde eu mais sofri, os estudantes da noite, e da manhã, os mais velhos principalmente, não levavam muito a sério o sistema anti bullying da escola, nem as palavras dos professores, eles falavam, humilhavam, e ponto. Eram mais de 50 estudantes assim, então na maioria das vezes a providência não podia ser tomada... (depoimento de uma estudante lésbica, 17 anos, estado de São Paulo).

FIGURA 1.17. PERCEPÇÕES DA EFICÁCIA DAS MEDIDAS TOMADAS PELA EQUIPE DA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL EM RELAÇÃO A AGRESSÃO E VIOLÊNCIA (N=229)

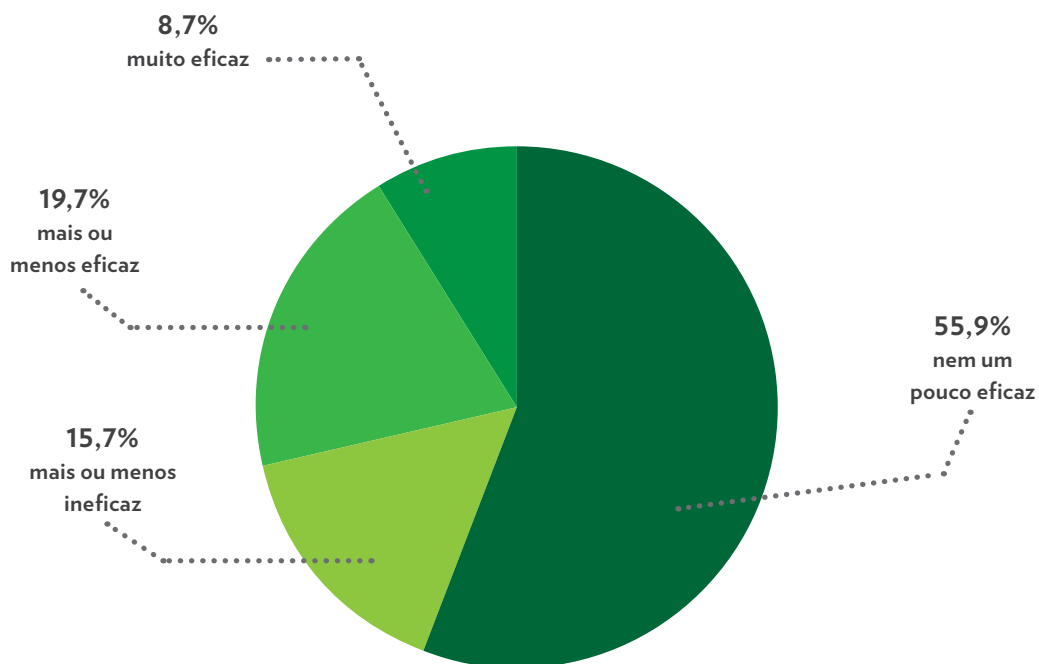


FIGURA 1.18. FREQUÊNCIA COM QUE UM MEMBRO DA FAMÍLIA FALOU COM A EQUIPE DA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL SOBRE AGRESSÃO OU VIOLÊNCIA (N=186)

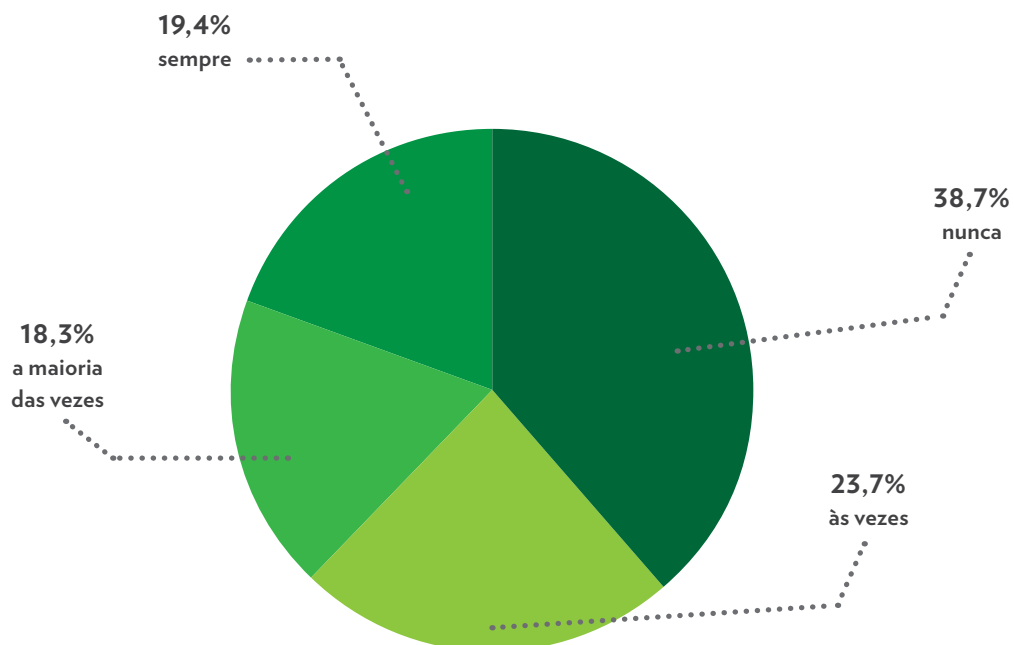
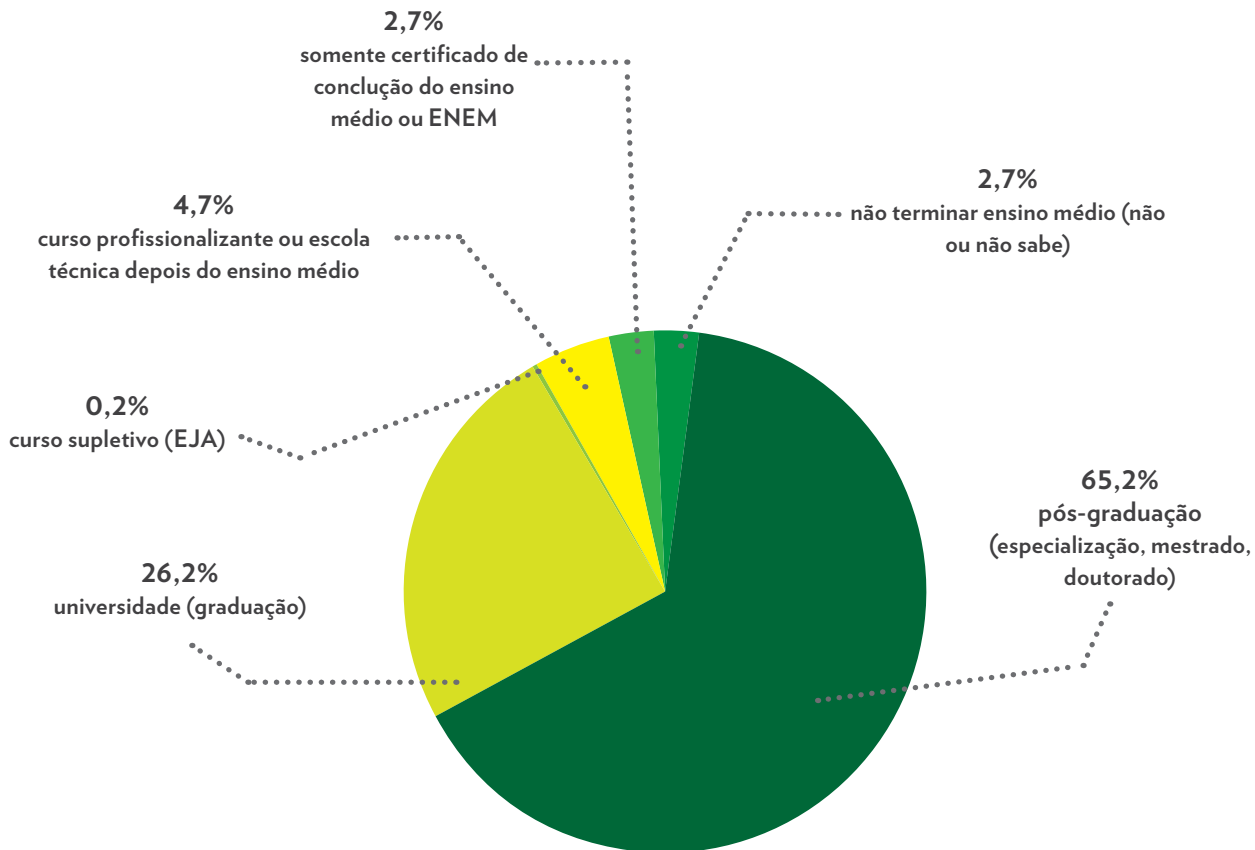


FIGURA 1.19. ASPIRAÇÕES EDUCACIONAIS DOS/DAS ESTUDANTES LGBT (N=996)

Qual é mais alto nível de educação você pretende concluir na sua vida?



CLIMA ESCOLAR HOSTIL E DESDOBRAMENTOS PARA A EDUCAÇÃO

Embora todos/as os/as estudantes devam ter acesso igual à educação, os/as estudantes LGBT podem se defrontar com uma variedade de obstáculos às oportunidades acadêmicas e ao êxito acadêmico. Em vista dos climas hostis encontrados por estudantes LGBT, é compreensível que alguns/algumas tenham desempenho mais baixo na instituição educacional. Nesta seção, examinamos mais detalhadamente as experiências educacionais dos/das estudantes LGBT, em especial como talvez sejam afetados/as por um clima hostil na instituição educacional.

ASPIRAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO E PLANOS PARA O FUTURO

Eu sou estudante pretendo fazer faculdade e minha orientação sexual não vai interferir em nada. Tinha um professor muito bom e ele era gay e ele é um dos melhores profs que já tive até hoje. Fiz um trabalho sobre o movimento em seminário, ganhei um 10, a minha turma gostou, mas foi no final do ano. Agora estou formada, pretendo fazer faculdade, namoro há 1 ano com a bofinha mais linda que eu já vi. Me descobri aos 11 anos, sofro mais preconceito pela parte da minha mãe, às vezes o porquê disso ela diz que eu só vou entender quando for mais velha e que é só uma fase, mas estou tomando minhas providências para conseguir minha casinha. Espero que este relatório seja muito útil para lugares que o preconceito ainda tenha. (depoimento de uma estudante lésbica, 16 anos, estado do Rio Grande do Sul).

A fim de examinar a relação entre o clima na instituição educacional e os desfechos na educação, perguntamos para os/as estudantes sobre suas aspirações com relação à educação após o ensino médio, incluindo planos para terminar o ensino médio ou desistir da instituição educacional, bem como o mais alto nível de educação que pretendiam alcançar e o campo de estudo após o ensino médio.

Aspirações para a educação. Quando perguntados sobre suas aspirações em relação à educação depois do ensino médio, apenas 10,3% dos/das estudantes LGBT indicaram que não pretendiam se formar na universidade (graduação e/ou pós-graduação), incluindo 2,7% que disseram que não pretendiam concluir o ensino médio. 24,5% dos/das estudantes informaram que pretendiam concluir um curso de graduação na universidade, e outros 65,2% afirmaram que pretendiam

fazer pós-graduação (Figura 1.19). É importante observar que a pesquisa somente incluiu estudantes que frequentavam a instituição educacional durante o ano letivo de 2015. Assim, a percentagem de estudantes LGBT que não pretendiam continuar os estudos após o ensino médio seria maior se fossem incluídos/as os/as estudantes que desistiram do ensino médio sem concluí-lo.

Embora a maioria dos/das estudantes pretendesse passar para o ensino superior, houve uma probabilidade muito maior de que os/as estudantes que não pretendiam estudar depois do ensino médio tivessem vivenciado maiores níveis de discriminação. Conforme apresentado na Figura 1.20, um terço (33,0%) destes/destas estudantes afirmaram ter sido agredidos/as verbalmente “frequentemente” ou “quase sempre” por causa de sua orientação sexual, comparados com os 20,1% que pretendiam fazer pós-graduação.¹² A Figura 1.20 também mostra a mesma relação entre as aspirações acadêmicas e a agressão verbal motivada por identidade / expressão de gênero.

Desempenho acadêmico. Também houve uma relação entre o nível de discriminação e o desempenho acadêmico mais baixo entre os/as estudantes LGBT. A Figura 1.21 mostra que os/as estudantes LGBT afirmaram ter notas significativamente inferiores às notas daqueles/as que sofriam menos agressão e violência. Por exemplo, dos/das estudantes LGBT que vivenciaram níveis menores de agressão verbal devido à orientação sexual, 80,2% afirmaram ter notas boas ou excelentes quando comparados aos 72,4% de estudantes LGBT que vivenciaram níveis maiores de agressão.¹³

Contei a um de meus professores que era bi, depois de muitos colegas da sala insistirem sobre o modo “não tão feminino” que me vestia/agia. Não aguentei quando no final do ano recebi um áudio pelo whats da turma, no qual todos “cantando” me xingavam de varias coisas. No dia do áudio não fui à aula pois estava doente (vomitava muito por causa do nervosismo), mostrei à minha mãe, que imediatamente foi a escola reclamar. Logo depois do dia, recebi olhares de ódio, empurrões e diversas ofensas. Riscaram no meu caderno. Fiquei quieta com receio de fazerem algo pra mim ou para meus amigos. Eram muitos da sala que desde sempre não gostavam de mim. E esses muitos tinham a maioria de amigos da escola nos dois turnos (manhã/tarde). Recebi apoio de quase todos meus professores. Mas descobri que reprovei mais um ano (é o terceiro seguido que reprove), o motivo foram as faltas (por medo), mesmo alguns professores tentando aumentar minhas notas já altas para não reprovar. (depoimento de estudante bissexual, 17 anos, estado do Rio Grande do Sul).

Faltar à instituição educacional. É possível que estudantes que sofrem agressão e violência com frequência na instituição educacional faltem à instituição educacional na tentativa de evitar essas experiências dolorosas e, conseqüentemente, têm maior probabilidade de faltar à instituição educacional que os/as estudantes que não vivenciam essa discriminação. Observamos na pesquisa que as experiências de agressão e violência eram, de fato, relacionadas

aos dias de falta à instituição educacional.¹⁴ Como pode ser visto na Figura 1.22, houve duas vezes mais probabilidade de os/as estudantes faltarem à instituição educacional quando haviam vivenciado níveis maiores de discriminação relacionada à sua orientação sexual (58,9% comparados com 23,7%) ou à sua identidade / expressão de gênero (51,9% comparados com 25,5%).

Mesmo não tendo jeito de gay eu sou assumido e por isso as pessoas me zoam ou tentam me rebaixar (...). Já senti vontade de desistir de estudar, mas minha tia conversa comigo e por causa dela não desisti. Quando as pessoas me tratam mal sei que é porque sou gay, pois trato todos bem, não vejo outro motivo. (depoimento de estudante gay, 21 anos, estado do Amazonas).

Sentimento de pertencimento à instituição educacional. O quanto os/as estudantes se sentem aceitos/as pela comunidade educacional e se sentem parte da mesma é outro indicador importante do clima na instituição educacional e é relacionado a vários desfechos educacionais. Os/as estudantes que sofrem agressões ou discriminação na instituição educacional podem se sentir excluídos/as e desvinculados/as da comunidade educacional. A fim de avaliar o sentimento dos/das estudantes LGBT relativo ao pertencimento à comunidade educacional, o questionário incluiu uma série de afirmações sobre sentimentos de pertencimento à instituição educacional e foi pedido para os/as participantes indicarem até que ponto concordaram ou discordaram com as afirmações.¹⁵

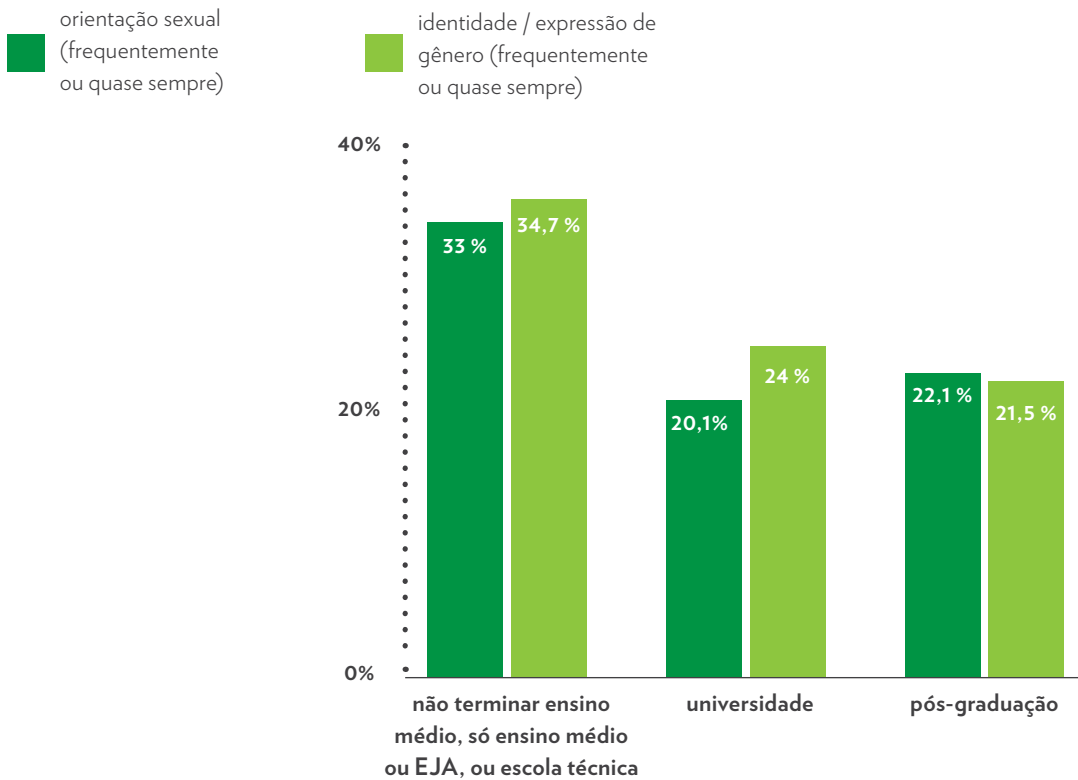
14. A relação entre faltar à instituição educacional e a gravidade da discriminação foi examinada por meio de correlações de Pearson. Discriminação motivada por orientação sexual: $r = ,37$, $p < ,001$; discriminação motivada por identidade / expressão de gênero: $r = ,31$, $p < ,001$. As percentagens são informadas para fins de ilustração.

15. Os itens utilizados para avaliar o pertencimento à instituição educacional se baseiam na pesquisa de 2012 do Programa da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) para a Avaliação Internacional de Estudantes: <http://www.oecd.org/pisa>.

12. As diferenças segundo os três grupos foram verificadas por meio de análise de testes Chi-quadrado: agressão verbal motivada por orientação sexual: $2 = 7,32$, $df = 2$, $p < ,05$, V de Cramer = $,09$; agressão verbal motivada por identidade / expressão de gênero: $2 = 8,25$, $df = 2$, $p < ,05$, V de Cramer = $,09$.

13. A relação entre a Nota Média e a gravidade da discriminação foi examinada por meio de correlações de Pearson. Discriminação motivada por orientação sexual: $r = -,09$, $p < ,01$; discriminação motivada por identidade / expressão de gênero: $r = -,11$, $p < ,001$.

FIGURA 1.20. ASPIRAÇÕES EDUCACIONAIS E AGRESSÃO VERBAL



Conforme ilustrado na Figura 1.23, os/as estudantes que vivenciaram discriminação mais severa por motivo de orientação sexual ou identidade / expressão de gênero se sentiam menos pertencentes à instituição educacional que aqueles e aquelas que vivenciaram discriminação menos severa na instituição educacional.¹⁶ Por exemplo, a metade (59,7%) dos/das estudantes que vivenciaram níveis menores de discriminação por causa de sua orientação sexual indicaram um sentimento positivo de pertencimento à instituição educacional, comparados com os 21,2% de estudantes que vivenciaram discriminação mais severa devido à orientação sexual.

De modo geral, estes achados ilustram que talvez a discriminação direta possa resultar em instituições educacionais menos acolhedoras e desfechos educacionais mais negativos para estudantes LGBT. A fim de garantir que sejam oferecidos um ambiente acolhedor de aprendizagem e oportunidades educacionais a estudantes LGBT, líderes sensibilizados na comunidade e na instituição educacional devem trabalhar para prevenir e agir contra a discriminação na instituição educacional. Na Parte 2 deste relatório, vamos examinar a disponibilidade de formas de apoio na instituição educacional que poderiam beneficiar a experiência educacional dos/das estudantes LGBT.

Nem na escola e nem em qualquer outro lugar, eu como adolescente não tenho a liberdade em me apaixonar e conhecer outros gays sem ser recriminado. O fato de eu gostar de alguém e querer demonstrar isso em público, faz de mim um criminoso. E quando eu realmente precisaria do apoio de alguém (principalmente de apoio institucional ou legal), ninguém aparece para prestar o apoio que me é por direito, contra atos de homofobia. Sinto ser capaz de ouvir que foi “bem feito pra mim”, ou que “tive o que merecia”... NÃO SEI QUEM É QUE REALMENTE ME ACEITA COMO SOU. Não sei em quem confiar... É isso que me dói mais. (depoimento de estudante gay, 17 anos, estado de São Paulo, grifos do depoente).

¹⁶ A relação entre o pertencimento à instituição educacional e a gravidade da discriminação foi examinada por meio de correlações de Pearson. Discriminação motivada por orientação sexual: $r = -.45, p < .001$; Discriminação motivada por identidade / expressão de gênero: $r = -.35, p < .001$. As porcentagens são informadas para fins de ilustração.

Bem-estar. Sofrer agressão ou violência na instituição educacional pode ter um efeito negativo na saúde mental e na autoestima dos/das estudantes. Visto que os/as estudantes LGBT têm maior probabilidade de vivenciar agressão e violência na instituição educacional, é especialmente importante examinar como essas experiências influenciam seu bem-estar. Os/as estudantes LGBT que relataram discriminação mais severa em relação à sua orientação sexual ou identidade / expressão de gênero demonstraram níveis maiores de depressão¹⁷ que aqueles e aquelas que relataram discriminação menos severa. Por exemplo, os/as estudantes LGBT que vivenciaram maiores níveis de agressão verbal devido à orientação sexual ou identidade / expressão de gênero (“frequentemente” ou “quase sempre”) tinham uma probabilidade 1,5 vezes maior de relatar níveis maiores de depressão (73,7% comparados com 43,6% no caso da orientação sexual; e 67,0% comparados com 45,3% no caso da identidade / expressão de gênero).¹⁸

Às vezes, eu sinto vontade de levar uma arma pro colégio e me suicidar lá. (depoimento de uma estudante lésbica, 14 anos, estado de São Paulo).

Penso em me matar quase todos os dias, não aguento mais ser chamado de viadinho na escola. (depoimento de um estudante gay, 17 anos, estado de Minas Gerais).

Perdi muito da minha “vontade de viver” depois que me assumi na escola. (depoimento de uma estudante lésbica, 15 anos, estado de São Paulo).

Obg por tudo mas não vai ser agora a ajuda de vocês que vai fazer eu parar de me cortar ou parar de querer morrer. (depoimento de estudante transexual, sem idade informada, estado do Rio Grande do Sul).

Os/as estudantes LGBT que relataram discriminação mais severa em relação à sua orientação sexual ou identidade / expressão de gênero também tinham níveis mais baixos de autoestima.¹⁹ Os/as estudantes LGBT que vivenciaram níveis maiores de agressão verbal devido à orientação sexual ou identidade / expressão de gênero (“frequentemente” ou “quase sempre”) tinham menos probabilidade de indicar autoestima mais elevada (34,9% comparados com 47,2% no caso da orientação sexual; e 36,8% comparados com 46,0% no caso da identidade / expressão de gênero).²⁰

Sofro muito preconceito por ser lésbica, alguns colegas e funcionários da escola faz algum tipo de comentário maldosos sobre mim como: “Você e sapatão, você vai queimar no fogo do inferno se não procura Jesus, sai dessa vida” etc. Também falta muito assusto sobre LGBTs nas escolas e eu acho que é muito importante as pessoas saberem isso. Gostaria que me ajudassem, sofro muito preconceito. (depoimento de uma estudante lésbica, 18 anos, estado do Pará).

Não me sinto confortável para ser quem eu sou na minha própria escola. Isso sim atrapalha meus estudos, minhas notas e presença. Tenho muito medo de me expor para todos, tenho medo de sofrer agressões diferentes da que já sofro, tenho medo de ela deixar de ser somente verbal. (depoimento de um estudante gay, 16 anos, estado de São Paulo).

Durante o ano de 2015 eu tive meu pior ano letivo de toda a minha vida, sofri vários comentários infelizes devido à minha sexualidade. Me senti extremamente perseguido a ponto de tomar bomba por questão de frequência, pelo fato de eu não querer ir mais à escola por questão de medo e vergonha. (depoimento de um estudante gay, 17 anos, estado de Minas Gerais).

17. A depressão foi medida utilizando a escala CES-D com 20 itens do tipo Likert (Eaton et al., 2004), a qual inclui itens como “No decorrer da última semana, me senti otimista em relação ao futuro.” Níveis mais elevados de depressão são indicados por um ponto de corte na pontuação mediana da depressão: estudantes com pontuação acima da mediana foram caracterizados/as como “Demonstrando Níveis Mais Altos de Depressão.”

18. A relação entre depressão e a gravidade da discriminação foi examinada por meio de correlações de Pearson. Agressão verbal motivada por orientação sexual: $r = ,25, p < ,001$; Agressão verbal motivada por identidade / expressão de gênero: $r = ,18, p < ,001$. As percentagens são informadas para fins de ilustração.

19. A autoestima foi medida utilizando a escala de autoestima de Rosenberg com 10 itens do tipo Likert (RSE; Rosenberg, 1989), que inclui itens como “Eu consigo fazer as coisas tão bem quanto a maioria das pessoas.” A autoestima positiva e negativa são indicadas por um ponto de corte na pontuação que indica sentimentos sobre si que não são nem positivos e nem negativos: estudantes com pontuação acima desse ponto de corte foram caracterizados/as como “Demonstrando Autoestima Positiva.”

20. A relação entre autoestima e a gravidade da discriminação foi examinada por meio de correlações de Pearson. Agressão verbal motivada por orientação sexual: $r = -,10, p < ,001$; Agressão verbal motivada por identidade / expressão de gênero: $r = -,08, p < ,05$. As percentagens são informadas para fins de ilustração.

FIGURA 1.21. DESEMPENHO ESCOLAR E GRAVIDADE DA DISCRIMINAÇÃO
 (PERCENTAGEM DE ESTUDANTES QUE RELATAM TER RECEBIDO NOTAS “BOAS”
 OU “EXELENTE” NOTAS: 7 A 10)

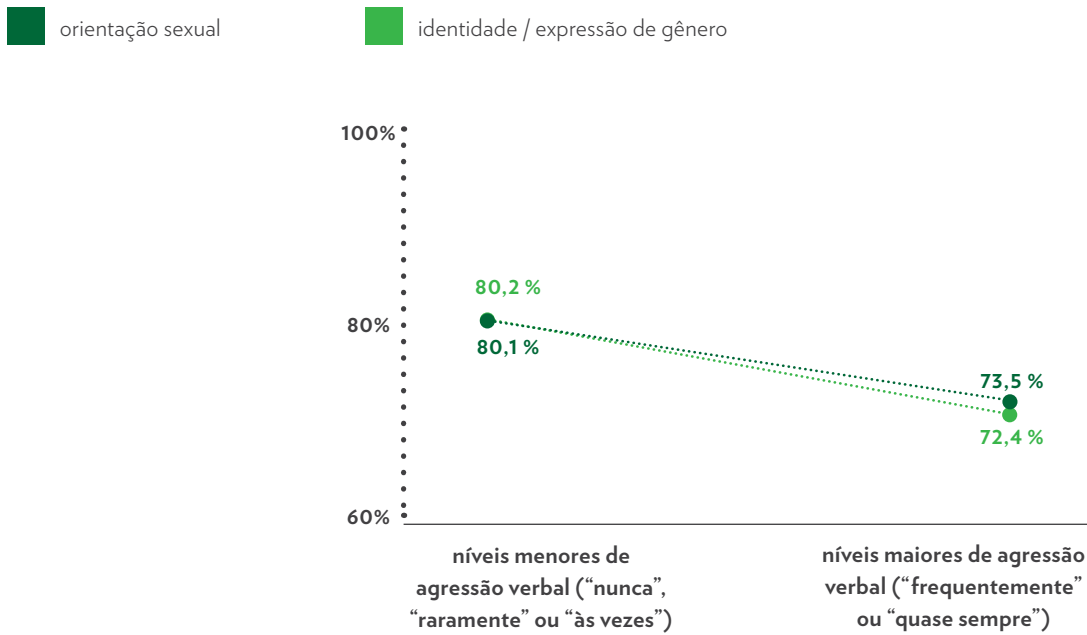


FIGURA 1.22. FALTAR À ESCOLA E GRAVIDADE DA DISCRIMINAÇÃO
 (PERCENTAGEM DE ESTUDANTES LGBT QUE FALTARAM À INSTITUIÇÃO
 EDUCACIONAL PELO MENOS UM DIA NO ÚLTIMO MÊS)

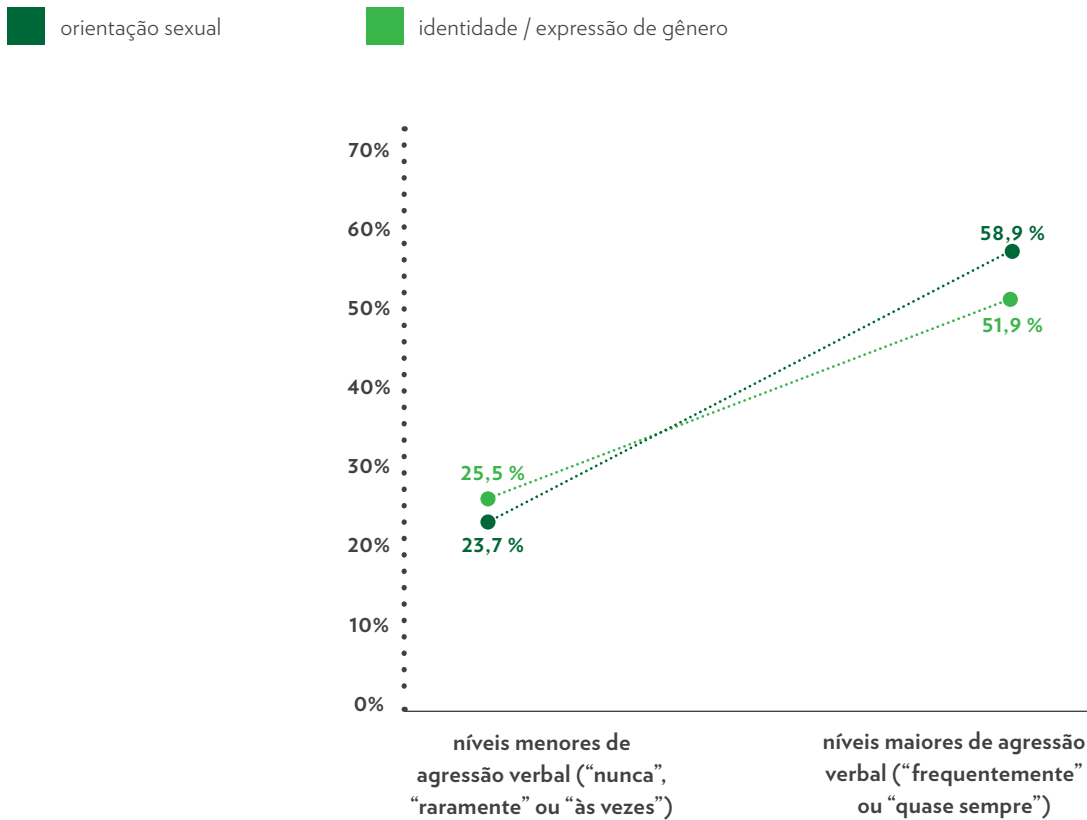
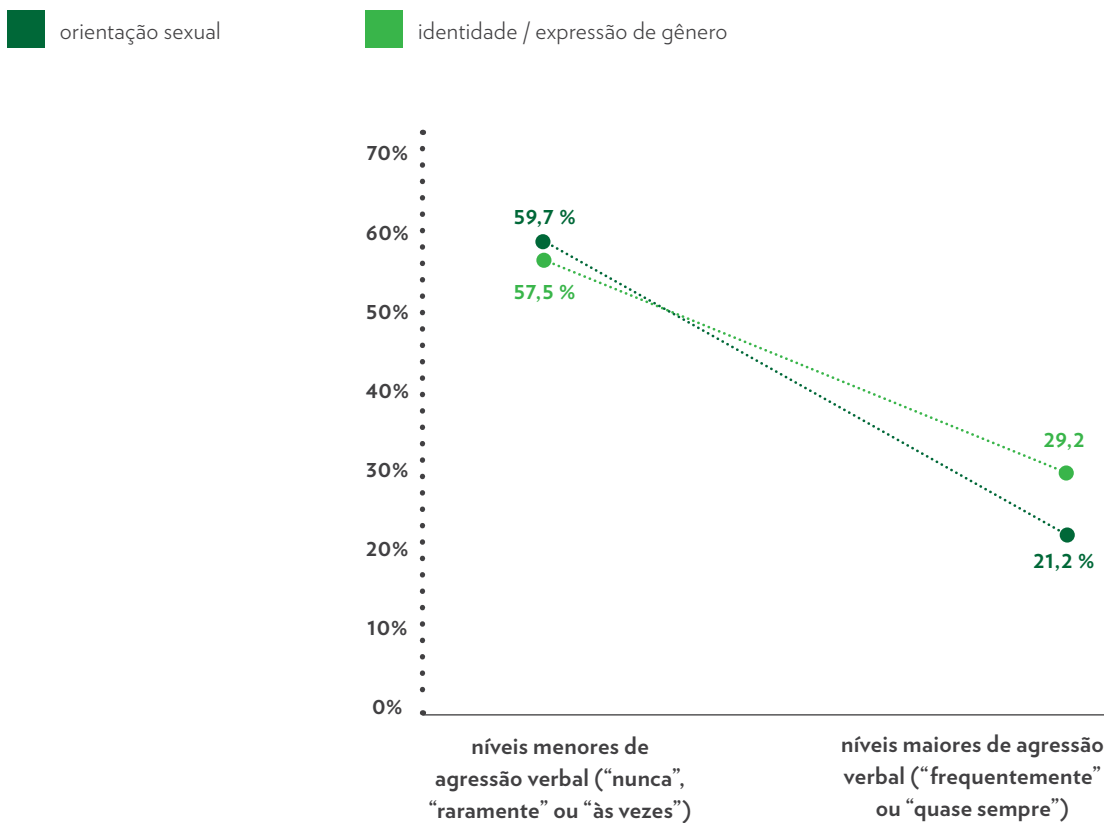


FIGURA 1.23. PERTENCIMENTO À ESCOLA E GRAVIDADE DA DISCRIMINAÇÃO
(PERCENTAGEM DE ESTUDANTES LGBT RELATANDO ELEVADOS NÍVEIS DE PERTENCIMENTO À ESCOLA)

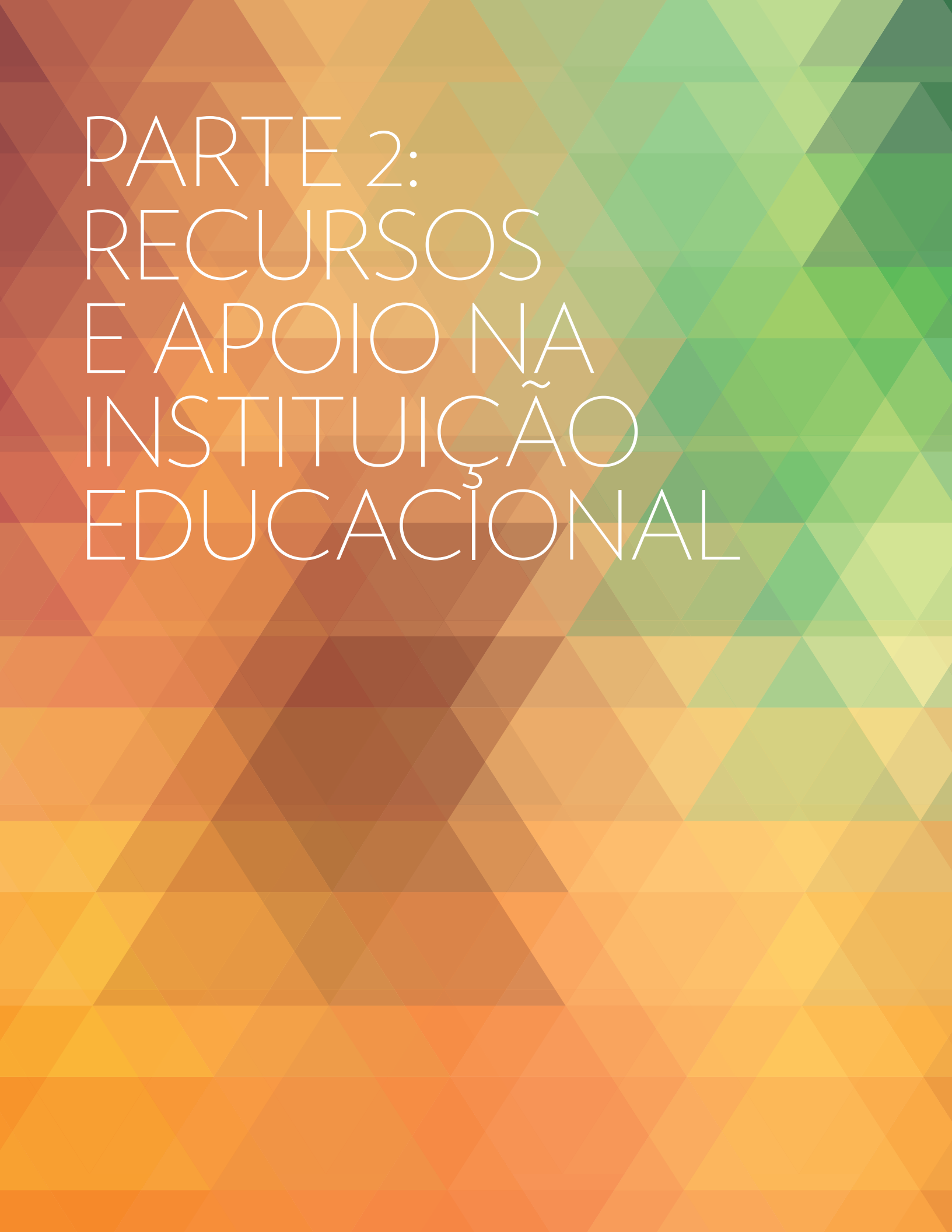


Um depoimento sobre a falta de respeito ao uso do nome social...

(reprodução parcial de um texto intitulado “Rastros Póstumos – 2016” apresentado em resposta à pergunta que convidava os/as participantes a fazerem comentários adicionais)

Naquela tarde, naquele dia, naquele silêncio: Eu morri. Não morri de desgosto como as pessoas costumam falar que morrem, porém entrei em um colapso interior. Passei a não distinguir se era mesmo sem querer ou se tinham total intenção de me machucar, porque depois de um tempo vivendo em tais condições, era até mesmo um ato infame crer que alguém faria algo para não machucar, e sim por erro, ainda mais vendo minha feição se contorcer em um horror, em tristeza, em um quase pranto que insiste em bater nas portas dos seus olhos... A aula estava entediante para mim, mas logo um pedaço de mim morreu. Morreu porque o tom me afetou de maneira negativa. Morreu porque ouvi aquele nome ecoar em meus ouvidos e dar uma volta em meu cérebro, fazendo com que minha mente ficasse nublada no mesmo instante. Eu estava sem grupo e precisava de um, e naquela classe nova ninguém sabia meu nome de registro, o que me deixava mais confortável para ser eu mesmo entre eles. Porém, tudo o que eu tinha construído fora destruído em três gritos por parte da professora que eu julgava ser a minha favorita. Eu fui forte. Fui forte da maneira que eu consegui, porque as lágrimas insistiam em querer rolar pelas minhas bochechas e abandonar meus olhos. Porque meu rosto se retorceu em nojo e meu peito passou a arder e doer de uma maneira lancinante. Eu senti como se de repente eu tivesse com um holofote apontado para meu rosto, me cegando. A sala inteira me encarava com os olhos arregalados, outros com nojo. E eu confesso que morri, por dentro, porque teria que aguentar aqueles olhares para mim e

aquela pessoa que havia matado um pedaço meu. E continuei sendo forte. Quando saí da sala e acendi um cigarro, não me importando se a diretora me veria com um maço e muito menos me importando em incomodar os outros com a fumaça forte e o cheiro forte de tabaco e nicotina, e junto com a fumaça que se dissipava no ar, as lágrimas rolavam por minhas bochechas e eu andava de cabeça baixa. Senti como se tivesse tocando um réquiem em minha mente e até mesmo como se uma marcha fúnebre seguisse minhas costas. Não era rama, e apenas quem passava pelo mesmo ou por algo parecido sabia disso. Deixei para trás uma parte de mim e a indiferença para com a pessoa que havia feito aquilo. Muitos dirão “é apenas um nome”, porém, para mim, é uma parte da minha história que eu desejaria apagar simplesmente de usufruírem dele para me fazer mal. (estudante transexual, 16 anos, estado da Bahia).



PARTE 2:
RECURSOS
E APOIO NA
INSTITUIÇÃO
EDUCACIONAL

Meu desejo, é que tenhamos instituições preparadas para receber estudantes LGBT, sempre apoiando, e resolvendo qualquer problema ou preconceito sofrido pelo mesmo. (depoimento de um estudante gay, 18 anos, estado de Pernambuco).

DISPONIBILIDADE DE RECURSOS E APOIO NA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL

A minha instituição me acolheu muito bem, me sinto segura, eles são minha 2ª família! (depoimento de uma estudante bissexual, 16 anos, estado da Bahia).

É possível que, diferente de outros/as estudantes, os/as estudantes LGBT não contem com os mesmos tipos de apoio dos/das colegas na instituição educacional e na comunidade. Conforme indicado na Figura 2.1, menos da metade (42,9%) dos estudantes LGBT no Brasil relataram que outros/as estudantes na instituição educacional aceitam pessoas LGBT (“aceitam um pouco” ou “aceitam bastante”). Além disso, conforme demonstrado na Figura 2.2, poucos/as estudantes LGBT relatam ter acesso a programas ou grupos para adolescentes e jovens LGBT fora da instituição educacional. No entanto, dois terços (66,5%) dos/das estudantes informaram que há vários/as estudantes LGBT (6 ou mais estudantes) na instituição educacional (Figura 2.3.) Desta forma, a disponibilidade de recursos e apoio na instituição educacional para estudantes LGBT pode ser extremamente importante para essa população de adolescentes e jovens. Há vários recursos-chave que podem ajudar a promover um ambiente mais seguro e experiências mais positivas para os/as estudantes LGBT: profissionais acolhedores/as na instituição educacional, componentes curriculares inclusivos a respeito de questões LGBT, e disposições no regimento escolar em resposta a incidentes envolvendo agressões e violência. Portanto, examinamos a disponibilidade desses recursos e formas de apoio entre os/as estudantes LGBT.

Eu sempre achei que fosse ser diferente, que iam me rejeitar ou algo do tipo por ser gay.. Mas não, todos me aceitam e brincam comigo, tenho amigos (homens) hétero na escola e eles brincam comigo, me abraçam, riem e isso me dá Muitooooooooo orgulho! Antes os gays tinham só amigas garotas e eram zoados, mas comigo tudo foi diferente e eu me sinto muito feliz pois tratam minha sexualidade normal, me sinto melhor na escola do que qualquer outro ambiente até como em casa...(depoimento de um estudante gay, idade não informada, estado de Santa Catarina).

Eu me assumi em 2014 publicamente (facebook) e em 2015 minha experiência foi melhor impossível. Tive a aceitação da escola inteira,ouvindo comentários raramente (uma vez,mas não foi dito para mim,e sim aos gays em geral). Apesar disso,tive o apoio de todos os professores e de 99% dos estudantes. Não sofri agressão física ou verbal,em qualquer momento,e ainda graças a isso,estimulei outros estudantes a se assumirem,e fiz muitas amizades novas. Me assumir foi a melhor coisa que já fiz. (depoimento de um estudante gay, 16 anos, estado de São Paulo).

FIGURA 2.1. GRAU DE ACEITAÇÃO DAS PESSOAS LGBT POR ESTUDANTES NA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL

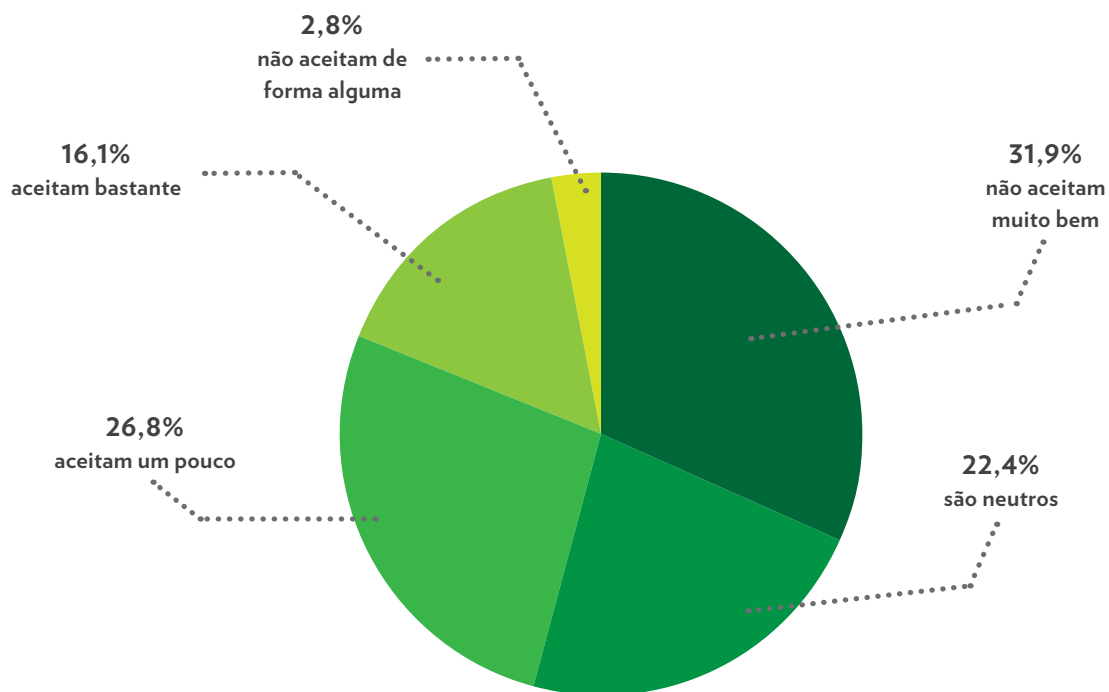


FIGURA 2.2. FREQUÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMA OU GRUPO / ORGANIZAÇÃO PARA JOVENS LGBT

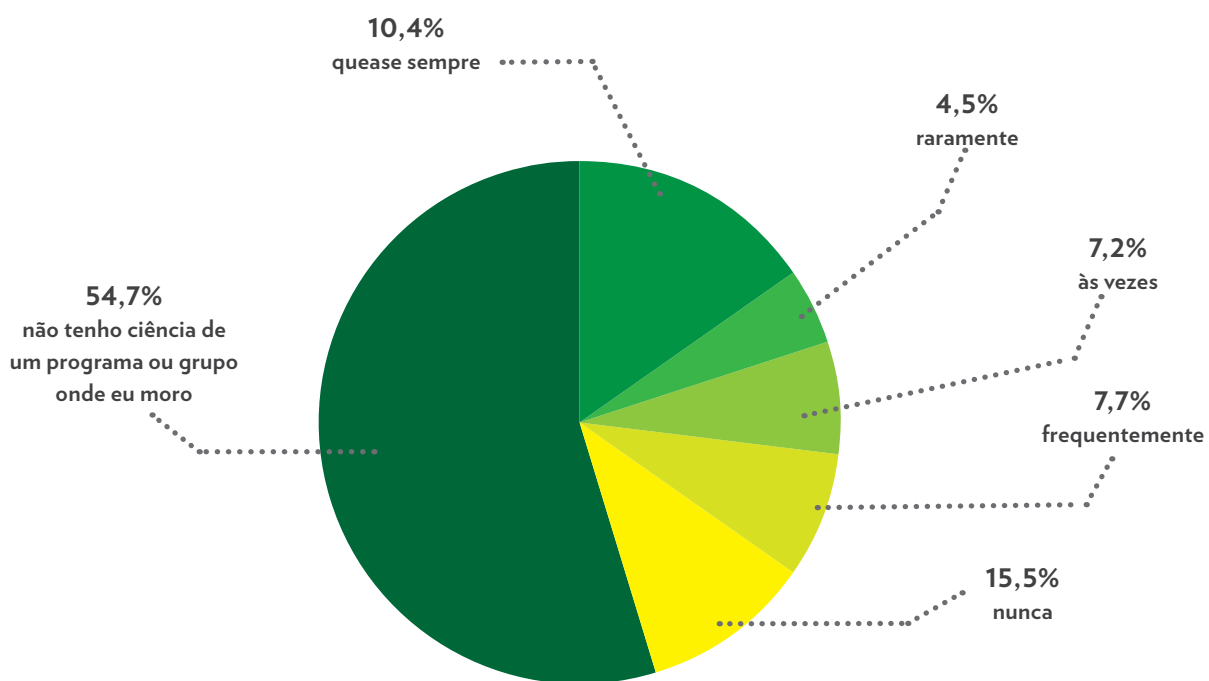
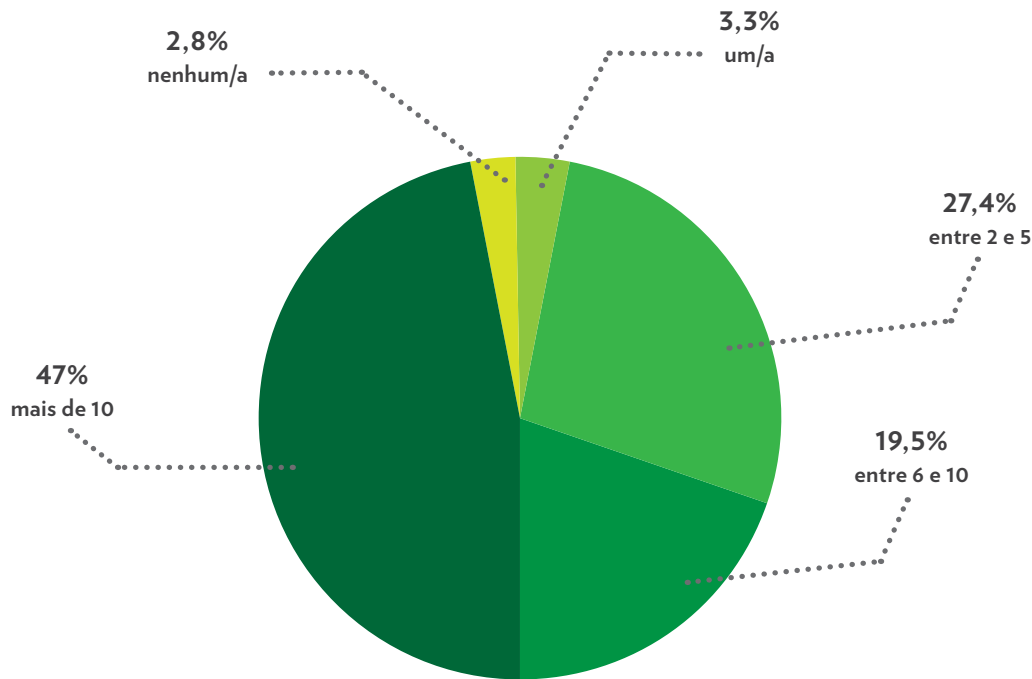


FIGURA 2.3. HÁ MUITOS ESTUDANTES LGBT EM SUA ESCOLA?



PROFISSIONAIS ACOLHEDORES/AS NA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL

A instituição tem ótimos professores, que trabalham temáticas LGBT, e inclusive me ajudaram bastante. Possui muitos estudantes LGBT. Creio que o maior problema seja a falta de iniciativas contra preconceito por parte da direção e a falta de ações a respeito da LGBTfobia. (depoimento de um estudante gay, 18 anos, estado de Sergipe).

Professores/as, diretores/as e outros/as funcionários/as acolhedores/as na instituição educacional são um recurso importante para estudantes LGBT. Poder conversar com uma pessoa adulta acolhedora pode ter um impacto positivo importante nas experiências tidas por estudantes LGBT na instituição educacional, especialmente aqueles e aquelas que se sentem marginalizados/as ou que vivenciam agressão. Na nossa pesquisa, a maioria dos/das estudantes (88,1%) conseguiu identificar pelo menos um/a integrante da equipe da instituição educacional que acreditava ser acolhedor/a de estudantes LGBT, e 42,4% conseguiram identificar seis ou mais profissionais acolhedores/as (Figura 2.4).

Queria dizer que o psicólogo da minha instituição é excelente! Foi muito profissional quando fui lhe confidenciar a homofobia que sofro por parte de minha mãe dentro de casa. Me emprestou um livro muito bom que me fez entender que não preciso da aprovação alheia pra ser feliz; preciso apenas da minha e dane-se quem é infeliz e tenta me barrar. (depoimento de uma estudante lésbica, 17 anos, estado do Paraná).

A fim de saber se determinados tipos de profissionais ou funcionários/as têm maior probabilidade de serem percebidos/as como acolhedores/as, perguntamos para os/as estudantes LGBT até que ponto se sentiriam à vontade para conversar individualmente com diferentes profissionais ou funcionários/as na instituição educacional sobre questões LGBT. A Figura 2.5 mostra que os/as estudantes responderam que se sentiriam mais à vontade conversando com professores/as: 60,9% disseram que ficariam “muito à vontade” ou “mais ou menos à vontade” conversando sobre questões LGBT com essas profissionais (Figura 2.5). Metade dos/das estudantes LGBT (50,0%) afirmou que ficariam à vontade conversando com um/a pedagogo/a.²¹

21. As diferenças medianas no nível de conforto em conversar com profissionais da instituição educacional por tipo de profissional foram examinadas utilizando análise multivariada de variância de medidas repetidas. As percentagens são informadas para fins de ilustração. O efeito multivariado foi significativo. Traço de Pillai = .37, $F(6, 946) = 91,22$, $p < .001$. As análises univariadas foram consideradas significativas com $p < .01$.

FIGURA 2.4. NÚMERO DE PROFESSORES/AS OU OUTROS/AS FUNCIONÁRIOS/AS QUE ACOLHEM ESTUDANTES LGBT

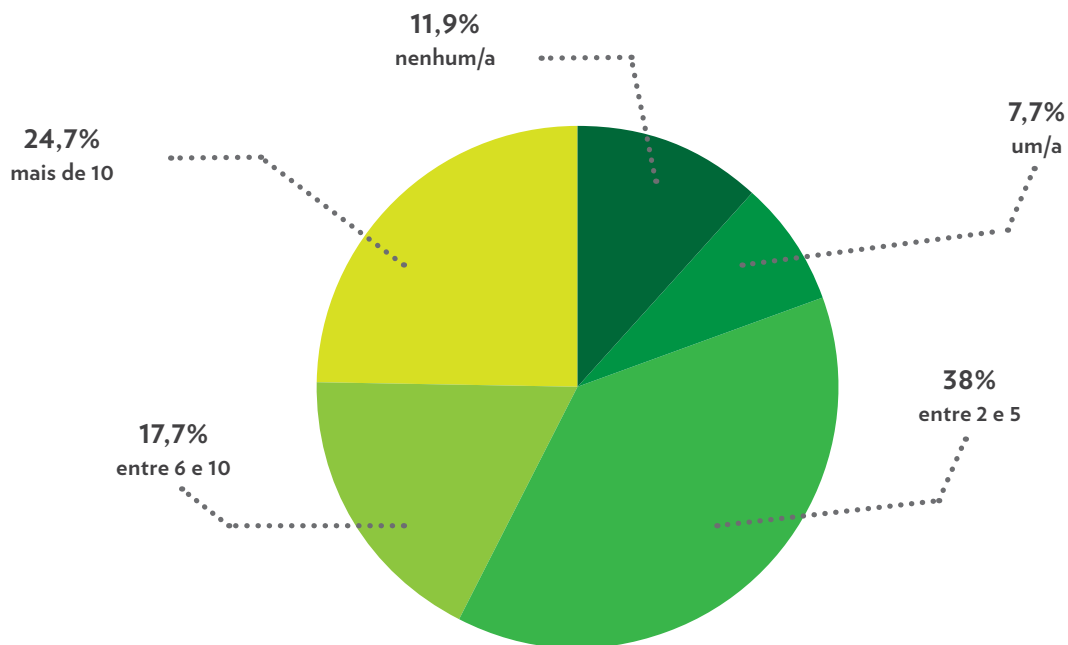


FIGURA 2.5. GRAU DE CONFORTO EM CONVERSAR COM OS/AS PROFISSIONAIS DA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL SOBRE QUESTÕES LGBT
(PERCENTAGEM DE ESTUDANTES LGBT RELATANDO QUE FICARIAM “MUITO À VONTADE” OU “MAIS OU MENOS À VONTADE”)

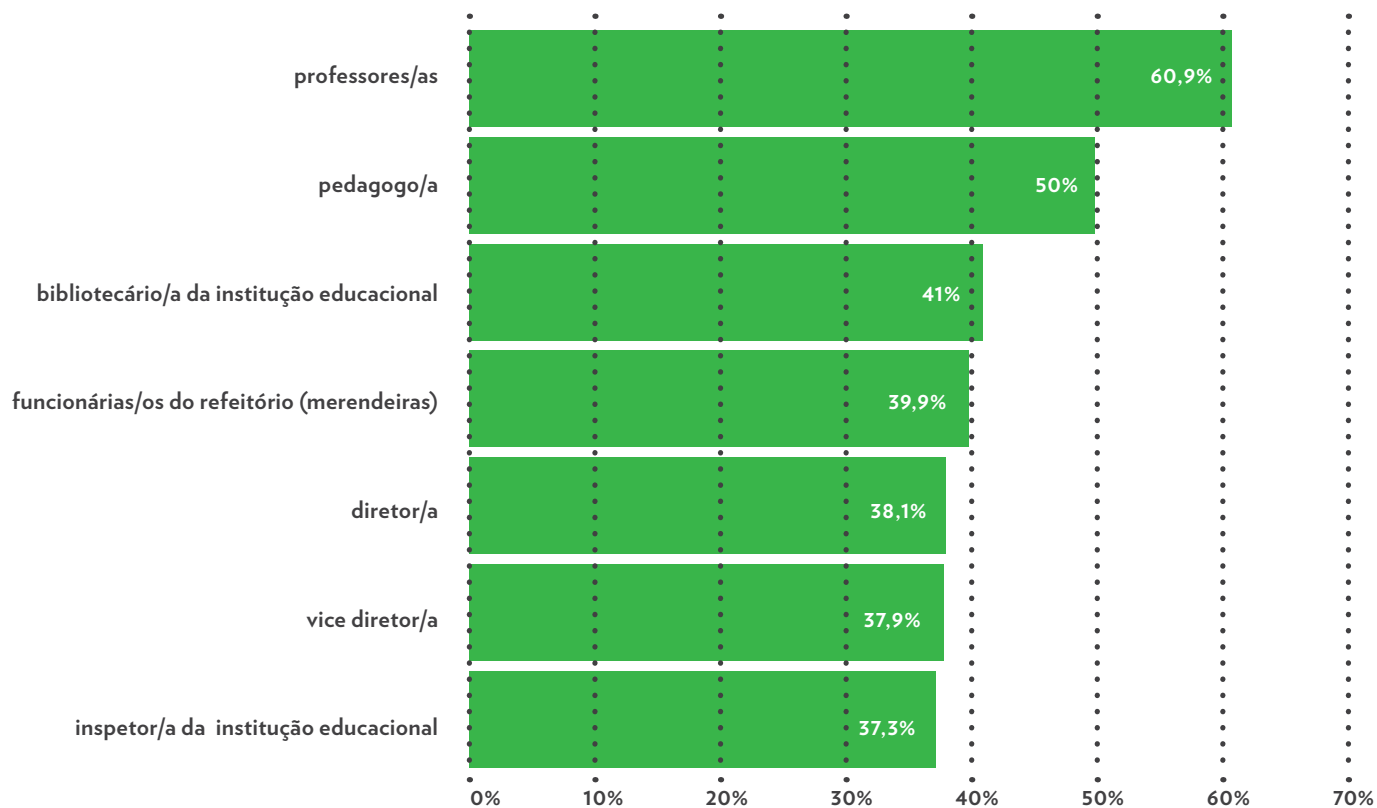
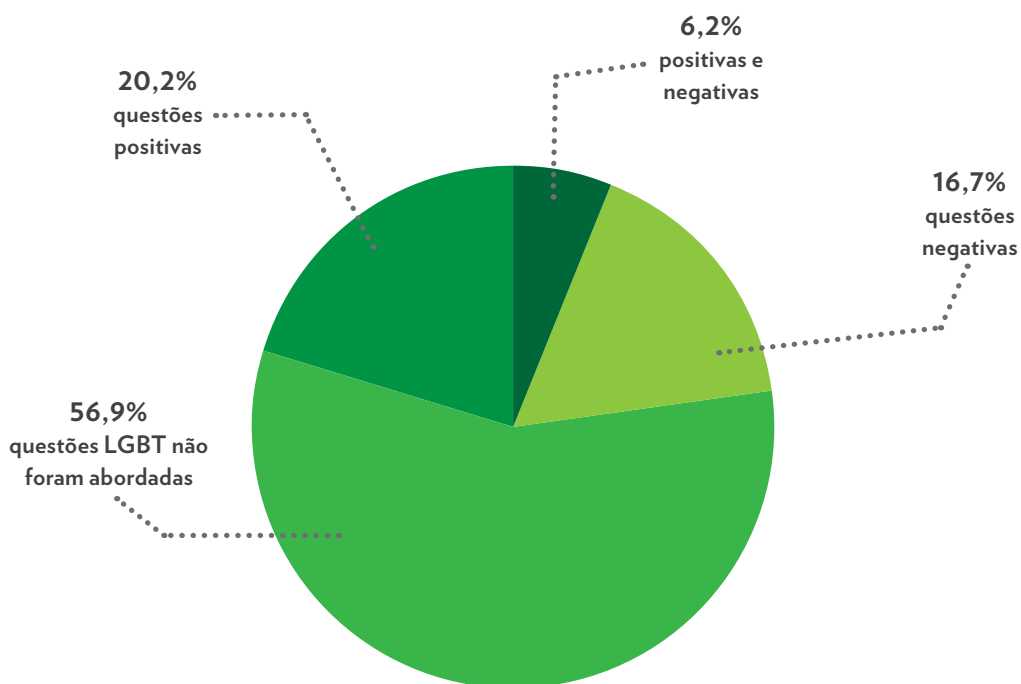


FIGURA 2.6. PERCENTAGEM DE ESTUDANTES QUE APRENDERAM SOBRE QUESTÕES LGBT NA SALA DE AULA



COMPONENTES CURRICULARES INCLUSIVOS

Acredito que as instituições precisam discutir mais assuntos como a diversidade, pois somente assim iremos começar a acabar com o preconceito. Outra questão é a falta de apoio do governo a esses temas o que torna difícil para as instituições falar sobre diversidade, sendo que algumas nem mesmo sabem falar sobre esse assunto corretamente. (depoimento de um estudante gay, 15 anos, estado do Mato Grosso).

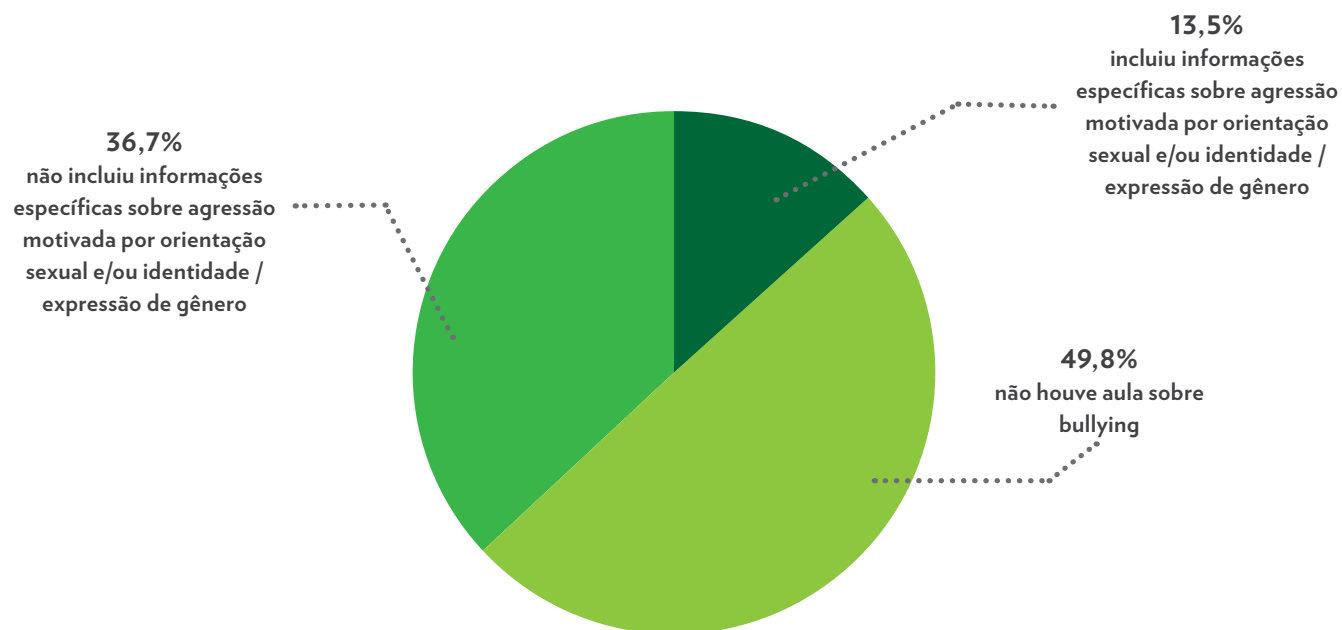
As experiências dos/das estudantes LGBT também podem ser influenciadas pela inclusão no currículo de informações relativas a questões LGBT. Aprender sobre eventos históricos LGBT e exemplos positivos de pessoas LGBT pode aprimorar sua interação com a comunidade educacional, além de proporcionar informações valiosas sobre a comunidade LGBT. Foi perguntado para os/as estudantes da nossa pesquisa se já haviam sido expostos/as a representações de pessoas LGBT, ou à história ou a eventos LGBT durante aulas na instituição educacional. Mais da metade (56,9%) dos/das respondentes afirmaram que esses assuntos não eram abordados na sala de aula (Figura 2.6) e 16,7% afirmaram que foram ensinadas apenas informações negativas. Cerca de um quarto (20,2%) dos/das estudantes disseram que tópicos LGBT foram discutidos apenas de maneira positiva em uma ou mais aulas – 16,7% afirmaram que foram ensinadas apenas informações positivas e 6,2% afirmaram que foram ensinadas informações positivas e negativas. Entre os/as estudantes que afirmaram que foram ensinadas coisas positivas sobre tópicos LGBT na sala de aula, sociologia foi a matéria mais frequente, seguida de história e português (Tabela 2.1).

TABELA 2.1. MATÉRIAS EM QUE OS/AS ESTUDANTES APRENDERAM SOBRE TEMAS LGBT*

	Aprenderam coisas positivas (n = 270)	Temas LGBT foram abordados (n = 1016)
Sociologia	65,6%	17,4%
História	43,3%	11,5%
Português	31,1%	8,3%
Biologia	19,3%	5,1%
Arte	16,7%	4,4%
Filosofia	11,9%	3,2%
Língua Estrangeira	11,1%	3,0%
Ciências	9,3%	2,5%
Educação Física	8,5%	2,3%
Psicologia	7,0%	1,9%
Matemática	5,9%	1,6%
Música	3,3%	0,9%
Outra	14,1%	3,7%

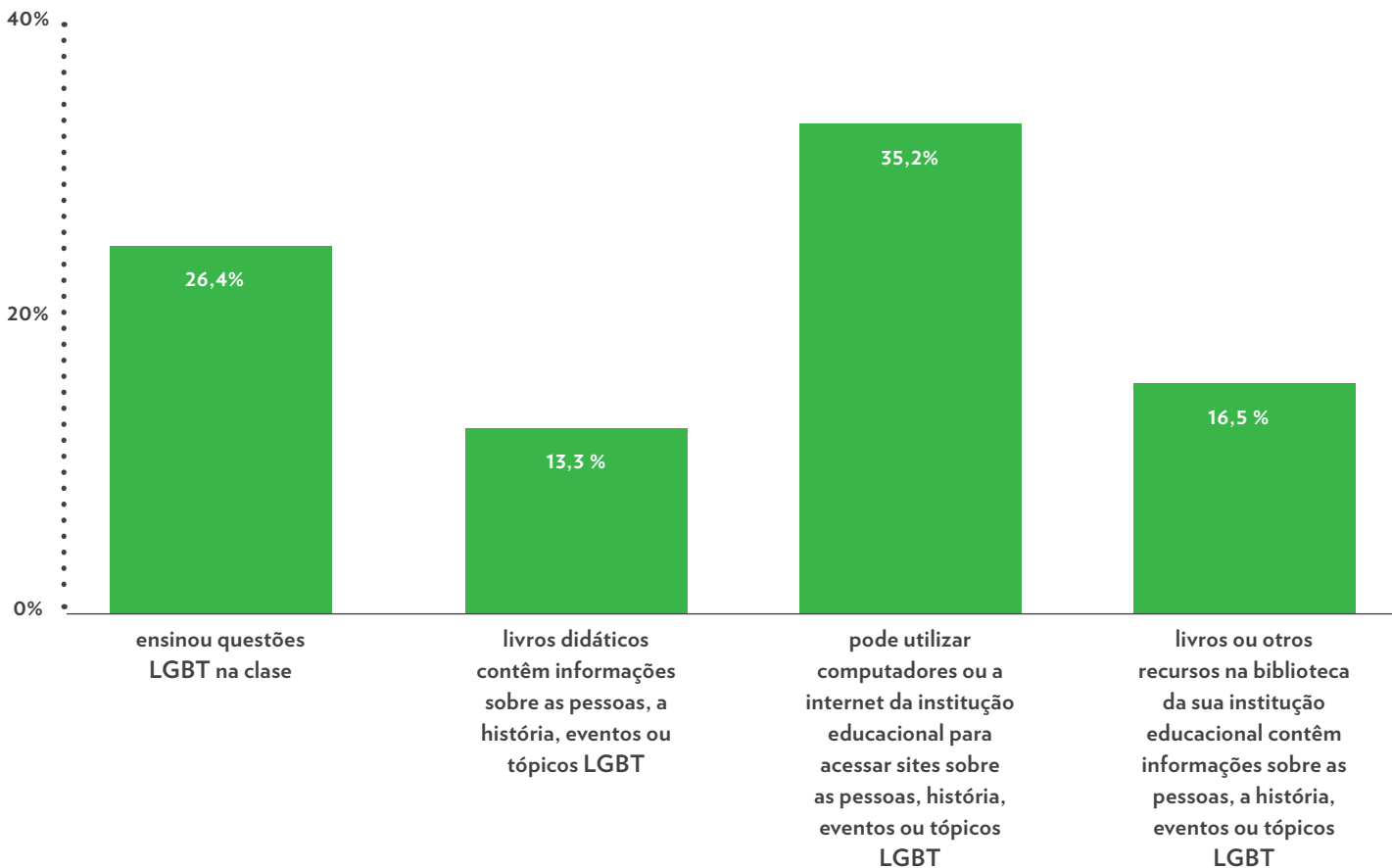
* Visto que os/as entrevistados/as puderam selecionar várias respostas, as categorias não são mutuamente exclusivas. Portanto, os percentuais não somam 100%.

FIGURA 2.7. NÚMERO DE PROFESSORES/AS OU OUTROS/AS FUNCIONÁRIOS/AS QUE ACOLHEM ESTUDANTES LGBT



Muitas vezes as instituições educacionais têm projetos/planos específicos sobre bullying, agressão e violência. No entanto, pode ser que tais programas não incluam especificamente informações sobre discriminação direcionada para estudantes que são alvos comuns, como os/as estudantes LGBT. Perguntamos para os/as estudantes se já tiveram aulas sobre bullying e se incluíram informações sobre bullying contra pessoas LGBT. A Figura 2.7 mostra que a maioria dos/as estudantes relataram ter tido aulas sobre violência, mas apenas 13,5% afirmaram que incluíram informações sobre orientação sexual ou identidade/expressão de gênero.

FIGURA 2.8. ESTUDANTES LGBT RELATANDO A DISPONIBILIDADE DE RECURSOS CURRICULARES INCLUSIVOS DE QUESTÕES LGBT



Também perguntamos para os/as estudantes sobre a possibilidade de acessar informações sobre questões LGBT que os/as professores/as talvez não abordem na sala de aula, como fontes de leitura adicional com informações sobre questões LGBT, livros na biblioteca da instituição educacional e computadores na instituição educacional que permitem acesso a informações sobre questões LGBT. Esses tipos de recursos curriculares relativos a questões LGBT não estavam disponíveis para a maioria dos/das estudantes LGBT na nossa pesquisa, conforme consta na Figura 2.8.

DISPOSIÇÕES NO REGULAMENTO ESCOLAR EM RESPOSTA A BULLYING, AGRESSÃO E VIOLÊNCIA

Disposições do regulamento escolar sobre bullying, agressão e violência são ferramentas importantes para a criação de ambientes educacionais em que os/as estudantes se sentem seguros/as. Esses tipos de disposições podem estipular especificamente as formas de proteção baseadas em características pessoais, tais como orientação sexual e identidade/expressão de gênero, entre outras. Neste relatório, referimo-nos a disposições regulamentares “abrangentes” como aquelas que citam explicitamente as formas de proteção correspondentes a características pessoais, inclusive orientação sexual e identidade/expressão de gênero. Quando uma instituição educacional possui e faz cumprir disposições regulamentares abrangentes, especialmente disposições que incluem procedimentos para informar incidentes às autoridades da instituição educacionais, isto pode transmitir a mensagem de que o bullying, a agressão e a violência são inaceitáveis e não serão tolerados. Disposições regulamentares abrangentes também podem proporcionar mais proteção para estudantes contra a discriminação

porque especificam as diversas formas de bullying, agressão e violência que não serão toleradas. Também podem demonstrar que a segurança dos/das estudantes, inclusive a segurança de estudantes LGBT, é levada a sério pela direção da instituição educacional.

Foi perguntado para os/as estudantes se existia um regulamento sobre a ocorrência de bullying, agressão ou violência na instituição educacional, e se o mesmo incluía explicitamente orientação sexual e identidade / expressão de gênero. A Tabela 2.2 mostra que na instituição educacional da maioria dos/as estudantes (64,0%) não havia qualquer disposição no regulamento escolar ou não sabiam da existência de tal disposição. Entre os/as estudantes que afirmaram que a instituição educacional tinha um regulamento sobre bullying, agressão ou violência, poucos/poucas – apenas 8,3% – disseram que fazia menção de orientação sexual ou identidade / expressão de gênero.

TABELA 2.2.. DISPOSIÇÃO NO REGULAMENTO DA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL SOBRE AGRESSÃO OU VIOLÊNCIA

Não existe uma disposição no regulamento / Não tenho certeza	64,0%
Há alguma disposição no regulamento:	36,0%
• Genérica / Não tenho certeza se inclui especificamente orientação sexual e identidade / expressão de gênero	27,7%
• Menciona orientação sexual apenas	2,7%
• Menciona identidade / expressão de gênero apenas	0,8%
• Menciona orientação sexual e identidade / expressão de gênero	4,8%

UTILIDADE DE RECURSOS E APOIO NA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL

Recursos na instituição educacional, como professores/as e funcionários/as acolhedores/as, currículos que incluem questões LGBT, e disposições regulamentares específicas e explícitas com procedimentos a respeito de como informar sobre a ocorrência de bullying, agressão e violência, podem ajudar a criar um ambiente mais positivo para estudantes LGBT. Nesta seção examinamos a relação entre clima e apoio institucional na instituição educacional, bem como indicadores educacionais, como faltas, desempenho acadêmico e aspirações educacionais.

EQUIPE ESCOLAR ACOLHEDORA

Ter professores/as e funcionários/as acolhedores/as na instituição educacional pode ter um efeito positivo sobre as experiências educacionais de qualquer estudante, aumentando sua motivação para aprender e se envolver positivamente na instituição educacional. Visto que estudantes LGBT muitas vezes se sentem inseguros/as e rejeitados/as na instituição educacional, ter acesso a profissionais na instituição educacional que deem apoio pode ser crítico para a criação de ambientes aprimorados de aprendizagem para estudantes LGBT. Assim, examinamos as relações entre a presença de profissionais acolhedores/as e vários indicadores do clima na instituição educacional. Os resultados mostram que a presença de profissionais da instituição educacional que acolhem estudantes LGBT é um dos aspectos críticos para a melhoria do clima na instituição educacional.

Tive a sorte de estudar em uma escola que acredito ser poucas no Brasil, uma escola que acolhe e que trata todos os estudantes iguais, uma escola onde a maior parte das vezes os LGBTs são maior parte no Grêmio Estudantil e na organização e tudo. Não é tolerado qualquer tipo e preconceito. E os professores dão total apoio, em relação a tudo na vida do estudante. Fui aprovada em uma Universidade Federal, sem cursinho, sem nada e no curso dos meus sonhos. Chega a parecer uma utopia na atual sociedade em que vivemos, mas os meus professores lutavam para que isso se tornar-se realidade. Só tenho a agradecer como já fui lá fazer isso para cada um deles e dizer que tenho total admiração e amor por aquela escola! (depoimento de uma estudante lésbica, 17 anos, estado de Goiás).

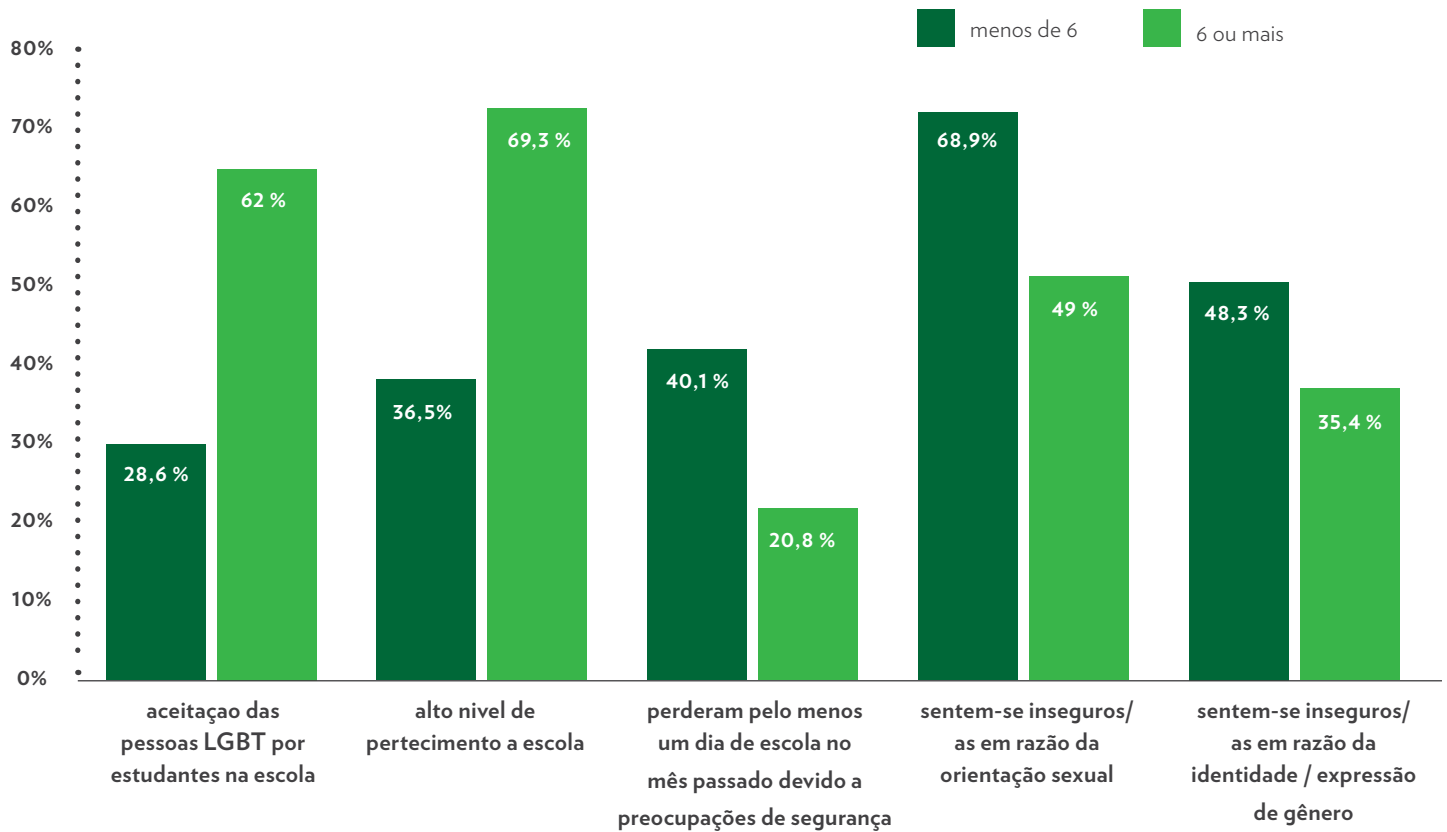
Segurança na instituição educacional e evasão escolar. A presença de profissionais que acolhem estudantes LGBT foi diretamente relacionada aos relatos destes quanto a terem sentimentos mais positivos a respeito da instituição educacional e da educação que recebem. Conforme ilustrado na Figura 2.9, os/as estudantes que informaram ter um número maior de professores/as e funcionários/as na instituição educacional que acolhem estudantes LGBT tinham:

- Mais probabilidade de afirmar que o corpo discente como um todo aceita mais as pessoas LGBT (62,0% comparados com 28,6%);
- Mais probabilidade de sentir que pertencem à instituição educacional (69,3% comparados com 36,5%);
- Menos probabilidade de faltar à instituição educacional por se sentirem inseguros/as (20,8% comparados com 40,1%);
- Menos probabilidade de se sentirem inseguros/as na instituição educacional por causa de sua orientação sexual (49,0% comparados com 68,9%) e por causa de sua identidade / expressão de gênero (35,4% comparados com 48,3%).

22

22. As relações entre o número de profissionais acolhedores e os desfechos relacionados à instituição educacional foram testadas por meio de correlações de Pearson. Aceitação de pessoas LGBT por estudantes: $r = .40, p < .001$; Pertencimento à instituição educacional: $r = .38, p < .001$; Faltar à instituição educacional: $r = -.23, p < .001$; inseguro/a por causa da orientação sexual: $r = -.20, p < .001$; inseguro/a por causa da identidade / expressão de gênero: $r = -.14, p < .001$. As percentagens são informadas para fins de ilustração.

FIGURA 2.9. NÚMERO DE PROFESSORES/AS E FUNCIONÁRIOS/AS DA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL QUE ACOLHEM ESTUDANTES LGBT E AS EXPERIÊNCIAS DE ESTUDANTES LGBT



Minha instituição de ensino pode ser considerada até acolhedora, porém mesmo sem perceber acabam por cometer atos preconceituosos como por exemplo em uma apresentação, na qual uma estudante disse: “respeitar as pessoas que escolhem um opção sexual diferente da normal”. Isso me enfureceu bastante, visto que sou assumido apenas para meus amigos próximos, porém ao meu ver isso de uma certa maneira pode fazer com que adolescentes mais jovens que eu, tentam a se perguntar: “Mas se eles (colégio) estão dizendo que é uma escolha, então eu posso mudar”. Porém com o tempo virá a frustração pois você pode alterar seu comportamento, mas nunca mudará o íntimo de seus sentimentos. Então o que deveria ser feito é capacitar os profissionais escolares, para que situações desconfortáveis como estas não ocorram novamente. (depoimento de um estudante gay, 17 anos, estado do Paraná).

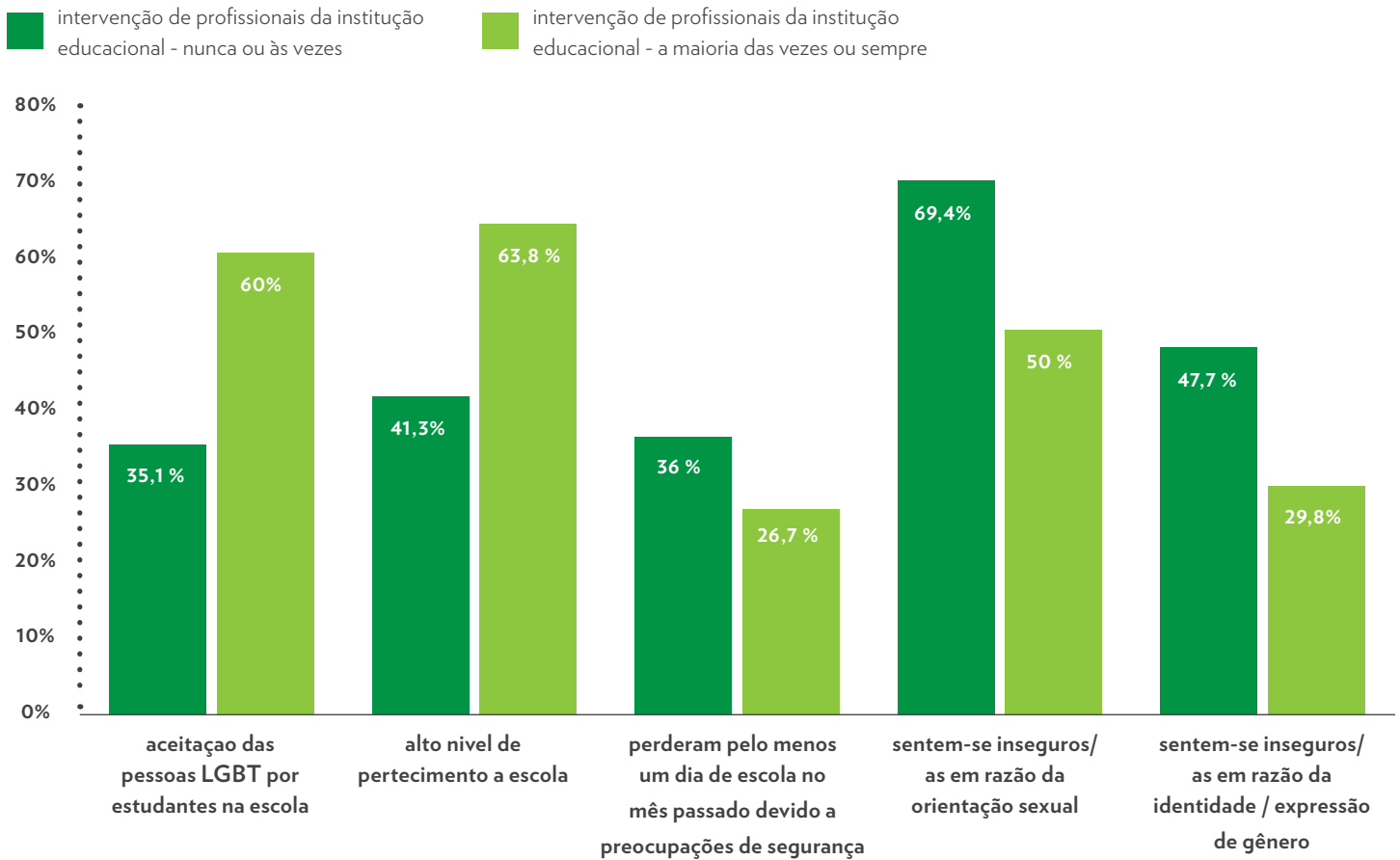
Bem-estar dos/das estudantes. Ter uma pessoa adulta que dê apoio na instituição educacional beneficiaria qualquer estudante. Mas para estudantes LGBT que talvez sejam mais isolados/as e alvos de discriminação e violência, adultos que deem apoio na instituição educacional podem ser ainda mais importantes. Os/as estudantes da nossa pesquisa que informaram que tinham mais professores/as e funcionários/as que davam apoio para estudantes LGBT na instituição educacional também relataram níveis maiores de autoestima e níveis menores de depressão.²³

Eu preciso de ajuda. (apelo deixado por uma estudante trans, 16 anos, estado de São Paulo). Eles não me ajudaram a me sentir mais confortável na escola, mesmo que eu tenha pedido (usar o banheiro masculino, nome social...). (depoimento de estudante trans, 15 anos, Distrito Federal).

Me questiono muito por que me sinto diferente dos outros meninos. Apesar de me dar bem com todos, sinto que não é uma amizade sincera, pois eles não sabem o que passa na minha cabeça. É tudo muito confuso. Por não ser assumido, me sinto muito culpado como se mentisse o tempo todo para todos. É como existir duas pessoas dentro do mesmo corpo. Mas gosto do meu corpo, quero viver minhas experiências homossexuais assim mesmo, no meu corpo, sem outros saberem. Estou começando a me adaptar, a aceitar que não é preciso assumir. Será muito sacrificoso, mas acho que é necessário. Respeito muito meus pais, eles nunca estarão preparados pra saber a verdade. Tudo que faço penso neles, e é por eles que não irei assumir nada. (depoimento de um estudante gay, 18 anos, estado do Ceará).

²³. As relações entre o bem-estar dos/das estudantes e profissionais acolhedores foram examinadas por meio correlações de Pearson. Autoestima: $r = ,15$, $p < ,001$; Depressão: $r = -,18$, $p < ,001$.

FIGURA 2.10. INTERVENÇÃO POR PROFISSIONAIS DA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL SOBRE COMENTÁRIOS LGBTFÓBICOS E A EXPERIÊNCIA DOS/DAS ESTUDANTES LGBT



CURRÍCULO INCLUSIVO

A inclusão de forma positiva de questões LGBT no currículo pode fazer com que estudantes LGBT se sintam mais valorizados/as enquanto membros da comunidade educacional, e também pode promover sentimentos mais positivos sobre questões e pessoas LGBT entre seus pares, resultando assim em um clima mais positivo na instituição educacional. Com efeito e conforme consta na Figura 2.11, os/as estudantes LGBT que aprenderam informações positivas sobre pessoas LGBT e sobre a história e eventos LGBT tinham:

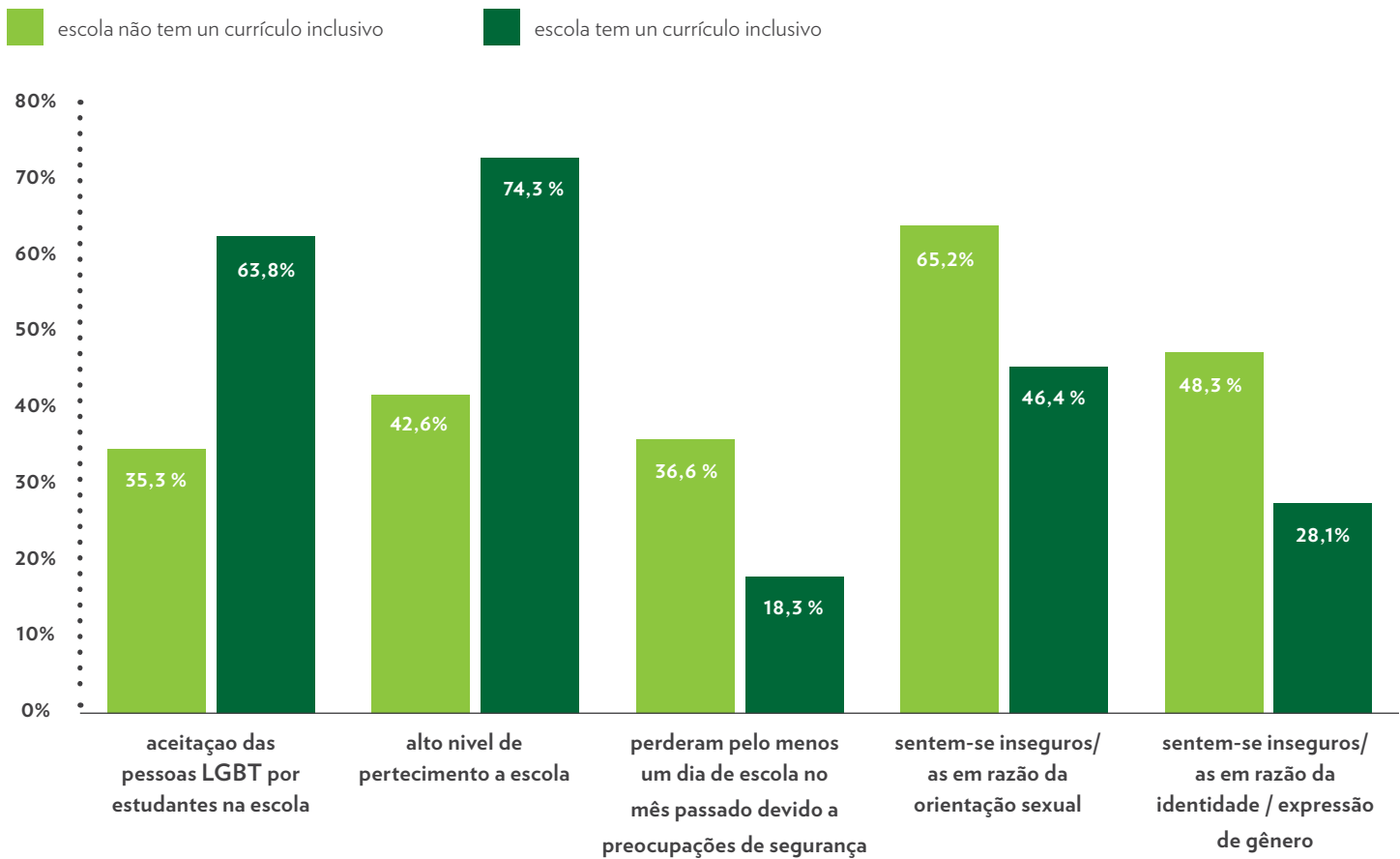
- Mais probabilidade de relatar que de modo geral o corpo discente tende a aceitar mais as pessoas LGBT (63,8% comparados com 35,3%);
- Mais probabilidade de sentir que pertencem à instituição educacional (74,3% comparados com 42,6%);
- Menos probabilidade de faltar à instituição educacional por motivo de se sentirem inseguros/as (18,3% comparados com 36,6%); e
- Menos probabilidade de se sentirem inseguros/as na instituição educacional por causa de sua orientação sexual (46,4% comparados com 65,2%) e por causa de sua identidade / expressão de gênero (28,1% comparados com 48,3%).²⁴

Realmente não vejo muitos problemas na minha instituição, tanto que ano passado um colega foi intolerante e minha coordenadora lidou da melhor maneira possível. Porém, é aquela história, supostamente aceita mas não se fala a respeito. Eu me sinto extremamente confortável sobre mim mesma e meus colegas também me respeitam, assim como os professores que sabem, mas o tema LGBT não é abordado de jeito nenhum. Eu tenho um professor gay que não se assume de jeito nenhum, até porque nunca se sabe a reação que a instituição pode ter...

Nunca na vida falamos sobre pessoas trans/travestis na minha escola, funcionários já se mostraram intolerantes, inclusive a coordenadora do ensino fundamental. O tema LGBT PRECISA ser abordado nas escolas. Minha instituição é uma delas. (depoimento de uma estudante lésbica, 15 anos, estado de Minas Gerais, grifos da depoente).

24. As relações entre o currículo inclusivo e os desfechos relacionados à instituição educacional foram testadas por meio de correlações de Pearson. Aceitação de pessoas LGBT por estudantes: $r = .29, p < .001$; Pertencimento à instituição educacional: $r = .31, p < .001$; Faltar à instituição educacional: $r = -.16, p < .001$; Inseguro/a por causa da orientação sexual: $r = -.17, p < .001$; Inseguro/a por causa da identidade / expressão de gênero: $r = -.18, p < .001$. As porcentagens são informadas para fins de ilustração.

FIGURA 2.11. CURRÍCULO QUE INCLUI QUESTÕES LGBT E AS EXPERIÊNCIAS DE DOS/DAS ESTUDANTES LGBT



POLÍTICAS DA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL PARA O ENFRENTAMENTO DO BULLYING, DA AGRESSÃO E DA VIOLÊNCIA

Políticas contra o bullying/agressão podem contribuir para seu enfrentamento quando estipulam explicitamente formas de proteção contra a discriminação baseada em orientação sexual e identidade/expressão de gênero. Políticas inclusivas contra o bullying/agressão também podem ser uma fonte de orientação necessária para a equipe da instituição educacional intervir de forma apropriada quando os/as estudantes se utilizam de linguagem que é contra pessoas LGBT e quando estudantes LGBT reclamam de incidentes de agressão e violência. Políticas desta natureza também podem informar os/as estudantes quanto ao seu direito a uma educação segura e como denunciar incidentes de violência. No entanto, no caso de estudantes LGBT, as políticas da instituição educacional podem ser menos eficazes quando são genéricas e não estipulam especificamente a violência relacionada à orientação sexual e identidade / expressão de gênero. Portanto, verificamos se havia diferenças por tipo de políticas em relação aos indicadores da segurança na instituição educacional.

O bullying era frequente até eu entrar com a direção da escola. Depois disso foram tomadas medidas que diminuiriam bastante o preconceito, como palestras e o teatro como disciplina. (depoimento de um estudante gay, 16 anos, estado do Maranhão).

No que diz respeito a ouvir comentários LGBTfóbicos, os/as estudantes LGBT em instituições educacionais sem uma política do tipo descrito acima tinham maior probabilidade de relatar a incidência maior de tais comentários, mas não houve diferenças significativas entre

estudantes em instituições educacionais com uma política que fazia menção de orientação sexual ou identidade / expressão de gênero e estudantes em instituições educacionais que não tinham (Figura 2.12).²⁵ Encontramos uma tendência semelhante de diferenças em relação à frequência da agressão verbal motivada por orientação e identidade / expressão de gênero (Figura 2.12).²⁶ Por outro lado, a percentagem de estudantes LGBT que afirmaram se sentir inseguros/as por causa de sua orientação sexual estava menor

²⁵. As diferenças medianas entre os tipos de políticas relativas a comentários LGBTfóbicos foram examinadas por uma série de análises de variação de um fator (one-way) (ANOVAs): $F(2, 1009) = 18,86, p < .001$. As análises univariadas foram consideradas significativas com $p < .05$.

²⁶. As diferenças medianas entre os tipos de política foram examinadas por uma série de análises de variação de um fator (one-way) (ANOVAs). Agressão verbal motivada por orientação sexual: $F(2, 1011) = 11,42, p < .001$; Agressão verbal motivada por identidade / expressão de gênero: $F(2, 987) = 7,34, p < .001$. As análises univariadas foram consideradas significativas com $p < .05$. Intervenção em caso de comentários LGBTfóbicos: $F(2, 616) = 7,55, p < .001$; Denúncias de estudantes sobre discriminação: $F(2, 504) = 3,95, p < .05$; Eficácia da intervenção: $F(2, 258) = 10,39, p < .001$. As análises univariadas foram consideradas significativas com $p < .01$.

nas instituições educacionais que tinham uma política inclusiva do que em instituições educacionais com uma política genérica ou sem qualquer política.²⁷ Por exemplo, conforme consta na Figura 2.12, 43,4% dos/das estudantes LGBT em instituições educacionais com uma política inclusiva se sentiam inseguros/as por causa de sua orientação sexual, comparados/as com 53,4% dos/das estudantes LGBT em instituições educacionais com uma política genérica e 65,2% em instituições educacionais sem qualquer política. Contudo, não houve diferenças quanto ao tipo de política no que diz respeito a se sentir inseguro por causa da identidade / expressão de gênero.

Quería dizer que os funcionários, tanto professores como outros, não estão e não foram capacitados para discutir e dialogar questões sobre o gênero e a diversidade. (depoimento de um estudante gay, 18 anos, estado do Rio de Janeiro).

Conforme já mencionado, as políticas podem orientar os/as profissionais na instituição educacional sobre como responder a comentários feitos por estudantes contra pessoas LGBT. No que diz respeito à intervenção de professores/as diante de comentários LGBTfóbicos, a Figura 2.13 mostra que os/as estudantes LGBT em instituições educacionais sem qualquer política sobre bullying ou agressão tinham menos probabilidade de relatar a intervenção por parte de professores/as, enquanto estudantes LGBT em instituições educacionais com políticas abrangentes tinham uma probabilidade um pouco maior de relatar a intervenção de professores/as que os/as estudantes em instituições educacionais com políticas genéricas (11,2% afirmaram que os/as professores/as intervinham “a maioria das vezes” ou “sempre” quando não existia uma política, comparado com 22,9% quando havia uma política genérica e 37,5% quando tinha uma política inclusiva).²⁸ Embora não houvesse diferença na probabilidade dos/das estudantes LGBT denunciarem agressão ou violência aos/às profissionais da instituição educacional, havia maior probabilidade de afirmarem que a intervenção dos/das profissionais foi eficaz (“muito eficaz” ou “mais ou menos eficaz”) quando estavam numa instituição educacional com algum tipo de política contra o bullying.²⁹ No entanto, não houve diferenças significativas entre estudantes em instituições educacionais com uma política genérica e estudantes em instituições educacionais com uma política inclusiva. (Figura 2.13.)

Por mais que as instituições de ensino público do país tenham dificuldade no ensino, algumas instituições procuram trabalhar o respeito mútuo, independente de raça, orientação sexual, identidade de gênero, e coisas do tipo. No local em que estudei, nos últimos anos, eles focaram na inclusão, principalmente no ano de 2015! Pudemos ter a chance de assistir um filme que trazia um pouquinho do universo lgbt e de deficiência ao assistirmos “Hoje eu quero voltar sozinho” e, logo após, debatermos sobre o assunto. Os resultados que tirei foram bons. Há um respeito crescendo entre os adolescentes sobre esse tema; mesmo que alguns tenham sido preconceituosos e intolerantes, boa parte, se

mostrava ok com tudo. Quis informar isso para que fique claro que estudar sobre sexualidade na escola é possível SIM, além de ser importante para todos no local, não pode haver pirâmide de estudantes, todos necessitam e devem ser tratados de maneira igualitária num local onde passam boa parte da infância e adolescência! (depoimento de uma estudante bissexual, 17 anos, estado de São Paulo).

É uma situação complicada ser transexual e tentar concluir o ensino médio. Diariamente tenho que lidar não só com pessoas que acham que estou confuso ou é apenas uma fase e que estou errado em ser quem sou, mas também com pessoas que não compreendem o que significa «transexual». A escola não sabe o que fazer comigo, pois não possui regras sobre estudantes «transexuais», logo é desorganizada a questão do nome social, assim passo por muitos constrangimentos com a chamada e com a «carteirinha». Muitas vezes chego em casa chorando, pois fui constrangido, sofri preconceitos ou exclusão. Dói o meu peito ao pensar que se fosse cisgênero minha vida seria melhor, seria um menino branco de classe média alta, com notas boas e muitos amigos. (depoimento de estudante trans, 17 anos, Distrito Federal).

27. As diferenças medianas entre os tipos de política foram examinadas por uma série de análises com o teste chi-quadrado. Sentir-se inseguro/a por causa da orientação sexual: $\chi^2 = 21,83$, $df = 2$, $p < ,001$, V de Cramer = ,15; Sentir-se inseguro/a por causa da identidade / expressão de gênero: $\chi^2 = 5,01$, $df = 2$, não significativo.

28. As diferenças medianas entre as intervenções relativas a comentários LGBTfóbicos por tipo de política foram testadas com análises de variância de um fator (one-way) (ANOVAs): $F(2, 650) = 19,46$, $p < ,001$. As diferenças nas análises univariadas entre “nenhuma política” e os dois outros grupos foram significativas com $p < ,001$. As diferenças nas análises univariadas entre os dois grupos de políticas foram marginalmente significativas, $p < ,10$.

29. As diferenças medianas da eficácia da intervenção por tipo de política foram testadas por meio de análises de variância de um fator (one-way) (ANOVAs): $F(2, 226) = 9,68$, $p < ,001$. As diferenças nas análises univariadas “nenhuma política” e os dois outros grupos foram significativas com $p < ,001$. As diferenças nas análises univariadas entre os dois grupos de políticas não tinham significância estatística.

FIGURA 2.12. DISPOSIÇÕES DOS REGULAMENTOS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS SOBRE VIOLÊNCIA E AGRESSÃO E AS EXPERIÊNCIAS DOS/DAS ESTUDANTES LGBT

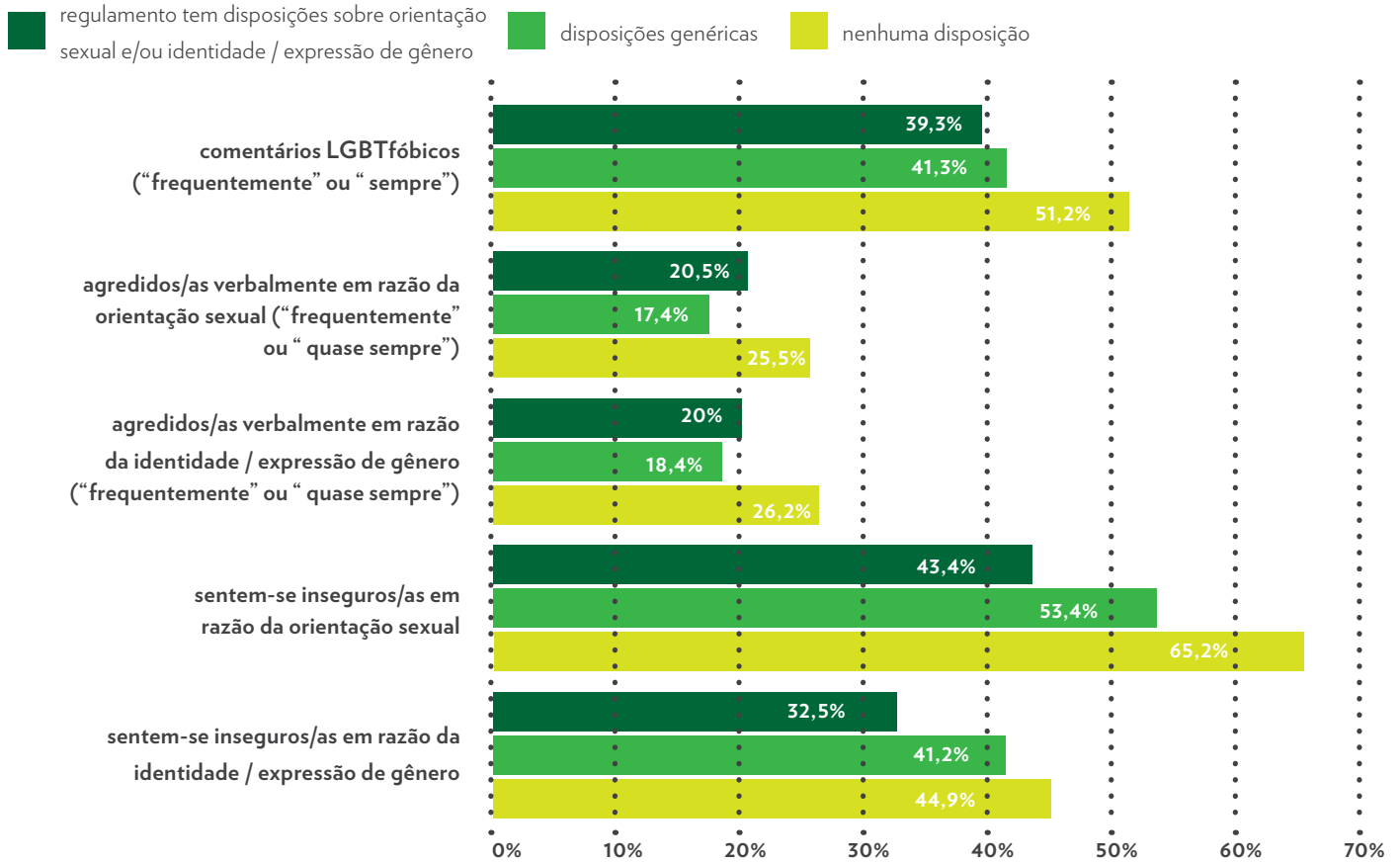
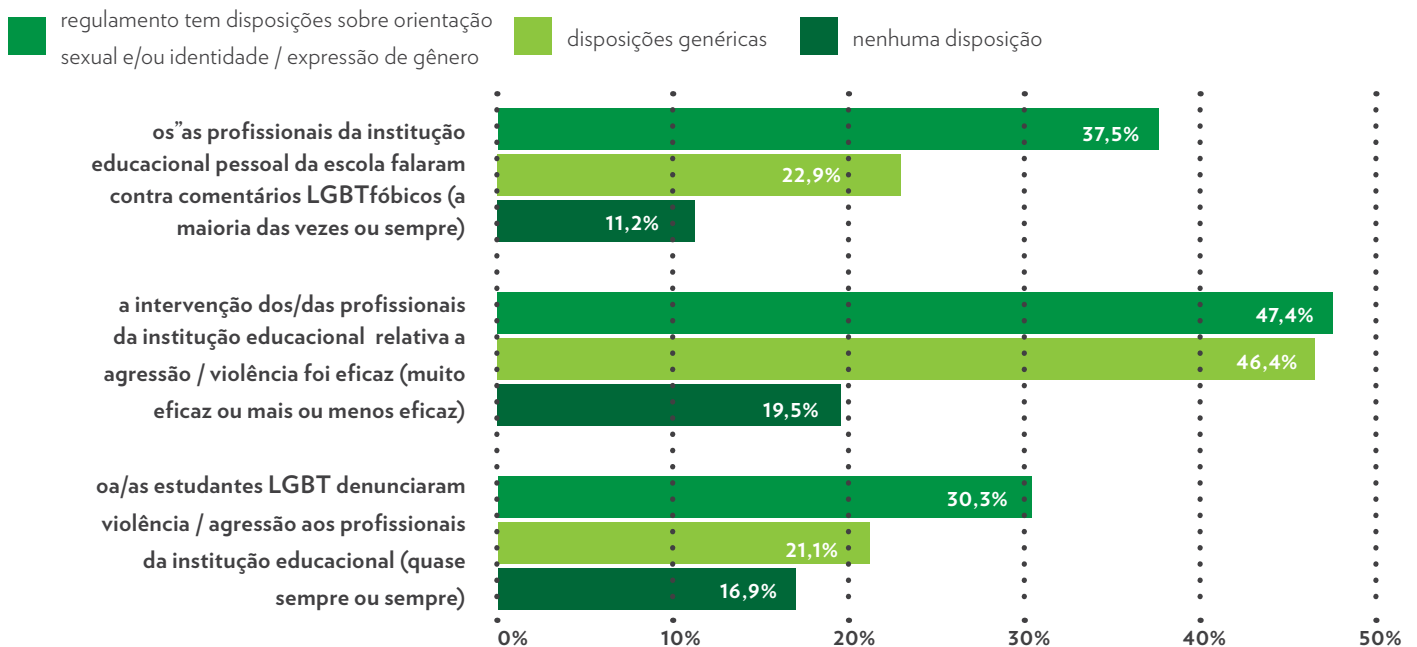


FIGURA 2.13. DISPOSIÇÕES DOS REGULAMENTOS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS SOBRE VIOLÊNCIA E AGRESSÃO E A RESPOSTA À DISCRIMINAÇÃO



DISCUSSÃO

LIMITAÇÕES

A metodologia utilizada em nossa pesquisa resultou em uma amostra nacionalmente representativa de estudantes LGBT. Contudo, é importante observar que nossa amostra é representativa apenas de adolescentes e jovens que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais ou trans (ou outra orientação sexual não heterossexual e/ou identidade de gênero não cis-gênero) e que têm algum vínculo com a comunidade LGBT (por meio de uma organização local voltada para adolescentes e jovens ou por meio da internet, incluindo as mídias sociais). Conforme discutido na seção Métodos e Amostra, além de divulgar a pesquisa por meio de grupos comunitários LGBT, mídias sociais voltadas para adolescentes e jovens LGBT, e organizações pró-juventude, também fizemos anúncios dirigidos no Facebook a fim de ampliar nosso alcance e obter uma amostra mais representativa. O anúncio no Facebook permitiu que estudantes LGBT que não necessariamente tinham uma ligação formal com a comunidade LGBT pudessem participar da pesquisa. No entanto, o anúncio foi direcionado apenas para adolescentes e jovens cujo perfil no Facebook dava alguma indicação de que eram LGBT. Adolescentes e jovens LGBT que não se sentiam à vontade para se identificarem como LGBT desta forma não receberiam o anúncio sobre a pesquisa e talvez estejam sub-representados/as na amostra. Assim, os/as adolescentes e jovens LGBT que talvez sejam os/as mais isolados/as — aqueles/aquelas sem ligação formal com a comunidade LGBT e sem acesso a recursos e apoio via internet e que não se sentem à vontade para se identificarem como LGBT no seu perfil no Facebook — talvez estejam sub-representados/as na amostra.

A partir dos dados também não podemos tirar conclusões sobre as experiências de adolescentes e jovens que talvez estejam se relacionando sexualmente com pessoas do mesmo sexo ou sentindo atração sexual para pessoas do mesmo sexo, mas que não se identificam como lésbicas, gays ou bissexuais. Esses/essas adolescentes e jovens talvez estejam mais isolados/as, desconheçam fontes de apoio, ou, mesmo se conhecem, não se sentem à vontade para utilizá-las. De forma parecida, adolescentes e jovens cuja identidade de gênero é diferente do sexo atribuído ao nascer, mas que não se identificam como transgênero, também talvez estejam mais isolados/as e sem o mesmo acesso a recursos que os/as adolescentes e jovens que participaram da nossa pesquisa.

Também é importante observar que nossa pesquisa somente reflete as experiências de estudantes LGBT que frequentavam a instituição educacional durante o ano letivo de 2015. Embora nossa amostra tenha permitido a participação de estudantes que deixaram de frequentar a instituição educacional em algum momento no decorrer do ano de 2015, mesmo assim

não reflete as experiências de adolescentes e jovens LGBT que talvez tenham desistido da instituição educacional em anos letivos anteriores. É provável que as experiências desses/dessas adolescentes e jovens difiram das dos/das estudantes que permaneceram na instituição educacional, sobretudo com relação ao clima escolar hostil, ao acesso a recursos de apoio, à severidade da disciplina escolar, ao envolvimento com a justiça juvenil/criminal, e ao estar sem-teto.

Por último, os dados da nossa pesquisa são transversais (ou seja, os dados foram coletados em um determinado momento no tempo), o que significa que não podemos determinar a causalidade. Por exemplo, embora tenhamos observado que havia uma ligação entre o número de profissionais acolhedores/as e o desempenho acadêmico dos/das estudantes, não podemos afirmar que um vá influenciar no outro.

Apesar dessas limitações, nossas tentativas de recrutar de forma diversificada resultaram em uma amostra de estudantes LGBT que acreditamos ter a maior probabilidade de refletir fielmente a população de estudantes LGBT nas instituições educacionais do segundo ciclo do ensino fundamental e do ensino médio no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Os dados da pesquisa vieram corroborar os achados das pesquisas anteriores apresentadas na Introdução deste relatório, entre outras, com um diferencial: os questionários não foram aplicados por entrevistadores/as junto a comunidades escolares inteiras, foram respondidos voluntariamente por adolescentes e jovens na faixa dos 13 aos 21 anos **que se autoidentificaram como LGBT**. Assim, os dados não se tratam de atitudes ou percepções de outrem quanto ao preconceito, discriminação e violência sofridos por estudantes LGBT; se tratam da vivência real dessas situações pelos/pelas próprios/próprias estudantes LGBT nas instituições educacionais brasileiras. Além disso, enquanto pesquisa nacional, a mesma conseguiu atingir representatividade em termos de regionalidade e também em termos das Unidades Federativas (UF). Das 27 UF, apenas o Tocantins ficou sem respondentes.

Os dados apontam para um cenário nada alentador. É um cenário caracterizado pela insegurança dos/das estudantes LGBT nas instituições educacionais, com alta incidência de agressão verbal, física e violência, sem o devido apoio ou medidas para contornar essas situações, e sem um número adequado de profissionais de educação capacitados/as para dar conta dessas situações e revertê-las por meio de ações educativas.

Foi impressionante, reveladora e talvez a parte mais rica de toda a pesquisa a utilização das duas perguntas abertas como um espaço de desabafo pelos/as adolescentes e jovens, principalmente em relação à sua sexualidade e o que vivenciam nas instituições educacionais em função dela. 422 (41,5%) estudantes informaram o motivo pelo qual não denunciaram na instituição educacional eventual agressão ou violência sofrida, e 322 (31,7%) estudantes deixaram seus comentários adicionais no final do questionário. Vários/as respondentes relataram ter chorado ao refletir sobre as perguntas do questionário e relevância delas para sua vida, muitos/as puseram “para fora” sua revolta com as situações de preconceito e discriminação vivenciadas na instituição educacional, enquanto alguns/algumas expressaram o desejo de suicídio.

Os dados exigem respostas. O silêncio (ou a omissão) diante deles é cúmplice da discriminação e da violência.

Portanto, apresentamos a seguir recomendações voltadas a contribuir para amenizar a situação que a pesquisa trouxe à tona:

FORMAÇÃO INICIAL

- Os currículos dos cursos de formação inicial das universidades e faculdades para professores/as (graduação) precisam ter conteúdos específicos sobre o respeito à diversidade sexual, para que estejam preparados/as para acolher efetivamente os/as estudantes LGBT e agir diante dos problemas que surgem nas escolas.

Como estudante e futuro professor, pois faço um curso profissionalizante, tenho 16 anos e vejo que dentro das instituições por mais que os preconceitos tenham diminuído, não é abordado o tema, professores não estão capacitados, fogem do assunto, ou por opinião própria não querem falar. (depoimento de um estudante gay, 16 anos, estado do Paraná).

FORMAÇÃO CONTINUADA

- Formação continuada para profissionais de educação, com atualizações e capacitações promovidas pelas Secretarias de Educação, Organizações Não Governamentais e Instituições de Ensino Superior, incluindo cursos e palestras, oficinas, seminários e cursos de pós-graduação.
- Deve haver supervisão regular das práticas de ensino para garantir que os conteúdos curriculares sobre a promoção do respeito à diversidade sexual sejam implementados efetivamente.

PESQUISA

- Recursos financeiros precisam ser destinados especificamente para pesquisas sobre a comunidade LGBT, para que haja dados empíricos para sustentar intervenções, políticas públicas e materiais pedagógicos. Além de pesquisas como esta realizada no âmbito nacional, é importante o incentivo à produção de trabalhos de conclusão de curso, monografias, dissertações e teses sobre a temática da diversidade sexual e questões LGBT, para ampliar a base de conhecimentos científicos.

MAPEAMENTO E DISSEMINAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS EXITOSAS

- Além de pesquisas, podem e devem ser aproveitadas experiências que deram certo nas instituições educacionais em relação ao respeito pela diversidade sexual e questões LGBT. Este mapeamento e respectiva sistematização podem ser realizados através de prêmios, publicações e divulgação em fóruns apropriados.

MATERIAIS PEDAGÓGICOS

- Materiais pedagógicos baseados em evidências (para professores/as e estudantes) precisam ser elaborados, disponibilizados e utilizados nas escolas para promover o respeito a todos e a todas, sem distinção de qualquer característica pessoal. Isto deve ocorrer de forma transversal, com base na educação em direitos humanos.

CAMPANHAS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E NACIONAIS

- Para o enfrentamento da LGBTfobia na educação, campanhas precisam ser veiculadas nos meios de comunicação para sensibilizar sobre os efeitos da discriminação e do bullying contra estudantes LGBT.

OBSERVÂNCIA DE MARCOS NORMATIVOS JÁ EXISTENTES

- Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- Constituição Federal;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996;
- Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990;
- Lei Nacional de Combate ao Bullying – Lei nº 13.185/2015 (veja nos Anexos);
- Estatuto da Juventude – Lei nº 12.852/2013;
- De especial relevância para o respeito a estudantes travestis e transexuais e sua permanência nas instituições educacionais é a Resolução Nº 12, de 16 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. A Resolução se encontra nos Anexos deste relatório e seu cumprimento pode e deve ser exigido.

INCIDÊNCIA POLÍTICA (ADVOCACY) E RESPONSABILIZAÇÃO (ACCOUNTABILITY)

- Ações de advocacy e accountability precisam ser realizadas junto às Secretarias de Educação, e às Instituições de Ensino Superior, através dos Fóruns e dos Conselhos de Educação, nas três esferas, tendo como base as discussões das Conferências de Educação e os Planos de Educação, para que se tenha o tripé Formação de profissionais de educação, Pesquisa e Materiais pedagógicos.

APOIO, SUPORTE E CANAIS DE DENÚNCIA

- É fundamental que haja por parte da sociedade apoio moral e psicológico aos estudantes LGBT e serviços disponíveis aos quais podem recorrer em momentos de crise.
- São necessários canais por meio dos quais estudantes LGBT possam denunciar discriminação e violência LGBTfóbica, com mecanismos assegurados de seguimento para garantir que esses problemas sejam enfrentados efetivamente.

Com relação a esta última recomendação, é essencial que o Disque 100 seja mais do que uma fonte de dados sobre violações de direitos humanos, há de ter encaminhamento efetivo para solucioná-las, nas três esferas de governo.

MEDIAÇÃO E ACIONAMENTO DE SERVIÇOS DE APOIO

- Os casos de preconceito e discriminação contra estudantes LGBT nos ambientes educacionais devem ser mediados e, se não houver soluções, existem os seguintes caminhos, entre outros:

- Estudantes LGBT que sofrem discriminação e/ou violência podem procurar o Ministério Público. Nos estados do Paraná, Pernambuco, Piauí e Espírito Santo, os Ministérios Públicos têm Núcleos LGBT específicos para atendimento a estas situações. Nos outros estados, deve-se procurar os Centros de Apoio Operacional (CAOP) dos Ministérios Públicos para as áreas de educação, cidadania, direitos humanos ou equivalentes. Neste sentido, assim como os/as profissionais de educação, os/as profissionais do Ministério Público também precisam estar capacitados/as e preparados/as para atender queixas do público LGBT;

- Outras fontes de ajuda incluem as Defensorias Públicas e organizações locais de direitos humanos de LGBT;

- Além desses órgãos, a Ordem dos Advogados do Brasil tem mais de trezentos Comissões de Diversidade Sexual espalhadas pelo Brasil, que podem ser acionadas para auxiliar em casos de discriminação e violência contra estudantes LGBT.;

JUDICIALIZAÇÃO

- Em vista do surgimento de municípios e estados com Planos de Educação e até com leis que pretendem vedar a abordagem nas escolas do tópico da diversidade sexual, orientação sexual, identidade/expressão de gênero, e até do gênero em si, há de se entender que o Estado nesses lugares está sendo omissivo para com seu dever de proteção jurídica e da integridade física e mental de uma parcela da população, o que por si só é inconstitucional, uma vez que a Constituição Federal garante que todos/as estão iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Assim, pais, mães e responsáveis que querem processar o município, o estado ou a união quando percebem que as agressões LGBTfóbicas (enquadradas na Lei de Combate ao Bullying – Lei nº 13.185/2015, veja nos Anexos) se deve à omissão desses poderes, podem acionar o programa Ação na Educação – de orientação jurídica – pelo seguinte link: <http://www.grupodignidade.org.br/projetos/acao-na-educacao/>

CRIMINALIZAÇÃO

- Precisam ser aprovadas leis contra crimes de ódio e discriminação motivados por orientação sexual e identidade/expressão de gênero, a exemplo do racismo. Todas as opressões devem ser enfrentadas.

QUESTÕES PARA REFLETIR...

A minha Instituição Educacional, possui diversos professores e orientadoras que reforçam o quanto é importante combater o preconceito e o bullying. E como minha escola é só de Ensino Médio e quase sempre os estudantes ficam do 1º ao 3º ano na escola. Todos os estudantes que entram como calouros no 1º ano do Ensino Médio fazem trabalho envolvendo o meio LGBT nas disciplinas de Sociologia, Filosofia e Biologia. Normalmente se fazem trabalhos em cartazes e debates entre as turmas sobre o assunto, o que eu acho interessante e importante. Tanto que minha professora de Biologia conseguiu desconstruir um pensamento homofóbico de um garoto da minha sala. Hoje em dia ele respeita e inclusive é um amigo meu e me admira por ser muito inteligente, ele disse que aprendeu a ver além da orientação sexual/gênero de uma pessoa, e agora vê o mais importante, que é a pessoa em si... (depoimento de um estudante gay, de 17 anos, estado de Santa Catarina).

Na minha escola havia um coletivo LGBT. Este coletivo surgiu da necessidade de nós, estudantes, falarmos sobre o assunto, visto que estavam ocorrendo algumas situações homofóbicas/lesbofóbicas/bifóbicas e contra pessoas não binárias. Este coletivo foi super importante para que boa parte dos estudantes LGBT (que não poucos) pudessem se fortalecer e criar laços entre si. Com este coletivo, criamos atividades, debates, cineclubes, palestras, rodas de conversas, tudo para que a escola pudesse se tornar um ambiente mais confortável e seguro para nós, estudantes. Apesar disso, alguns ainda eram vítimas de comentários e atitudes preconceituosas. No entanto, o coletivo abriu muitas portas, inclusive, para que a instituição reconhecesse que precisava falar sobre o assunto e fazer a aula inaugural do ano de 2015 com o tema de gênero e orientação sexual. (depoimento de uma estudante lésbica, 19 anos, estado do Rio de Janeiro).

Não sei se alguém vai estar lendo isso, mas quem quer que seja, se você passa/passou pelas mesmas coisas que eu ou até piores, pois infelizmente isso é possível, não desista não! Por mais que às vezes isso tudo seja duro de aguentar, mas pensa que você não está sozinho. Fisicamente falando, talvez, mas pensa em um apoio espiritual, de energias positivas, que eu e quem mais tem de lidar com isso deseja aos nossos parceiros, irmãos de luta. Não desista, resista! E o maior de tudo, se aceite e se ame, pois não tem nada de errado nisso. (conselho de uma estudante lésbica, 15 anos, estado do Espírito Santo).

GLOSSÁRIO³⁰

30. Várias das definições utilizadas no Glossário têm como fonte a publicação "Guia de educação para o respeito à diversidade sexual" (no prelo), de autoria das organizações executoras listadas na ficha técnica deste relatório. Outras definições são de autores/as específicos/as cujas obras são citadas nas Referências.

Os termos definidos no Glossário não constam em ordem alfabética. Foram agrupados dentro de cinco principais categorias: gênero; orientação sexual; identidade de gênero; outros termos utilizados em relação à sexualidade; e fenômenos socioculturais relativos às pessoas LGBT.

GÊNERO

Conceito formulado nos anos 1970 com profunda influência do movimento feminista. Foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, no entanto, a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura. Assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos. (GÊNERO, 2009, p. 43).

ORIENTAÇÃO SEXUAL

Refere-se à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas. (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2006, p.7).

Basicamente, há três orientações sexuais preponderantes: pelo mesmo sexo/gênero (homossexualidade), pelo sexo/gênero oposto (heterossexualidade) ou pelos dois sexos/gêneros (bissexualidade). Estudos demonstram que as características da orientação sexual variam de pessoa a pessoa.

Homossexual / Homossexualidade

Tratam-se de palavras compostas, sendo que o elemento “homo” vem do grego e significa semelhante ou igual. Assim, os termos significam – grosso modo – atração pelo mesmo sexo.

Lésbica (homossexual feminina)

Pessoa do gênero feminino que têm desejos, práticas sexuais e/ou relacionamento afetivo-sexual com outras pessoas do gênero feminino. Não precisam ter tido, necessariamente, experiências sexuais com outras mulheres para se identificarem como lésbicas (GÊNERO, 2009, p. 79).

Gay (homossexual masculino)

Pessoa do gênero masculino que tem desejos, práticas sexuais e/ou relacionamento afetivo-sexual com outras pessoas do gênero masculino. Não precisam ter tido, necessariamente, experiências sexuais com outras pessoas do gênero masculino para se identificarem como gays (GÊNERO, 2009, p. 79).

Bissexual / Bissexualidade

É a pessoa que se relaciona afetiva e sexualmente com pessoas de ambos os sexos/gêneros (GÊNERO, 2009, p.79). Bi é uma forma reduzida de falar de pessoas bissexuais.

Heterossexual / Heterossexualidade

Indivíduo amorosamente, fisicamente e afetivamente atraído por pessoas do sexo/gênero oposto (adaptado de GÊNERO, 2009, p. 47).

Pansexual / Pansexualidade

Considera-se que a pansexualidade é uma orientação sexual, assim como a heterossexualidade ou a homossexualidade. O prefixo pan vem do grego e se traduz como “tudo”. Significa que as pessoas pansexuais acreditam que podem desenvolver atração física, amor e desejo sexual por outras pessoas, independente de sua identidade de gênero ou sexo biológico. A pansexualidade é uma orientação que rejeita especificamente a noção de dois gêneros e até de orientação sexual específica. (MARSHALL CAVENDISH CORPORATION, 2010, p 593).

IDENTIDADE DE GÊNERO³¹

É uma experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos e outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos. (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2006, p.7).

Identidade de gênero é a percepção que uma pessoa tem de si como sendo do gênero masculino, feminino ou de alguma combinação dos dois, independente de sexo biológico. Trata-se da convicção íntima de uma pessoa de ser do gênero masculino (homem) ou do gênero feminino (mulher).

31. Este relatório adotou a tendência crescente de utilizar o termo “identidade/expressão de gênero”.

Transgênero

Terminologia utilizada para descrever pessoas que transitam entre os gêneros. São pessoas cuja identidade de gênero transcende as definições convencionais de sexualidade.

Transexual

Pessoa que possui uma identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento. Homens e mulheres transexuais podem manifestar o desejo de se submeterem a intervenções medicocirúrgicas para realizarem a adequação dos seus atributos físicos de nascença (inclusive genitais) a sua identidade de gênero constituída.

Travesti

Pessoa que nasce do sexo masculino ou feminino, mas que tem sua identidade de gênero oposta ao seu sexo biológico, assumindo papéis de gênero diferentes daquele imposto pela sociedade. No caso de pessoas travestis com identidade de gênero feminina, muitas modificam seus corpos por meio de hormonioterapias, aplicações de silicone e/ou cirurgias plásticas, porém, vale ressaltar que isso não é regra para todas.³²

Utiliza-se o artigo definido feminino “A” para falar da Travesti (aquela que possui seios, corpo, vestimentas, cabelos, e formas femininas). É incorreto usar o artigo masculino, por exemplo, “O” travesti Maria, pois está se referindo a uma pessoa do gênero feminino. O termo “O” Travesti, se referiria a uma pessoa travesti do sexo biológico feminino, mas com identidade de gênero masculino.

Nome Social

O nome escolhido por travestis e transexuais, em substituição ao seu nome de registro civil, e que melhor se adequa à sua identidade de gênero e aparência física.

Cisgênero

Descreve uma pessoa cuja identidade de gênero está em consonância com o sexo/gênero atribuído ao nascer

OUTROS TERMOS UTILIZADOS EM RELAÇÃO À SEXUALIDADE

Intersexual

É o termo geral adotado para se referir a uma variedade de condições (genéticas e/ou somáticas) com que uma pessoa nasce, apresentando uma anatomia reprodutiva e sexual que não se ajusta às definições adotadas social e culturalmente como do universo feminino e masculino (GÊNERO, 2009, p. 128).

Queer

A Teoria Queer considera que as pessoas apresentam múltiplas identidades e o potencial para a variabilidade do desejo sexual, critica as categorias tradicionais de orientação sexual (hetero, homo ou bissexual) e enuncia que o que existe são práticas sexuais de sujeitos sem identidades fixas (CARVALHO; RABAY; BRABO, 2010, p. 246).

32. Adaptada de definição fornecida pela Articulação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA.

LGBT(IQ)

Sigla utilizada para se referir a lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais (LGBT), e alguns países acrescentam-se as letras I e Q para denotar pessoas intersexuais e queer.

FENÔMENOS SOCIOCULTURAIS RELATIVOS ÀS PESSOAS LGBT

Homofobia

A homofobia pode ser definida como o medo, a aversão, ou o ódio irracional aos homossexuais, e, por extensão, a todas as pessoas que manifestem orientação sexual ou identidade de gênero diferente dos padrões heteronormativos, mesmo pessoas que não são homossexuais mas são percebidas como tais. A homofobia, portanto, transcende a hostilidade e a violência contra LGBT e associa-se a pensamentos e estruturas hierarquizantes relativas a padrões relacionais e identitários de gênero, a um só tempo sexistas e heteronormativos (JUNQUEIRA, 2007, p. 60-61). Consiste em um problema social e político dos mais graves, mas que varia de intensidade e frequência, de sociedade para sociedade.

Tem sido um conceito guarda-chuva, utilizado para descrever um variado leque de fenômenos sociais relacionados ao preconceito, à discriminação e à violência contra homossexuais. Os tipos específicos dessa fobia incluem lesbofobia (contra lésbicas), bifobia (contra bissexuais) e transfobia (contra travestis e transexuais). A homofobia também é responsável pelo preconceito e pela discriminação, por exemplo, no local de trabalho, na escola, na igreja, na rua, no posto de saúde e na falta de políticas públicas afirmativas que contemplem a comunidade LGBT (GÊNERO, 2009, p. 150-151).³³

Homofobia internalizada

É quando a própria pessoa homossexual assimila os valores negativos predominantes na sociedade acerca da homossexualidade e se percebe sob essa ótica. (BLUMENFELD, 2007).

Bullying

Refere-se a um conjunto de comportamentos agressivos, físicos ou psicológicos, direcionados por um ou mais estudantes, de forma repetida, contra outro(a) que não consegue se defender da agressão (ANTUNES; ZUIN, 2008).

Heteronormatividade

Expressão utilizada para descrever ou identificar uma suposta norma social relacionada ao comportamento padronizado heterossexual. Esse padrão de comportamento é condizente com a ideia de que o padrão heterossexual de conduta é o único válido socialmente e que não seguir essa postura social e cultural coloca o cidadão em desvantagem perante o restante da sociedade. Esse conceito é a base de argumentos discriminatórios e preconceituosos contra LGBT, principalmente os relacionados à formação de família e expressão pública (BENTO, 2008).

Binarismo / Binário

A lógica ocidental opera, tradicionalmente, através de binarismos: este é um pensamento que elege e fixa como fundante ou como central uma ideia, uma entidade ou um sujeito, determinando, a partir desse lugar, a posição do 'outro', o seu oposto subordinado (LOURO, 2001, p. 548). Segundo esta definição, há subordinação ou inferiorização de um dos lados do par binário, como a mulher em relação ao homem, ou a pessoa homossexual em relação à sua contraparte heterossexual. A mesma autora aponta para uma concepção dos gêneros como se produzindo dentro de uma lógica dicotômica implica um polo que se contrapõe a outro (portanto uma ideia singular de masculinidade e de feminilidade), e isso supõe ignorar ou negar todos os sujeitos sociais que não se 'enquadram' em uma dessas formas [...] Aqueles homens que se afastam da forma de masculinidade hegemônica são considerados diferentes, são representados como o outro e, usualmente, experimentam práticas de discriminação ou subordinação (LOURO, 2008, p. 34 e 48).

33. Neste relatório, optou-se por utilizar o termo LGBTfobia, para abranger em uma só palavra as diferentes manifestações da homofobia, gayfobia, lesbofobia, bifobia e transfobia, em consonância com a decisão da III Conferência Nacional LGBT..

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; SILVA, L. B. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

ABRAMOVAY, M. (coord.); CUNHA, A.; CALAF, P. **Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas**. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-americana - RITLA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, 2009.

ANTUNES, D. C.; ZUIN, A. A. S. Do bullying ao preconceito: os desafios da barbárie à educação. *Psicologia Social*, Porto Alegre, v. 20, n. 1, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 jun. 2016.

BENTO, B. A. de M. **O que é transexualidade?** São Paulo: Brasiliense, 2008 (Primeiros Passos, n. 328).

BLUMENFELD, W. J. **Homofobia internalizada: manifestações**. Disponível em: <http://homofobia.com.sapo.pt/definicoes.html> Acesso em 07 jun. 2016.

CARVALHO, M. E. P. de; RABAY, G.; BRABO, T. S. A. M. Direitos humanos das mulheres e das pessoas LGBT. In: FERREIRA, L. de F. G., ZENAIDE, M. de N. T., DIAS, A. A. (Orgs.) **Direitos Humanos na Educação Superior: subsídios para a educação em direitos humanos na pedagogia**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010. p. 231-276.

GÊNERO e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. **Livro de conteúdo**. Versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

JUNQUEIRA, R. D. O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar. In: RIBEIRO, P. R. C.; SILVA, M. R. S.; SOUZA, N. G. S.; GOELLNER, S. V.; SOUZA, J. F. (Orgs.) **Corpo, gênero e sexualidade: discutindo práticas educativas**. Rio Grande: Editora da FURG, 2007, p. 59-69.

LOURO, G. L. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**. Ano 9, 2º semestre 2001. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/32474142/Teoria-Queer-Uma-politica-pos-identitaria-para-a-Educacao-Guacira-Lopes-Louro> Acesso em 07 jun. 2016.

Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 10ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MARSHALL CAVENDISH CORPORATION. **Sex and society**. 2010. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=YtsxeWE7VD0C&pg=PA593&pg=PA593&dq=Pansexuality&source=bl&ots=Y YqrMAWKKC&sig=ND_-SU-QUyuN7Bw6e7w-v9pBYmRk&hl=en&sa=X&ei=ct9rUPCoKOTO2AWN7-oHIAw&redir_esc=y#v=onepage&q=Pansexuality&f=false Acesso em: 07 jun. 2016.

MAZZON, J. A. (Coord.). **Principais resultados: projeto de estudo sobre ações discriminatórias no âmbito escolar, organizadas de acordo com áreas temáticas, a saber, étnico-racial, gênero, geracional, territorial, necessidades especiais, socioeconômica e orientação sexual**. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2009.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA: Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Yogyakarta, Indonésia, 2006.

VENTURI, G. **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil: Intolerância e respeito às diferenças sexuais**. Publicado e atualizado em 05 mar. 2009. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/content/diversidade-sexual-e-homofobia-no-brasil-intolerancia-e-respeito-diferencas-sexuais> Acesso em 06 jun. 2016.

ANEXOS

LEI Nº 13.185, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2015.

Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (**Bullying**).

A **PRESIDENTA DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (**Bullying**) em todo o território nacional.

§ 1º No contexto e para os fins desta Lei, considera-se intimidação sistemática (**bullying**) todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.

§ 2º O Programa instituído no **caput** poderá fundamentar as ações do Ministério da Educação e das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, bem como de outros órgãos, aos quais a matéria diz respeito.

Art. 2º Caracteriza-se a intimidação sistemática (**bullying**) quando há violência física ou psicológica em atos de intimidação, humilhação ou discriminação e, ainda:

- I - ataques físicos;
- II - insultos pessoais;
- III - comentários sistemáticos e apelidos pejorativos;
- IV - ameaças por quaisquer meios;
- V - grafites depreciativos;
- VI - expressões preconceituosas;
- VII - isolamento social consciente e premeditado;
- VIII - pilhérias.

Parágrafo único. Há intimidação sistemática na rede mundial de computadores (**cyber-bullying**), quando se usarem os instrumentos que lhe são próprios para depreciar, incitar a violência, adulterar fotos e dados pessoais com o intuito de criar meios de constrangimento psicossocial.

Art. 3º A intimidação sistemática (**bullying**) pode ser classificada, conforme as ações praticadas, como:

- I - verbal: insultar, xingar e apelidar pejorativamente;

II - moral: difamar, caluniar, disseminar rumores;

III - sexual: assediar, induzir e/ou abusar;

IV - social: ignorar, isolar e excluir;

V - psicológica: perseguir, amedrontar, aterrorizar, intimidar, dominar, manipular, chantagear e infernizar;

VI - físico: socar, chutar, bater;

VII - material: furtar, roubar, destruir pertences de outrem;

VIII - virtual: depreciar, enviar mensagens intrusivas da intimidade, enviar ou adulterar fotos e dados pessoais que resultem em sofrimento ou com o intuito de criar meios de constrangimento psicológico e social.

Art. 4o Constituem objetivos do Programa referido no **caput** do art. 1o:

I - prevenir e combater a prática da intimidação sistemática (**bullying**) em toda a sociedade;

II - capacitar docentes e equipes pedagógicas para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema;

III - implementar e disseminar campanhas de educação, conscientização e informação;

IV - instituir práticas de conduta e orientação de pais, familiares e responsáveis diante da identificação de vítimas e agressores;

V - dar assistência psicológica, social e jurídica às vítimas e aos agressores;

VI - integrar os meios de comunicação de massa com as escolas e a sociedade, como forma de identificação e conscientização do problema e forma de preveni-lo e combatê-lo;

VII - promover a cidadania, a capacidade empática e o respeito a terceiros, nos marcos de uma cultura de paz e tolerância mútua;

VIII - evitar, tanto quanto possível, a punição dos agressores, privilegiando mecanismos e instrumentos alternativos que promovam a efetiva responsabilização e a mudança de comportamento hostil;

IX - promover medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência, com ênfase nas práticas recorrentes de intimidação sistemática (**bullying**), ou constrangimento físico e psicológico, cometidas por alunos, professores e outros profissionais integrantes de escola e de comunidade escolar.

Art. 5o É dever do estabelecimento de ensino, dos clubes e das agremiações recreativas assegurar medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate à violência e à intimidação sistemática (**bullying**).

Art. 6o Serão produzidos e publicados relatórios bimestrais das ocorrências de intimidação sistemática (**bullying**) nos Estados e Municípios para planejamento das ações.

Art. 7o Os entes federados poderão firmar convênios e estabelecer parcerias para a implementação e a correta execução dos objetivos e diretrizes do Programa instituído por esta Lei.

Art. 8o Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias da data de sua publicação oficial.

Brasília, 6 de novembro de 2015; 194o da Independência e 127o da República.

DILMA ROUSSEFF

Luiz Cláudio Costa

Nilma Lino Gomes

Este texto não substitui o publicado no DOU de 9.11.2015

RESOLUÇÃO Nº 12, DE 16 DE JANEIRO DE 2015

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO
DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

DOU de 12/03/2015 (nº 48, Seção 1, pág. 3)

Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.

A PRESIDENTA DO CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÕES DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS - CNCD/LGBT, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 7.388, de 9 de dezembro de 2010, e com fundamento no Parecer CNCD/LGBT nº 01/2015;

considerando o art. 5º da Constituição Federal, que estabelece a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza - entendendo-se aqui inclusive as diferenças quanto a sexo, orientação sexual e identidade de gênero;

considerando os princípios de direitos humanos consagrados em documentos e tratados internacionais, em especial a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (1966), o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), o Protocolo de São Salvador (1988), a Declaração da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (Durban, 2001) e os Princípios de Yogyakarta (Yogyakarta, 2006);

considerando a Lei nº 9.394/1996, que define as diretrizes e bases da educação nacional que, em seu art. 2º, estabelece a educação como dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, indicando, em seu art 3º, como princípios do ensino, entre outros, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e o respeito à liberdade e o apreço à tolerância;

considerando os compromissos assumidos pelo Governo Federal no que concerne à implementação do Programa “Brasil sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual” (2004), do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT (2009), do Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH3(2009) e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2012), resolve:

Art. 1º - Deve ser garantido pelas instituições e redes de ensino, em todos os níveis e modalidades, o reconhecimento e adoção do nome social àqueles e àquelas cuja identificação civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero, mediante solicitação do próprio interessado.

Art. 2º - Deve ser garantido, àquelas e àqueles que o solicitarem, o direito ao tratamento oral exclusivamente pelo nome social, em qualquer circunstância, não cabendo qualquer tipo de objeção de consciência.

Art. 3º - O campo “nome social” deve ser inserido nos formulários e sistemas de informação utilizados nos procedimentos de seleção, inscrição, matrícula, registro de frequência, avaliação e similares.

Art. 4º - Deve ser garantido, em instrumentos internos de identificação, uso exclusivo do nome social, mantendo registro administrativo que faça a vinculação entre o nome social e a identificação civil.

Art. 5º - Recomenda-se a utilização do nome civil para a emissão de documentos oficiais, garantindo concomitantemente, com igual ou maior destaque, a referência ao nome social.

Art. 6º - Deve ser garantido o uso de banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, quando houver, de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito.

Art. 7º - Caso haja distinções quanto ao uso de uniformes e demais elementos de indumentária, deve ser facultado o uso de vestimentas conforme a identidade de gênero de cada sujeito;

Art. 8º - A garantia do reconhecimento da identidade de gênero deve ser estendida também a estudantes adolescentes, sem que seja obrigatória autorização do responsável.

Art. 9º - Estas orientações se aplicam, também, aos processos de acesso às instituições e sistemas de ensino, tais como concursos, inscrições, entre outros, tanto para as atividades de ensino regular ofertadas continuamente quanto para atividades eventuais.

Art. 10 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JANAINA BARBOSA DE OLIVEIRA

MANIFESTO POR UMA EDUCAÇÃO EM RESPEITO À DIVERSIDADE SEXUAL

Conferência Livre Nacional de Educação em Respeito à Diversidade

A Conferência Nacional de Educação, à semelhança de outras conferências temáticas convocadas pelo Governo Federal, é um processo democrático e representativo de construção de deliberações destinadas a contribuir para o aprimoramento das políticas públicas. Através das etapas municipais e estaduais que antecedem o grande encontro nacional, acumulam-se contribuições dos diversos setores e segmentos interessados oriundos das múltiplas realidades do país, fazendo com que as propostas vindas da base, aprovadas na Conferência Nacional, sejam as mais representativas, abrangentes e efetivas possíveis.

O papel primordial da educação é a transmissão formal de tudo aquilo que a humanidade acumulou em termos de ciência, cultura e arte. Mas, esta tarefa não pode ser realizada sem levar em conta o que ocorre em seu entorno. A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) determina, entre outras considerações, que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil bem como nas manifestações culturais, e que ela tem por finalidade o pleno desenvolvimento do/a educando/a, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Por isso, a missão da educação não deve ser nunca manter e/ou reproduzir o status quo, mas sim de incentivar o avanço do conhecimento, a transformação da sociedade para melhor e a erradicação de toda e qualquer forma de injustiça e desigualdade social. Nenhuma outra instância tem mais importância estratégica para alcançar esse objetivo do que a educação.

Os estabelecimentos de ensino são um espelho da diversidade existente na sociedade. São frequentados por pessoas de variadas origens étnico-raciais, regional, urbana ou rural, de diferentes condições socioeconômicas, com necessidades especiais, em sua multiplicidade quanto a gênero e a sexualidade, sobretudo do tocante às identidades gênero e às orientações sexuais. No entanto, de modo geral, ainda não são espaços caracterizados pelo respeito a essa diversidade. Muitas vezes, reproduzem e perpetuam os preconceitos existentes no meio social fechando os olhos para toda uma gama de discriminações e até de violência psicológica e física. No caso da diversidade sexual e, em particular das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), prevalecem concepções e valores heteronormativos que marginalizam e hostilizam quem não se enquadra neles, fazendo da escola um lugar que rejeita e exclui, ao invés de ser um local de inclusão, conforme evidenciam um bom número de pesquisas realizadas nas redes de ensino e publicadas nos últimos anos. Resultados divulgados pela UNESCO anunciavam, já desde 2004, que na média 27% dos estudantes não gostariam de ter um/ colega homossexual. No caso dos alunos do sexo masculino, esta cifra chegava a quase metade dos respondentes em algumas capitais brasileiras.

Com essa percepção, tanto a Conferência Nacional da Educação Básica de 2008 como a 1ª Conferência Nacional da Educação, de 2010, aprovaram diversas deliberações que propugnavam o reconhecimento e o respeito à diversidade sexual. Entretanto, com relação à população

LGBT, estas deliberações não se transformaram em políticas públicas concretas que permeassem o núcleo essencial do processo educativo, isto é, o currículo, como é o caso da questão étnico-racial. A consequência é que a homo/lesbo/transfobia continua sendo um problema nos estabelecimentos de ensino e, por negligência na formação para a convivência democrática com as diferenças individuais e coletivas, na sociedade em geral. As mudanças sociais necessárias para promover maior respeito à diversidade sexual em todos os âmbitos não estão sendo geradas pelo sistema educacional e este permanece sendo um lugar que não é acolhedor ou seguro para estudantes LGBT, prejudicando seu desempenho acadêmico e, não raro, levando-os à evasão escolar.

Em consonância com as Conferências de Educação, as Conferências LGBT de 2008 e 2011 aprovaram deliberações relativas ao respeito à diversidade sexual nos sistemas educativos. No caso da 1ª Conferência, as propostas foram contempladas no Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT (2009), mas suas diretrizes não foram concretizadas, entre elas: promover o respeito e o reconhecimento da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero; garantir a estudantes LGBT o acesso e a permanência em todos os níveis e modalidades de ensino; e combater a homofobia de forma intersetorial e transversal. Ademais, o prazo para a execução das ações do Plano já se esgotou e apesar de já estarmos em meados de 2013, sequer foi publicado o 2º Plano Nacional LGBT, baseado nas deliberações da 2ª Conferência. Outras Conferências temáticas, como as de Políticas para as Mulheres, também resultaram em Planos com ações previstas para uma educação sem homo/lesbo/transfobia, mas também “ficaram à beira do caminho” e não renderam frutos nesta área específica.

O que transparece é que as deliberações das Conferências que envolvem o respeito à diversidade sexual, particularmente no campo educacional, vêm sendo sistematicamente desconsideradas pelos formuladores das políticas públicas, sobrepujadas por outros interesses do governo, principalmente em nome da chamada “governabilidade” com ostensiva concessão às chantagens oriundas de forças conservadoras e fundamentalistas dentro do Congresso Nacional. Neste sentido, a ascensão conservadora dos setores religiosos fundamentalistas ficou visível ao barrarem o material “Escola Sem Homofobia”, ao proporem a chamada “cura gay” e ao chegarem ao cúmulo de questionarem a decisão do STF que equiparou juridicamente a união entre pessoas do mesmo sexo à união estável abrindo caminho para a consolidação do casamento igualitário no Brasil. Além disso, um pastor evangélico interessado em banir direitos ao invés de garanti-los assume a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e o Projeto de Lei (PLC) 122 continua parado no Senado Federal.

É pertinente que o primeiro eixo da CONAE 2014 trate do Plano Nacional de Educação (PNE). O Plano deve ser decenal e segundo a lei que o aprovou, também deve servir de base para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios elaborarem “planos decenais correspondentes”. Ocorre que o Plano que entrou em vigor no início de 2001 já venceu e estamos há dois anos e meio sem uma nova diretriz legal. O projeto de lei do novo Plano “dorme” no Senado e, devido à inércia dos parlamentares, a educação brasileira corre o risco de ficar sem rumo e sem metas definidas que permitam sua correta gestão e avaliação, prejudicando mais uma vez a população que depende da educação pública, bem como o próprio desenvolvimento da nação.

Vale insistir também que, se comparado com as deliberações da Conferência Nacional de Educação de 2010, o projeto de lei também deixa muito a desejar no que diz respeito às ações relativas à população LGBT, contendo uma única estratégia específica para esta área: “3.9 Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação à orientação sexual ou à identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão”. É essencial que a população LGBT participe das discussões e que o PNE seja aprovado e implementado o mais rapidamente possível.

Bem sabemos, a este propósito, que é uma questão fundamental que todos os setores sociais que se encontram hoje desconsiderados e marginalizados no quadro geral de fragmentação do sistema educacional brasileiro, dialoguem entre si para unir forças e construir uma agenda comum. É imprescindível que a população negra e quilombola, as mulheres, os trabalhadores sem terra do campo e os moradores sem teto das cidades, as pessoas deficientes, migrantes, os grupos que sofrem intolerância religiosa, entre outros, se afirmem como sujeitos do direito básico à educação pois, estando de fora, são os únicos que podem pressionar pela sua efetiva democratização.

Desde a Proclamação da República, em 1889, o Estado brasileiro é laico. Isso quer dizer que as manifestações religiosas são respeitadas, mas não devem interferir nas decisões governamentais. No Estado laico, nenhuma religião é oficial. Trata-se, portanto, de um avanço cívico, porque impede que determinada crença, eventualmente majoritária em algum momento histórico, se sobreponha às demais e use sua influência para coagir as pessoas a adotarem seus princípios. Ao mesmo tempo, um Estado laico não é um Estado ateu ou contrário às expressões religiosas. Ao contrário, é exatamente

te a laicidade das instâncias governamentais que confere a cada indivíduo a decisão de aderir a algum credo religioso. Neste sentido, as instituições públicas de ensino devem ser neutras em matéria religiosa. Isso não significa que profissionais de educação não possam professar suas crenças individualmente ou com suas famílias. Tampouco que sua liberdade de expressão religiosa possa ser cerceada. Significa apenas que sua atuação profissional não deve se pautar pela crença religiosa e sim pela Constituição Federal e pela legislação.

Insistimos no princípio da laicidade porque o mesmo tem sido ferido tanto pela interferência de religiosos que tentam barrar políticas públicas de enfrentamento da homo/lesbo/transfobia no âmbito da educação, quanto em atitudes de professores/as, demonstradas por pesquisas como a da Reprolatina (2011) que registrou falas tais como: “Eu não acho normal, eu não acho bonito, eu não. Pra mim não é normal. Eu acho que Deus fez o homem e a mulher. Só.”

Para superar essa situação, é necessário que o tema da diversidade sexual e de gênero seja abordado – de forma consistente – na formação inicial e continuada dos/as futuros/as educadores/as, incidindo sobre o currículo. É preciso também que se capilarize, chegando a fazer parte do projeto político-pedagógico das escolas. Para tal, novas pesquisas devem ser realizadas orientando a produção de materiais didáticos de apoio.

Estudantes que são travestis ou transexuais são alvo predileto de abusos e discriminações na escola, por isso, é essencial que os sistemas de ensino estejam atentos à sua presença, que as acolha de maneira digna, sobretudo através do reconhecimento de seu nome social nos registros acadêmicos em todos os níveis.

Na mesma perspectiva e com um olhar mais abrangente, torna-se urgente que o Conselho Nacional de Educação, instado pelo MEC, elabore e aprove uma Diretriz inequívoca de esclarecimento e reconhecimento com relação ao tema da Diversidade Sexual em todos os âmbitos dos sistemas formais de ensino, pautada nos valores supremos de nossa Constituição Federal que garante a liberdade, a igualdade e a isonomia e veda expressamente qualquer tipo de discriminação.

E enfim, para que possamos dar um salto de qualidade nas proposições, é preciso firmar posição de que, sem financiamento adequado, não haverá o tão sonhado aprimoramento da educação pública no Brasil, do qual depende o desenvolvimento de nosso país, em todos os sentidos, não apenas econômico. A CONAE 2014 tem que exigir a destinação dos recursos do fundo social do pré-sal, dos royalties e participação de extração do petróleo e demais minerais se transforme em investimento em educação pública para alcançarmos o patamar de 10% do produto interno bruto na próxima década. O déficit de recursos durante décadas tem contribuído para a perpetuação das desigualdades sociais, a desvalorização dos/das profissionais de educação, além de prejudicar o desenvolvimento devido à falta de mão de obra qualificada. Neste sentido, conclamamos a todos e todas a darem um basta para que comecemos a reverter o mais rapidamente possível esse quadro de negligência, que se evidenciou particularmente nas manifestações de rua de junho de 2013.

Mais do que aprovar novas proposições, a CONAE 2014 deve priorizar a discussão de estratégias que possam avaliar o que já foi aprovado, mas que não foi colocado em prática nas Conferências anteriores. No intuito de sermos propositivos e, ao mesmo tempo, exercermos o papel de controle social das políticas públicas de educação, a presente Conferência Nacional Livre, deliberou – por unanimidade entre seus cerca de 300 participantes – pela criação do Fórum Nacional de Educação em Respeito à Diversidade Sexual, constituído por todas as entidades e pessoas físicas que se sentem determinadas a combater a homofobia em todos os âmbitos da missão educativa da sociedade.

Somando esforços enquanto sociedade civil organizada, enquanto gestores e profissionais da educação e enquanto comunidade escolar, comprometidos com uma educação pública e de qualidade para todas e todos, devemos cobrar a responsabilização pelas decisões tomadas, exigindo celeridade na aprovação do Plano Nacional de Educação, para que as discussões que foram travadas – desde a base nos municípios e Estados – sejam acolhidas e executadas em seu espírito, rumo a um Brasil mais justo, democrático e solidário.

Curitiba, 6 de julho de 2013

